



**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

# **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO SECTOR BANCÁRIO**

**Carlos de Llera Ramos**

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, perfil *Gestão e Sistemas Ambientais*

**Orientadora: Professora Doutora Maria Paula Baptista da Costa Antunes**

Lisboa

2009



## AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria Paula Baptista da Costa Antunes pela disponibilidade na orientação desta dissertação e pelos oportunos conselhos que procurou transmitir.

A todos os meus amigos e família que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para a realização desta dissertação.



## RESUMO

As preocupações ambientais aumentaram de forma exponencial nas últimas décadas. O papel das organizações no âmbito do desenvolvimento sustentável surge a partir do conceito de Responsabilidade Social das Empresas. As instituições financeiras, e o sector bancário em particular, são entidades singulares na promoção do desenvolvimento sustentável devido à influência que exercem sobre a sociedade como intermediários de capital.

A presente dissertação visa analisar a integração da sustentabilidade ambiental no *core business* das entidades bancárias avaliando, entre outras questões, quais as indicações que estão a ser seguidas pelas principais entidades financeiras em matéria de sustentabilidade, que actividades são realizadas no que diz respeito à adopção, integração e comunicação de práticas que contribuem para a sustentabilidade, que riscos e oportunidades enfrenta o sector bancário no caminho do desenvolvimento sustentável, conhecer as tendências expectáveis para o sector neste domínio, e quais os pontos fortes e fracos da sustentabilidade ambiental no sector da banca.

A metodologia geral adoptada consistiu na realização dum exercício de *benchmarking* das práticas de sustentabilidade a um conjunto de 15 instituições bancárias, nacionais e internacionais, avaliando os seus produtos, serviços e processos de trabalho com a finalidade de comparar desempenhos e identificar oportunidades de melhoria nas organizações. Na análise efectuada concluiu-se que o sector bancário internacional encontra-se, de forma geral, mais evoluído que o sector bancário português em matéria de sustentabilidade ambiental. No que diz respeito às entidades, destaca-se o Triodos Bank holandês, evidenciando-se em muitas questões de sustentabilidade e no desempenho ambiental.

**Palavras-chave:** sustentabilidade ambiental, entidade bancária, relatório de sustentabilidade, Princípios do Equador.

## ABSTRACT

Environmental concerns have increased exponentially over recent decades. The role of organizations in the context of sustainable development arises from the Corporate Social Responsibility concept. Financial institutions and the banking sector in particular, are natural entities in the promotion of sustainable development due to their influence on society as capital agents.

This dissertation analyses the integration of environmental sustainability in the banks' core business by assessing, among other issues, what directions are being followed by major international financial organizations, what the most advanced organizations in the banking sector have done to date in sustainability matters, what are the expected trends for the sector in this area, what risks and opportunities are these institutions facing and what are the strengths and weaknesses of environmental sustainable banking.

The general methodology adopted was based on a sustainable benchmarking performed in a group involving 15 banks, national and international, evaluating their products, services and work processes in order to compare performance and identify opportunities for improvement in these organizations. The review concluded that the international banking sector is, in general, more evolved than the Portuguese banking sector. With regard to entities, the author highlights the Dutch Triodos Bank, which shows a high level of performance in many issues of sustainability and environmental performance.

**Key-words:** environmental sustainability, bank, sustainability report, Equator Principles.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABN-AMRO – Algemene Bank Nederland-Amsterdam Rotterdam Bank

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

BDIDBM – Banco de Dados de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial

BES – Banco Espírito Santo

CERCLA – Comprehensive Environmental Response, Compensation, and Liability Act

CERES – Centre for Education and Research in Environmental Strategies

CSG – Credit Suisse Group

CSR – Corporate Social Responsibility

DJSGI – Dow Jones Sustainability Group Index

DJSI – Dow Jones Sustainability Index

DMIF – Directiva de Mercados e Instrumentos Financeiros

DRA – Directiva de Responsabilidade Ambiental

EBRD – European Bank for Reconstruction and Development

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

EPFI – Equator Principle Financial Institution

EUA – Estados Unidos da América

GGP – Greenhouse Gas Protocol

HSBC – Hong Kong and Shanghai Banking Corporation

IFC – International Finance Corporation

LCF – Luso Carbon Fund

NEF – New Energy Fund

NEPP – National Environmental Policy Plan

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PE – Princípios do Equador

PRI – Principles for Responsible Investment

RBS – Royal Bank of Scotland

RSE – Responsabilidade Social das Empresas

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

SRI – Social Responsible Investment

UBS – Union Bank of Switzerland

UE – União Europeia

UNEP – United Nations Environment Programme

UNEP FI – United Nations Environment Programme – Financial Initiative

VfU – Verein für Umweltmanagement in Banken, Sparkassen und Versicherungen e.V.  
(Associação alemã para gestão ambiental em bancos e companhias de seguros)

WBCSD – World Business Council for Sustainable Development

WCED – World Commission on Environment and Development



## ÍNDICE DE MATÉRIAS

|   |          |
|---|----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>                                  | <b>1</b> |
| 1.1. ENQUADRAMENTO                                    | 1        |
| 1.2. OBJECTIVOS                                       | 2        |
| 1.3. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA                             | 2        |
| 1.4. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO                       | 3        |
| <b>2. ESTADO DA ARTE</b>                              | <b>5</b> |
| 2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL                      | 5        |
| 2.2. A MUDANÇA AMBIENTAL NAS ENTIDADES BANCÁRIAS      | 6        |
| 2.2.1. Papel das entidades bancárias                  | 8        |
| 2.2.2. Impactes ambientais das entidades bancárias    | 10       |
| 2.2.3. Forças motrizes                                | 11       |
| 2.2.4. Atitude faseada face à sustentabilidade        | 12       |
| 2.2.5. Papel do Governo na sustentabilidade do sector | 13       |
| 2.3. PRINCIPAIS MARCOS DE ACÇÃO                       | 14       |
| 2.3.1. Principais <i>milestones</i> internacionais    | 14       |
| 2.3.1.1. Princípios do Equador                        | 17       |
| 2.3.2. Principais <i>milestones</i> nacionais         | 18       |
| 2.4. POLÍTICAS AMBIENTAIS E BOAS PRÁTICAS DOS BANCOS  | 20       |
| 2.4.1. ABN-AMRO                                       | 20       |
| 2.4.2. Barclays                                       | 21       |
| 2.4.3. HSBC   | 21       |
| 2.4.4. Outros bancos emergentes                       | 22       |
| 2.4.5. Bancos portugueses                             | 23       |
| 2.4.6. Banca não convencional                         | 25       |
| 2.5. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL            | 26       |
| 2.5.1. Fundos éticos                                  | 27       |
| 2.5.2. Fundos de tecnologia ambiental                 | 27       |
| 2.5.3. Fundos de ecoeficiência                        | 28       |
| 2.5.4. Fundos de investimento sustentável             | 28       |
| 2.6. TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO                      | 29       |
| 2.6.1. Porque e a quem comunicar?                     | 30       |
| 2.6.2. Quais e como comunicar os aspectos ambientais? | 31       |

|  |            |
|--|------------|
| 2.6.2.1. <i>Informação geral</i>   | 31         |
| 2.6.2.2. <i>Gestão ambiental</i>   | 31         |
| 2.6.2.3. <i>Funcionamento ecológico</i>                                      | 32         |
| 2.6.2.4. <i>Produto ecológico</i>  | 32         |
| 2.6.2.5. <i>Gestão financeira</i>  | 34         |
| 2.6.2.6. <i>Gestão de stakeholders</i>                                       | 34         |
| <b>2.7. TENDÊNCIAS FUTURAS</b>   | <b>35</b>  |
| <b>2.8. <i>BENCHMARKING</i> E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL</b> | <b>38</b>  |
| <b>2.9. SÍNTESE</b>  | <b>40</b>  |
| <b>3. METODOLOGIA</b>  | <b>43</b>  |
| 3.1. SELECÇÃO DA AMOSTRA   | 44         |
| 3.2. SELECÇÃO DE QUESTÕES E DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO            | 44         |
| 3.2.1. Selecção das questões a avaliar                                       | 45         |
| 3.2.2. Definição da metodologia de avaliação                                 | 49         |
| 3.3. APLICAÇÃO   | 53         |
| <b>4. <i>BENCHMARKING</i></b>  | <b>55</b>  |
| 4.1. SELECÇÃO DO GRUPO DE ANÁLISE  | 55         |
| 4.2. RESULTADOS E ANÁLISE  | 59         |
| 4.3. SÍNTESE   | 82         |
| <b>5. ANÁLISE SWOT</b>   | <b>87</b>  |
| <b>6. LIMITAÇÕES</b>   | <b>92</b>  |
| <b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>95</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>  | <b>99</b>  |
| <b>GLOSSÁRIO</b>   | <b>107</b> |
| <b>APÊNDICES</b>   | <b>111</b> |
| APÊNDICE I – PRINCÍPIOS DO EQUADOR   | 113        |
| APÊNDICE II – PRINCÍPIOS DA GLOBAL COMPACT                                   | 117        |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 2.1: Papel dos mercados financeiros no sistema económico           | 9  |
| Figura 2.2: Evolução dos principais índices bolsistas americanos          | 36 |
| Figura 2.3: Evolução dos principais índices bolsistas europeus            | 36 |
| Figura 3.1: Metodologia de <i>benchmarking</i>                            | 43 |
| Figura 3.2: Questões de sustentabilidade                                  | 45 |
| Figura 3.3: Aspectos ambientais   | 48 |
| Figura 4.1: Consumo anual de energia por colaborador                      | 68 |
| Figura 4.2: Consumo anual de papel por colaborador                        | 70 |
| Figura 4.3: Consumo anual de água por colaborador                         | 71 |
| Figura 4.4: Emissão anual de CO <sub>2</sub> por colaborador              | 72 |
| Figura 4.5: Produção anual de resíduos por colaborador                    | 74 |
| Figura 4.6: Questões mais cotadas   | 82 |
| Figura 4.7: Questões menos cotadas  | 82 |
| Figura 4.8: Ranking de sustentabilidade                                   | 84 |
| Figura 5.1: Diagrama SWOT   | 87 |
| Figura 5.2: Forças internas da sustentabilidade no sector bancário        | 88 |
| Figura 5.3: Debilidades internas da sustentabilidade no sector bancário   | 89 |
| Figura 5.4: Oportunidades externas da sustentabilidade no sector bancário | 90 |
| Figura 5.5: Ameaças externas da sustentabilidade no sector bancário       | 91 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 2.1: Principais <i>milestones</i> internacionais da sustentabilidade no sector bancário | 14 |
| Tabela 2.2: Principais <i>milestones</i> nacionais da sustentabilidade no sector bancário      | 18 |
| Tabela 2.3: Lista de verificação para elaboração de um relatório ambiental                     | 30 |
| Tabela 2.4: Produtos financeiros e ferramentas de gestão de risco ambiental associadas         | 33 |
| Tabela 2.5: Produtos e serviços ambientais   | 34 |
| Tabela 4.1: Perfil económico-financeiro das entidades bancárias em análise                     | 56 |
| Tabela 4.2: Matriz de resultados de questões de sustentabilidade                               | 59 |
| Tabela 4.3: Matriz de resultados de aspectos ambientais  | 66 |

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. ENQUADRAMENTO

As preocupações ambientais aumentaram de forma exponencial nas últimas décadas estando, actualmente, entre os mais sérios desafios que afectam o bem-estar dos indivíduos em todo o mundo. Todas as nações são atingidas sendo os países menos desenvolvidos, que possuem menos recursos disponíveis para adaptar-se à situação de mudança, os que mais sofrem com estas perturbações ambientais. O tratamento da degradação ambiental está ligado de forma inerente ao conceito de sustentabilidade ambiental, muito defendido nos últimos anos.

Não só as preocupações dos indivíduos para com o ambiente têm vindo a crescer, mas também a pressão dos governos e da sociedade em geral sobre as empresas. As licenças ambientais para operar são cada vez mais exigentes, sendo escrutinadas pelo governo, comunidade e Organizações Não Governamentais (ONG). Aos já conhecidos *shareholders* (accionistas) junta-se um novo grupo, os *stakeholders* (partes interessadas). Este novo grupo caracteriza-se por afectar (ou ser afectado por) uma determinada organização ou as suas actividades.

O papel das organizações no âmbito do desenvolvimento sustentável surge a partir do conceito de Responsabilidade Social das Empresas (RSE, em inglês CSR: *Corporate Social Responsibility*) segundo o qual as empresas integram voluntariamente preocupações ambientais, sociais e económicas nas suas actividades e na sua relação com os *stakeholders* (Comissão das Comunidades Europeias, 2001). Com a introdução da RSE na estratégia empresarial das organizações estas satisfazem, em melhor grado, as necessidades dos seus clientes e accionistas. Trata-se da consecução de um bem-estar social através do controlo dos impactes ambientais e sociais (Soppe, 2004). Destacam-se as pressões externas que o sector bancário tem sofrido para reconhecer e aceitar a sua responsabilidade social e ambiental.

As instituições financeiras, e o sector bancário em particular, são entidades singulares na promoção do desenvolvimento sustentável devido à influência que exercem sobre a sociedade como intermediários de capital. São grandes empregadores e, ao mesmo tempo, grandes consumidores.

Existem, de forma clara, externalidades ambientais negativas no sector bancário (especialmente ao nível das operações de crédito e investimento), assim como oportunidades de negócio. Cabe ao sector bancário identificar estas ameaças e convertê-las em possibilidades de negócio através da implementação de políticas ambientais, de boas práticas de sustentabilidade ambiental e da criação de novos mercados.

## 1.2. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Apesar de existirem publicações de entidades financeiras, organismos empresariais e instituições de diversos tipos sobre a sustentabilidade ambiental no sector bancário, o tema foi pouco estudado a nível académico. Esta dissertação irá focar diversas questões e aspectos referidos no ponto 1.3.

## 1.3. OBJECTIVOS

Esta dissertação pretende responder a três grupos prioritários de objectivos.

Em primeiro lugar, pretende analisar-se a integração da sustentabilidade ambiental no sector bancário respondendo à questão: será capaz o sector bancário (e de que forma) de actuar como alavanca para o desenvolvimento sustentável da sociedade? Ambiciona-se avaliar como os bancos têm incorporado no seu *core business* a sustentabilidade ambiental adoptando novas políticas ambientais, adaptando-as ao sistema económico actual, e como têm desenvolvido produtos e serviços ecológicos e boas práticas ambientais de forma a transformar as externalidades ambientais negativas em oportunidades de negócio.

Aspira-se, também, a dar resposta ou aclarar outros aspectos, tais como: a) que riscos e oportunidades enfrenta o sector bancário no caminho do desenvolvimento sustentável; b) quais as indicações que estão a ser seguidas pelas principais entidades financeiras internacionais, responsáveis pela maior parte das iniciativas e princípios da sustentabilidade ambiental no sector da banca; c) que têm feito até à data as organizações do sector mais avançadas em matéria de sustentabilidade ambiental; d) quais os pontos fortes e fracos do sector bancário para a sustentabilidade, entre outros.

Por último, pretende realizar-se um exercício de *benchmarking*, avaliando os produtos, serviços e processos de trabalho de 15 entidades bancárias com a finalidade de comparar desempenhos e identificar oportunidades de melhoria nas organizações. Estas entidades bancárias (quatro portuguesas e 11 estrangeiras), são reconhecidas no sector a nível nacional e internacional pelas suas acções em matéria de sustentabilidade.

A sustentabilidade ambiental não deve ser abordada como um tema único, mas sim como parte integrante do desenvolvimento sustentável, estando ligada às outras vertentes da sustentabilidade. A sustentabilidade envolve matérias complexas e interligadas entre si, pelo que a sua abordagem torna-se problemática quando referida unicamente uma das suas componentes. A dissertação foca, sobretudo, a vertente ambiental da sustentabilidade, sendo efectuadas outras referências e estabelecidas relações com as dimensões económica e social sempre que considerado essencial.

## 1.4. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está estruturada a partir dos seguintes capítulos:

### Capítulo 2: Estado da Arte

Este capítulo inclui uma revisão bibliográfica do tema central da dissertação e das matérias subjacentes mais relevantes para o seu enquadramento. O capítulo inicia-se com uma breve introdução ao desenvolvimento sustentável, seguido por uma caracterização histórica da mudança ambiental nos bancos, acompanhada pela descrição dos seus impactes, das forças motrizes, do papel dos bancos e do papel do governo na sustentabilidade no sector da banca. Seguidamente, são referenciados os principais marcos de acção, tanto nacionais como internacionais. Posteriormente são referidas políticas ambientais e boas práticas de diversos bancos líderes em matéria de sustentabilidade, assim como as de outros bancos emergentes, e da banca portuguesa. É feita também uma referência à banca não convencional. São abordados, também, temas como os fundos de desenvolvimento sustentável e a transparência e comunicação, aspecto muito importante na informação e participação com os *stakeholders*. Por último, o capítulo conclui com uma descrição das possíveis tendências futuras e com uma referência ao instrumento *benchmarking*.

### Capítulo 3: Metodologia

Este capítulo aborda uma descrição sumária da metodologia de *benchmarking* adoptada. A metodologia é dividida em três etapas, sendo: 1. Selecção da amostra; 2. Selecção de questões a analisar e definição da metodologia de avaliação; e 3. Recolha e análise de dados e interpretação de resultados.

### Capítulo 4: *Benchmarking*

Com o objectivo de avaliar os produtos, serviços e processos de trabalho de 15 entidades bancárias, é realizado um exercício de *benchmarking*. Neste capítulo são comparados os

desempenhos das 15 entidades bancárias em matéria de sustentabilidade através da avaliação de várias questões de sustentabilidade e aspectos ambientais.

### **Capítulo 5: Análise SWOT à sustentabilidade no sector bancário**

O capítulo 5 consta de uma análise SWOT à sustentabilidade no sector bancário. Esta análise permite conhecer as forças e debilidades internas dos bancos, as oportunidades que oferece o ambiente externo e as ameaças a que estão sujeitas as entidades bancárias. As forças e debilidades são determinadas pela posição actual da entidade, estando associadas a factores internos. As oportunidades e ameaças são antecipações do futuro e estão relacionadas com factores externos.

### **Capítulo 6: Limitações**

Este capítulo faz uma breve referência às limitações e dificuldades encontradas em relação às fontes de informação consultadas no exercício de *benchmark*, nomeadamente aos relatórios de sustentabilidade e à transparência e veracidade dos dados disponíveis.

### **Capítulo 7: Considerações finais**

São apresentadas, neste último capítulo, as considerações finais sobre a dissertação.



## 2. ESTADO DA ARTE

### 2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O actual conceito de desenvolvimento sustentável interliga várias temáticas que, de forma gradual, tornaram-se motivo de preocupação na sociedade. O conceito surgiu ao longo do tempo para analisar os traços mais preocupantes do contexto em que decorre a expansão das actividades humanas.

Podem recuperar-se as primeiras ideias ligadas ao desenvolvimento sustentável no século XVIII, mais precisamente da tese de Malthus, em que o ambiente impõe limites à expansão da população humana. Progredindo no tempo, nas décadas de 60 e 70 do século XX, foram discutidas novas temáticas no panorama internacional que influenciaram o conceito de desenvolvimento sustentável, entre elas: a temática do diálogo “Norte-Sul”, onde se promovia o crescimento homogéneo combatendo a pobreza no sul, não só por razões humanitárias mas também para tornar sustentável o crescimento no norte; a temática do “crescimento face ao desenvolvimento”, onde se pretendia evitar o aumento das desigualdades sociais; e a temática dos “limites do crescimento”. Esta última foi um dos momentos chave do conceito de desenvolvimento sustentável. Baseava-se em impedir o esgotamento a nível global dos recursos naturais não renováveis provocado pelo modelo de crescimento em países desenvolvidos (Meadows *et al*, 1972). O estudo foi comissionado pelo Clube de Roma, importante associação internacional de humanistas, economistas, cientistas e outras personalidades de relevância, fundado em 1968.

Foi a partir desta corrente de ideias que o conceito de desenvolvimento sustentável se foi formando seguindo várias etapas até a sua concepção moderna. Foi assim que, em 1980, na Estratégia Mundial da Conservação da Natureza da Organização das Nações Unidas (ONU), surgiu a primeira tentativa de definição do conceito: “Para que o desenvolvimento seja sustentável, tem que ter em consideração não apenas os factores económicos mas também os factores sociais e ecológicos, a base de recursos vivos e não vivos e as vantagens e desvantagens, tanto a curto como a longo prazo, de actuações alternativas”. No entanto, não foi até 1987 que a definição de desenvolvimento sustentável foi geralmente adoptada. Esta definição encontrava-se no relatório da World Commission on Environment and Development

(WCED), chefiada pela ex-Primeira Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, e afirmava: “Desenvolvimento sustentável significa satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987).

A confirmação da Comissão Brundtland da definição do conceito ocorreu na Cimeira da Terra, na Conferencia das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. O conceito abrangia, na altura, duas vertentes: o desenvolvimento económico e a protecção ambiental. Posteriormente, já em 1995, na Cimeira Social de Copenhaga, foi adicionada a dimensão social ao conceito de desenvolvimento sustentável. À medida que foram concretizadas muitas das decisões tomadas nos encontros internacionais, foi-se verificando a importância de uma nova vertente, hoje conhecida como boa governança ou dimensão institucional. Esta componente surgiu devido ao peso que as políticas públicas assumem no processo de desenvolvimento sustentável e a importância que tal facto confere ao papel desempenhado pelas administrações públicas nacionais, regionais ou locais, na definição e, sobretudo, na execução dessas políticas. Certo é que, em muitos casos, os sistemas institucionais não estão adequados ao exercício da boa governança que a prossecução do desenvolvimento sustentável impõe.

O conceito proposto pela Comissão Brundtland não perdeu a sua validade, tratando-se todavia de uma definição genérica. Na prática, o conceito tem evoluído em termos operacionais ao longo do tempo e a várias escalas (global, nacional, regional e local) adaptando-se às diferentes situações concretas.

A nível nacional, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 30 de Junho, foi aprovada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS). Esta estratégia segue as directrizes adoptadas pela União Europeia (UE) e caracteriza-se por servir de orientação para o desenvolvimento sustentável do país através da definição de objectivos, vectores estratégicos e linhas de actuação, de um modo articulado com os outros instrumentos, planos e programas de acção já existentes ou a serem implementados num futuro próximo.

## **2.2. A MUDANÇA AMBIENTAL DAS ENTIDADES BANCÁRIAS**

Como está o sector bancário a responder aos novos desafios que o desenvolvimento sustentável apresenta? Esta pergunta pode ser respondida de várias maneiras, focando diversos temas que esta dissertação irá apresentar. Pode afirmar-se que as entidades bancárias têm respondido mais lentamente que outros sectores da economia, considerando-se a si

próprios como um sector relativamente limpo no que às emissões poluentes diz respeito. No entanto, apesar da sua potencial exposição ao risco, os bancos têm sido lentos na adopção de práticas de avaliação do desempenho ambiental dos seus clientes. A justificação apresentada para tal facto é a intromissão necessária nas actividades dos seus clientes para uma rigorosa avaliação das mesmas. Uma pesquisa empírica, de 1990, concluiu que os bancos europeus não estavam interessados na sua própria situação ambiental nem na dos seus clientes (Tomorrow, 1993). Os resultados desta pesquisa encontram-se, actualmente, ultrapassados.

Existe uma consciência crescente de que as actividades das entidades bancárias provocam riscos inerentes (e.g. degradação do solo por parte de clientes) e proporcionam oportunidades de negócio (e.g. fundos de investimento ambiental). Em relação ao risco, tem existido uma preocupação crescente nos Estados Unidos da América (EUA) desde final da década de 80 pois as instituições financeiras, sob a política ambiental dos EUA – mais conhecida como *Superfund* e oficialmente denominada Comprehensive Environmental Response, Compensation, and Liability Act (CERCLA) – podiam ser responsabilizadas pela poluição ambiental produzida pelos seus clientes e obrigadas a assumir os custos de despoluição. Algumas instituições, inclusive, declararam-se em falência sob este regime. Devido à implementação da CERCLA, os bancos norte-americanos foram os primeiros a considerar a inclusão da política ambiental particularmente no que dizia respeito ao risco dos créditos. Na Europa, mais atrasada quanto à legislação ambiental nesta matéria, as entidades bancárias apenas começaram a preocupar-se com esta questão em meados da década de 90.

Tanto os riscos como as oportunidades ambientais são agora elementos introduzidos nas políticas ambientais dos bancos. Um outro estudo empírico da United Nations Environment Programme (UNEP) de 1995, sobre as actividades ambientais das entidades bancárias, asseverou que 80% dos bancos inquiridos faziam algum tipo de avaliação dos riscos ambientais das suas actividades. Uma investigação posterior, de 1997, concluiu que muitas entidades bancárias tinham criado departamentos ambientais e estavam a desenvolver produtos financeiros ecológicos (Ganzi e Tanner, 1997).

Na Europa de Leste, América do Sul e Ásia está a produzir-se, também, esta mudança devido à influência de instituições financeiras de alto prestígio, a saber: o Banco Mundial, a International Finance Corporation (IFC), a Andean Development Corporation (ADC) e o European Bank for Reconstruction and Development (EBRD). Existem outras fortes evidências que provam a chegada da sustentabilidade à comunidade financeira tais como o lançamento do Dow Jones Sustainability Group Index (DJSGI), em Setembro de 1999, onde

pela primeira vez um índice global monitoriza as principais empresas líderes da sustentabilidade (DJSGI, 1999).

O papel das entidades bancárias está intimamente ligado ao desenvolvimento sustentável mantendo uma estreita relação com o sector económico, tendo esta relação atraído o interesse de governos e instituições como a UE e a UNEP. Na já referida Cimeira da Terra, foi estabelecido um diálogo construtivo entre a UNEP e as instituições financeiras, concluindo na publicação da seguinte declaração:

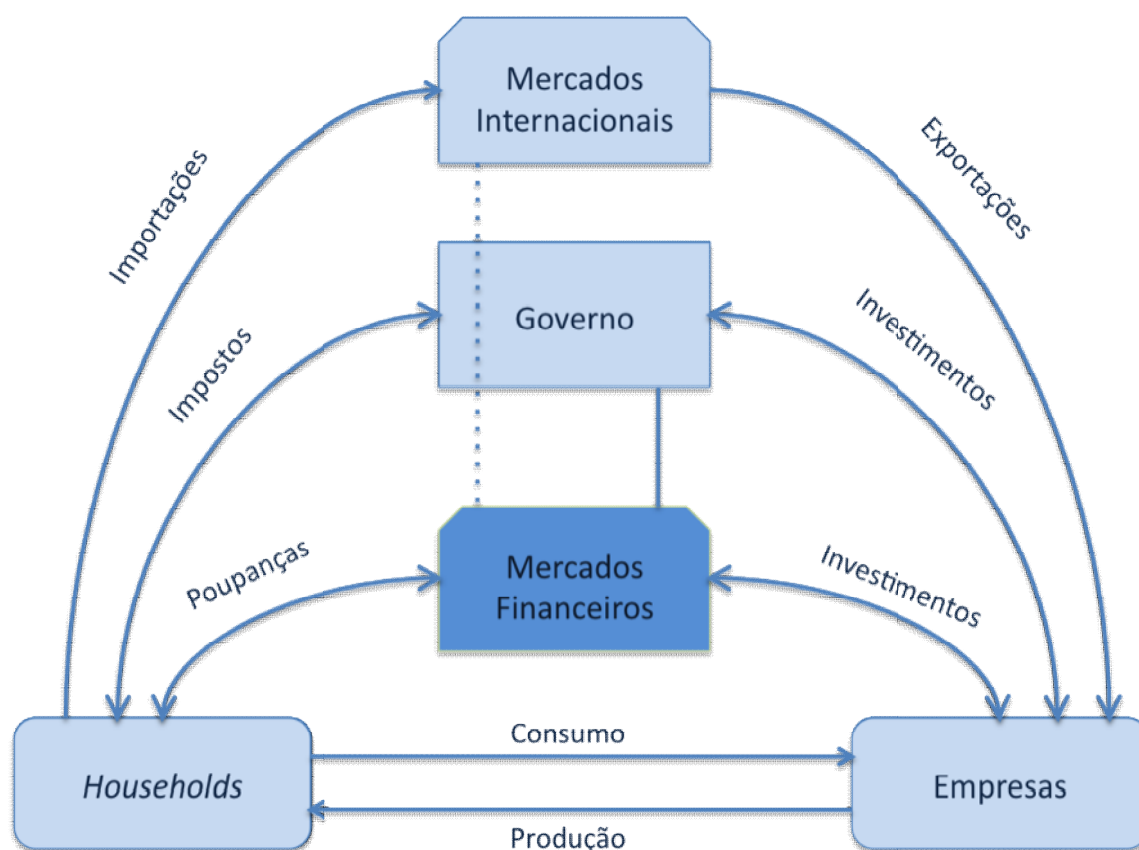
“A iniciativa, que opera sob os auspícios do Programa Ambiental das Nações Unidas, promove a integração de considerações ambientais em todos os aspectos de funcionamento e serviços dos sectores financeiros. Um segundo objectivo da iniciativa é promover o investimento do sector privado em tecnologias e serviços ecológicos”.

A iniciativa resultou numa declaração feita, em 1992, pelas entidades bancárias e demais instituições, denominada *the UNEP Statement by Financial Institutions on the Environment and Sustainable Development* (UNEP, 1997). Em 1997, foi criada a *Insurance Industry Initiative for the Environment in association with UNEP* (UNEP, 1997). Em Janeiro de 2003, quase 200 entidades financeiras tinham assinado as respectivas declarações (Peeters, 2003). Actualmente está composto por mais de 260 entidades financeiras.

### **2.2.1. PAPEL DAS ENTIDADES BANCÁRIAS**

As entidades bancárias possuem um importante papel na economia. Actuam como intermediários entre os clientes com escassez de capital e clientes com excedente de capital. Os seus produtos incluem poupanças, empréstimos, investimentos, mediação e aconselhamento, pagamentos, garantias e posses, entre outros, gerando estas actividades dois tipos de rendimento: ganho por juros de captação e ganho por juros de colocação. No primeiro caso, a instituição trabalha por sua conta e risco, no segundo caso, o banco trabalha por conta e risco dos seus clientes.

A Figura 2.1 representa o processo cíclico do sistema macroeconómico onde as setas representam fluxos de capital. Os *households* (agregados domésticos) pagam impostos, consomem e importam bens e serviços e poupam dinheiro. O Governo tributa impostos, paga subsídios e realiza investimentos. As empresas produzem e exportam bens e serviços, e realizam e recebem também investimentos. É através dos mercados que os bens e serviços são transaccionados.



**Figura 2.1: Papel dos mercados financeiros no sistema económico**

Fonte: Bouma *et al apud* Jeucken, 1998

Os mercados financeiros adquirem uma importância fundamental no sistema económico. Na maioria dos países desenvolvidos, os bancos são os intermediários financeiros mais importantes na economia. Como mediadores, as entidades bancárias possuem quatro funções fulcrais (Bouma *et al apud* Jeucken, 1998):

- Transformar o capital por escala. O excedente de capital de um cliente, geralmente, não é da mesma ordem de grandeza que a escassez de capital de outro cliente;
- Transformar o capital por duração. Os credores devem ter excedentes de capital a curto prazo, enquanto os devedores têm uma necessidade de capital a longo prazo;
- Transformar o capital por localização espacial, e.g. o banco deve poder ceder capital de um credor de Lisboa a um devedor do Porto;
- Actuar como avaliador de risco. Usualmente, os bancos podem avaliar de uma forma mais precisa os riscos de vários investimentos do que investidores independentes.

Esta última função revela ser chave no caminho da sustentabilidade pois as entidades bancárias possuem eficientes sistemas de avaliação de crédito, o que lhes outorga um conhecimento extraordinário. Através deste conhecimento das questões ambientais e dos

riscos financeiros, os bancos cumprem um papel importante na redução da assimetria da informação entre os intervenientes no mercado. Deste modo, anexam um preço a esta redução de incerteza (e.g. através de taxas de juro) para justificar a diferenciação tarifária na sustentabilidade, isto é, clientes com riscos ambientais associados mais elevados irão pagar uma taxa de juro superior (Bouma *et al*, 2001).

Os autores Schmidheiny e Zorraquín, no seu livro *Financing Change* (1996), questionaram-se sobre se as instituições bancárias eram forças impulsoras ou inibidoras da sustentabilidade. Os autores, baseados em entrevistas a responsáveis de instituições do sector financeiro, concluíram que as entidades bancárias não eram forças inibidoras. No entanto, Bouma *et al* (2001), admitiram que esta conclusão era imperfeita. Baseavam a sua afirmação em que as instituições bancárias são, intuitivamente, impedidoras da sustentabilidade devido à sua preferência por períodos de recuperação de capital a curto prazo e por investimentos com taxas elevadas de recuperação de capital. No paradigma económico de maximização do lucro e benefício, as organizações e *households* não têm em conta os impactes ambientais das suas decisões económicas enquanto o ambiente não se encontra representado no preço no qual baseiam as suas decisões. Os autores concluem que, afinal de contas, Schmidheiny e Zorraquín estavam certos na sua tese, sempre e quando exista uma rigorosa legislação ambiental com o seu respectivo controlo, e um ambiente dinâmico relacionado com a evolução de mercado. Apontaram, também, como razão alternativa para o apoio do desenvolvimento sustentável por parte das entidades bancárias, a pressão dos seus *stakeholders* (tais como ONG, accionistas e colaboradores) a agir de forma sustentável.

### **2.2.2. IMPACTES AMBIENTAIS DAS ENTIDADES BANCÁRIAS**

Os impactes ambientais provocados pelas entidades bancárias podem ser classificados em dois grupos: impactes ambientais internos e impactes ambientais externos. Os primeiros dizem respeito ao processo de negócio dos bancos, os segundos a questões externas ligadas aos produtos bancários.

Os bancos são um sector relativamente limpo em relação aos seus impactos ambientais internos (consumo de energia, de água, produção de resíduos, entre outros) quando comparados com outros sectores da economia. No entanto, a dimensão do sector bancário é suficientemente grande para que os seus impactes ambientais sejam considerados como significativos.

Uma pesquisa de 1998 sobre bancos holandeses mostrou como os resíduos eram um dos principais problemas ambientais que os bancos enfrentavam. Além disso, 75% dos bancos

inquiridos afirmavam estar a trabalhar na eficiência energética pois os bancos gastaram 550 milhões de kWh de electricidade e 72 milhões de m<sup>3</sup> de gás em 1996. Deste modo, o sector financeiro holandês assinou um acordo voluntário com o governo de modo a reduzir os consumos de energia em 25% em relação ao ano base 1995, até 2006 (Jeucken, 2001).

A potencial poupança dos bancos no consumo de energia pode chegar a ser muito elevada como mostram os dados das empresas mais proactivas. O banco suíço Union Bank of Switzerland (UBS) entre 1990 e 1993 conseguiu uma redução de 25% do consumo energético e, segundo o seu programa global de eficiência energética de 2008, foram previstas poupanças energéticas de 20 GWh, 3,76 GWh e 2,15 GWh por ano nos seus diversos *campi* e instalações em Zurique, Connecticut e Nova Jérsei respectivamente (UBS, 2008). O próprio UBS e outras entidades como a Credit Suisse Group (CSG) chegaram à conclusão nos seus relatórios ambientais de que a energia revela ser o aspecto ambiental mais significativo.

Como impactes ambientais externos são considerados os impactes produzidos pelos produtos bancários. No entanto, ao contrário de outros sectores económicos, os produtos bancários por si não poluem, sendo os clientes que usufruem de estes produtos os que criam os impactes ambientais. Este facto torna verdadeiramente difícil estimar os impactes ambientais das actividades externas dos bancos. Existe uma dialéctica por parte das instituições afirmando estas que para a avaliação dos impactes criados pelos seus clientes, seria necessária uma intromissão nas suas actividades. Existem dois pontos de vista extremos para tentar compreender os impactes gerados. Por um lado, toda a poluição gerada pelas organizações que são financiadas por bancos é da responsabilidade destes últimos. Deste modo, seria relativamente fácil estimar os impactes ambientais, sendo a soma da poluição de toda a economia em muitos países. Por outro lado, não sendo os produtos bancários os que criam os impactes, os usuários dos produtos devem aceitar a responsabilidade da poluição criada. Contudo, estes dois pontos de vista não se ajustam à realidade, encontrando-se esta num passo intermédio entre os dois pontos de vista sendo, ainda, quase impossível de quantificar.

### **2.2.3. FORÇAS MOTRIZES**

As forças motrizes para a integração da sustentabilidade na estratégia empresarial dos bancos podem ser consideradas, também, como internas e externas.

As forças motrizes internas resultam da pressão dos fornecedores e colaboradores, conselhos de administração e accionistas. As forças motrizes externas resultam da pressão do Governo, dos clientes, da concorrência e da sociedade em geral. Quer as entidades bancárias sejam consideradas responsáveis pela poluição ambiental dos seus clientes, quer não, os riscos dos

clientes são também os riscos das instituições. Se a continuidade de um cliente for ameaçada por nova legislação ambiental, a continuidade da instituição será também afectada. A política governamental é uma das forças motrizes externas mais relevantes para os bancos e, até à data, estes têm reagido com cautela à tentativa do Governo de legislar os seus aspectos externos. Outras forças incluem as expectativas de mudança dos *media* e vários tipos de ONG tais como Greenpeace e WBCSD (Bouma *et al*, 2001).

#### **2.2.4. ATITUDE FASEADA FACE À SUSTENTABILIDADE**

De modo a poder entender as medidas que as entidades bancárias tomam no seu rumo à sustentabilidade, Bouma *et al* (2001) identificam quatro fases diferentes de atitude. Alguns bancos nunca chegam a alcançar a última fase como seria esperado pelos *stakeholders*.

A primeira etapa denomina-se banca defensiva. Nesta fase o banco é considerado como não activo e pode, inclusive, opor-se à nova legislação ambiental pois pode prejudicar os seus interesses directos ou indirectos (e.g. redução de lucros para os clientes). A oportunidade de poupança de capital através de acções como a eficiência energética não é considerada, vendo a gestão ambiental como um custo dispensável. Actualmente, poucos bancos se encontram nesta fase, existindo, no entanto, alguns departamentos que mostram sintomas desta atitude.

A segunda etapa designa-se banca preventiva. Nesta segunda fase, potenciais poupanças em custos ambientais e medidas ecoeficientes são tidas em conta. Esta etapa torna-se por vezes inevitável devido à pressão realizada pelo Governo e sociedade através de legislação ou influência. Todavia, nesta fase os bancos consideram unicamente os seus processos internos como gestão ambiental e avaliação do risco de créditos. Exemplos como o dos bancos NatWest e UBS são notórios, onde foram observadas importantes reduções no consumo energético e diminuições do risco em créditos, através de integração de questões ambientais no processo de avaliação. O UBS foi mais além, sendo o pioneiro na implementação de uma política global de risco ambiental que integrou os aspectos ambientais no sector da banca de investimento (UBS, 2000). Embora a natureza desta etapa seja preventiva, só será encontrada em bancos que praticam a banca ofensiva, a seguinte fase.

A terceira etapa, intitulada banca ofensiva, considera as actividades externas dos bancos, desenvolvendo e comercializando produtos ecológicos. Alguns exemplos são o desenvolvimento de fundos de investimento ambiental e o financiamento de energias renováveis. Os bancos também comunicam através de relatórios de sustentabilidade as suas actividades ambientais, tomando uma atitude proactiva, criativa e inovadora.



Na quarta e última fase, banca sustentável, a filosofia da organização fomenta projectos de risco financeiro mais elevado, baixa taxa de retorno e períodos de amortização mais longos. Nesta etapa os bancos não procuram altas taxas de recuperação de capital mas sim altas taxas de retorno sustentável, sendo rentáveis a longo prazo. Para uma perfeita harmonia, os accionistas devem ter a mesma visão que o banco. Contudo, o estado actual da sociedade e a sua demanda pela sustentabilidade não esta suficientemente desenvolvida para permitir fazer da sustentabilidade o objectivo prioritário dos grandes bancos.

### **2.2.5. PAPEL DO GOVERNO NA SUSTENTABILIDADE DO SECTOR**

Como discutido acima, os maiores impactes dos bancos não estão fisicamente relacionados com os seus produtos mas sim com o uso dado pelos seus clientes. Este facto fez com que os governos se tenham preocupado com o papel dos bancos no cumprimento das políticas ambientais e com a sua atitude face às mesmas.

Na Holanda, a política ambiental tomou um rumo único no estabelecimento de metas ambientais estipuladas no National Environmental Policy Plan (NEPP) e versões seguintes (NEPP+). Este plano de políticas ambientais proporcionava metas ambientais para vários sectores da economia holandesa. No NEPP, os bancos não foram directamente citados na elaboração da política ambiental, mas sim confrontados com o custo de despoluição ambiental das actividades dos seus clientes. Devido à nova legislação ambiental, diversos sectores investiram em tecnologias ambientais e as instituições bancárias desenvolveram fundos de investimento especiais para estas tecnologias. Tomaram uma atitude proactiva e ofensiva em relação às políticas ambientais implementadas pelo Governo neerlandês. A seguinte fase, o NEPP+, caracterizou-se por atestar a importância dos acordos voluntários entre o Governo e as instituições mas, novamente, as entidades bancárias não estiveram directamente envolvidas no processo. Na terceira etapa, o ambiente já não era considerado unicamente como um problema exclusivo do Governo e do responsável da contaminação, mas sim de outros parceiros de negócios e intermediários como o sector financeiro (VROM, 1998). Esta terceira etapa envolveu os bancos como intervenientes na elaboração de políticas ambientais.

Como consequência, os governos devem estimular, facilitar, monitorizar e coordenar a elaboração e cumprimento das políticas ambientais. Uma grande variedade de ferramentas está ao dispor das organizações, tais como o apoio financeiro ao desenvolvimento de produtos ecológicos, o desenvolvimento de um sistema de troca de informação ambiental e instrumentos financeiros (investimentos ecológicos, rotulagem ecológica, exploração de metodologias de análise e ciclo de vida de produtos), entre outros.

## 2.3. PRINCIPAIS MARCOS DE ACÇÃO

Ao longo do tempo foram surgindo marcos de acção no panorama mundial em relação à sustentabilidade. De seguida, será apresentado um conjunto de iniciativas internacionais e nacionais no plano da sustentabilidade no sector bancário.

### 2.3.1. PRINCIPAIS *MILESTONES* INTERNACIONAIS

Têm surgido, desde princípios da década de 90, uma série de iniciativas voluntárias e acordos legislativos em relação à sustentabilidade no sector da banca no panorama internacional. A Tabela 2.1 sintetiza as principais *milestones* internacionais.

**Tabela 2.1: Principais *milestones* internacionais da sustentabilidade no sector bancário**

| Data    | Iniciativa                     | Descrição  | Tipo        |
|---------|--------------------------------|--|-------------|
| 1992    | UNEP FI                        | A Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP FI) publica o <i>Statement by Banks on Environmental Sustainable Development</i> , sobre a forma como os bancos devem gerir os seus riscos ambientais.   | Voluntário  |
| 1993    | UE                             | A Comissão Europeia publica o <i>Green Paper</i> sobre impactos ambientais que se baseia nos princípios do “poluidor-pagador” e da prevenção.  | Voluntário  |
| 1993    | UE                             | Foi aprovado o Quinto Programa-Quadro de Acção em Matéria de Ambiente da UE que defende que as instituições financeiras, ao assumirem riscos das empresas, podem exercer sobre estas uma forte influência ou, nalguns casos, controlo. Deste modo, as instituições financeiras podem fazer com que as empresas tenham comportamentos sociais e ambientais mais responsáveis. | Legislativo |
| 1993-98 | Associação Britânica de Bancos | Publicação de vários artigos sobre a ligação entre a responsabilidade ambiental dos bancos e a necessidade de desenvolvimento de metodologias que lhes permitam implementar uma melhor gestão dos riscos.  | Voluntário  |
| 1994    | EUA                            | Fundação da Associação Ambiental de Bancos para apoio às instituições financeiras no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão dos riscos ambientais.   | Voluntário  |
| 1994    | Alemanha                       | Fundação da Associação para a Gestão Ambiental dos Bancos e das Companhias de Seguros para auxílio na contabilização e no reporte ambientais.  | Voluntário  |

**Tabela 2.1: Principais *milestones* internacionais da sustentabilidade no sector bancário (continuação)**

| <b>Data</b>      | <b>Iniciativa</b> | <b>Descrição</b>   | <b>Tipo</b> |
|------------------|-------------------|--|-------------|
| 1995             | WBCSD             | Criação do World Business Council for Sustainable Development composto actualmente por mais de 200 entidades. Tem como objectivo promover a responsabilidade social e a ecoeficiência em um contexto empresarial e de inovação.  | Voluntário  |
| 1995             | Reino Unido       | O governo cria o <i>Environmental Act</i> que atribui aos bancos uma responsabilidade acrescida fazendo com que estes possam vir a suportar os custos dos danos causados no ambiente resultantes das actividades das empresas que financiam.   | Legislativo |
| 1997             | GRI               | Criação da Global Reporting Initiative que é, desde 2002, um organismo independente sem fins lucrativos e que tem como missão desenvolver e disseminar globalmente as directrizes que subjazem à elaboração dos relatórios de sustentabilidade.  | Voluntário  |
| 1999             | DJSI              | Criação do Dow Jones Sustainability Index, primeiro índice global que reúne as empresas líderes mundiais em sustentabilidade. Prova que existe mercado para este tipo de produto financeiro.   | Voluntário  |
| 2000             | Nações Unidas     | Objectivos do Milénio. Visam objectivos a nível global que passam pela melhoria das condições socioeconómicas e pela criação de uma parceria global tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Objectivos a cumprir até 2015.   | Voluntário  |
| 2000             | Nações Unidas     | Lançamento da fase operacional da Global Compact que junta empresas e ONG para trabalharem em conjunto na melhoria das condições nas áreas dos direitos humanos, dos direitos laborais, do ambiente e do combate à corrupção. Muitas instituições financeiras aderiram à iniciativa.   | Voluntário  |
| A partir de 2000 | Europa            | Publicação de legislação na Bélgica, França, Alemanha, Espanha e Reino Unido sobre a matéria.  | Legislativo |
| 2001             | FTSE4Good         | Criação do FTSE4Good em uma iniciativa conjunta da Bolsa de Valores de Londres e do jornal Financial Times. Trata-se de um índice que monitoriza o desempenho de companhias alinhadas a determinados critérios e normas de responsabilidade social e ambiental. O índice visa dar visibilidade a essas empresas e aproximá-las de investidores que preferem aplicar seu dinheiro em negócios sustentáveis. | Voluntário  |

Tabela 2.1: Principais *milestones* internacionais da sustentabilidade no sector bancário (continuação)

| Data | Iniciativa                 | Descrição  | Tipo        |
|------|----------------------------|--|-------------|
| 2002 | Reino Unido                | Publicação dos “Princípios de Londres para as Finanças Sustentáveis” pelo Projecto “Princípios de Londres”, que tem como objectivo avaliar o papel desempenhado pelas instituições financeiras britânicas no desenvolvimento sustentável.  | Voluntário  |
| 2003 | Princípios do Equador      | Os Princípios do Equador são criados por bancos como o Citigroup, ABN-AMRO, WestLB e Barclays, que começam a ter problemas relacionados com os riscos ambientais nas suas áreas de <i>Project Finance</i> . Estes princípios estão destinados a servir como uma base comum e como um enquadramento para a aplicação, de cada instituição financeira, das suas próprias políticas sociais e ambientais internas, procedimentos e normas relacionadas com o seu projecto de actividades financeiras. | Voluntário  |
| 2003 | Declaração de Collevocchio | A Declaração de Collevocchio é criada por ONG e outras instituições fora do sector financeiro como resposta aos Princípios do Equador. Propõe medidas mais ambiciosas e restritas .  | Voluntário  |
| 2004 | UE                         | Publicação da Directiva Relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros visando harmonizar legislações nacionais.  | Legislativo |
| 2004 | UE                         | Publicação da Directiva de Responsabilidade Ambiental, baseada no princípio do “poluidor-pagador”. Fornece às autoridades competentes de cada Estado-Membro poder para obrigar as organizações a tomar medidas preventivas e/ou de reparação adequadas.  | Legislativo |
| 2005 | Protocolo de Quioto        | Entra oficialmente em vigor o Protocolo de Quioto que propõe um calendário pelo qual os países desenvolvidos têm a obrigação de diminuir a emissão de gases poluentes em, pelo menos, 5,2% até 2012, em relação aos níveis de 1990.  | Voluntário  |
| 2005 | Brasil                     | A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) lança o Índice de Sustentabilidade Empresarial composto por empresas sustentáveis.   | Voluntário  |
| 2006 | FT & WB                    | O <i>Financial Times</i> e a IFC lançam o prémio anual Banco Sustentável, existindo várias categorias. Premeia-se a liderança e inovação na integração das questões ambientais, sociais e considerações sobre a governança. Em 2006, o prémio foi para o HSBC, em 2007, para o ABN-AMRO, em 2008 para o Banco Real (BR) do Brasil e em 2009 para o Triodos Bank.   | Voluntário  |
| 2006 | Nações Unidas              | São lançados os Princípios para o Investimento Responsável, visando providenciar aos investidores uma bateria de ferramentas destinadas a incorporar aspectos sociais e ambientais nos processos de tomada de decisão em investimentos.  | Voluntário  |

Adaptado de Santos *et al*, 2007

### 2.3.1.1. Princípios do Equador

No panorama internacional, destacam-se os Princípios do Equador (PE). Estes são um conjunto de directrizes voluntárias para a promoção da responsabilidade social e ambiental no financiamento de projectos, especialmente em mercados emergentes. Para tal, os bancos analisam os impactes dos projectos no ambiente e na sociedade. Os princípios estão baseados, em grande parte, nas políticas e directrizes da IFC e são aplicados a projectos com um custo total igual ou superior a \$EUA dez milhões. Os princípios requerem às entidades signatárias uma avaliação dos riscos ambientais e sociais antes da decisão sobre a concessão do empréstimo, categorizando os projectos em: alto risco; risco moderado; e baixo risco. As entidades bancárias devem também realizar um estudo de impacte ambiental e preparar um plano de gestão ambiental para os projectos de categoria A e B. Os projectos de categoria C não requerem um estudo de impacte ambiental (Equator Principles, 2006).

Segundo Esty *et al* (2005) a história dos PE data de final da década de 90, quando o ABN-AMRO se deparou com uma situação de contaminação severa de águas, em Papua-Nova Guiné, num projecto que financiava. O banco mostrou à IFC a sua preocupação sobre a falta de directrizes guia na decisão de concessão de empréstimos em relação aos riscos sociais e ambientais. Em 2002, o ABN-AMRO e a IFC convidaram outras três instituições bancárias (Barclays, Citigroup e WestLB) para discutir as suas experiências neste âmbito. Após esta reunião, os bancos reuniram-se para projectar os princípios que posteriormente foram enviados à IFC, a outros bancos, ONG, e clientes. Finalmente, a 4 de Julho de 2003, dez grandes instituições bancárias anunciavam a adopção dos PE. Já em 2006, 40 instituições bancárias eram signatárias dos PE, representando 85% do mercado mundial na área de *Project Finance*.

Apesar da boa adopção geral dos princípios por parte dos grandes bancos, os PE têm sido também criticados. Segundo Watchman (2005) os princípios não vão suficientemente longe na consecução do desenvolvimento sustentável. O autor critica a falta de transparência e verificação por parte dos bancos, queixa comum das ONG. Os bancos não fornecem toda a informação necessária devido a cláusulas de confidencialidade para com os seus clientes. O autor questiona-se, também, sobre qual a vantagem da aplicação dos princípios se estes não são verificados por entidades externas. Bancos como Japan Bank for International Cooperation ou Citigroup possuem conselheiros externos sobre a sua política e procedimentos e deram início a auditorias externas sobre a aplicação dos princípios, de modo a fazer frente a

estas críticas. A ONG BankTrack (2005) critica também os PE afirmando que estes são uma forma de limpar a imagem das operações dos bancos nos países em vias de desenvolvimento.

Scholtens e Dam (2007) concluem uma série de factos no seu estudo sobre os PE. Afirmam que as entidades signatárias dos PE encontram-se num primeiro plano, sendo na sua maioria grandes bancos. Revelam também que a adopção destes princípios acarreta uma série de custos extra. Este facto foi confirmado por Wright e Rwabizambuga (2006). Declaram que os accionistas não reagem de forma negativa à adopção dos princípios, sempre e quando o valor das suas acções não se veja afectado de forma significativa. Os autores sugerem que a adopção dos princípios ocorre nos bancos que concedem uma grande importância às políticas de RSE. Através da adopção dos PE, os bancos mostram o seu compromisso para com a sociedade e o ambiente e, embora estes tenham uns custos associados, melhoram a reputação da organização.

### 2.3.2. PRINCIPAIS *MILESTONES* NACIONAIS

A nível nacional, a implementação de acordos voluntários ocorreu mais tarde, sendo transpostos para ao plano nacional alguns princípios orientadores de instituições internacionais. A Tabela 2.2 mostra os principais marcos da sustentabilidade no sector bancário em Portugal.

**Tabela 2.2: Principais *milestones* nacionais da sustentabilidade no sector bancário**

| Data | Iniciativa           | Descrição  | Tipo        |
|------|----------------------|--|-------------|
| 2000 | Estratégia de Lisboa | Estratégia de Lisboa: defende a <i>Triple Bottom Line Perspective</i> : as organizações devem ter em consideração o factor financeiro, ambiental e social  | Legislativo |
| 2000 | GRACE                | Criação, por um grupo de empresas, do Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial que tem por missão promover a cidadania e a responsabilidade social das empresas.  | Voluntário  |
| 2001 | BCDS                 | Criação do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, por empresas nacionais com o objectivo de transpor, para o plano nacional, os princípios orientadores do WBCSD, isto é fazer das empresas um elemento catalisador da mudança rumo ao desenvolvimento sustentável e promover a ecoeficiência e a responsabilidade social. | Voluntário  |

Tabela 2.2: Principais *milestones* nacionais da sustentabilidade no sector bancário (continuação)

| Data    | Iniciativa                              | Descrição   | Tipo        |
|---------|---|---|-------------|
| 2002    | ENDS                                    | Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida em torno de quatro grandes domínios estratégicos: o território como bem a preservar; melhorar a qualidade do ambiente; produção e consumos sustentáveis nas actividades económicas e em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento.  | Legislativo |
| 2002    | RSE Portugal                            | Criação da Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas (RSE Portugal) - associação empresarial sem fins lucrativos que visa dar maior visibilidade às empresas com práticas socialmente responsáveis e ser a referência nacional ao nível da Responsabilidade Social das Empresas.  | Voluntário  |
| 2003    | ENDS                                    | Plano de Implementação da ENDS definindo metas e prazos concretos, meios de implementação e indicadores de avaliação. Foram criados documentos para as Questões Financeiras e Fiscais e para outros sectores da economia e da sociedade.  | Legislativo |
| 2004    | Versão portuguesa da GRI                | Lançamento da versão portuguesa das directrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade da GRI: grupo <i>multistakeholder</i> (BRISA, EDP, Millenium BCP, BCSD, OIKOS e OROC).   | Voluntário  |
| 2004    | BES e Millenium BCP                     | Banco Espírito Santo (BES) publica Relatório de Sustentabilidade de 2003 e adere e aos princípios da Global Compact das Nações Unidas; Millennium BCP adere à Global Reporting Initiative.  | Voluntário  |
| 2005    | Protocolo de Quioto                     | Entrada em vigor do Protocolo de Quioto.  | Voluntário  |
| 2005    | BES, BCP e Santander Totta              | BES adere aos Princípios do Equador;<br>Millennium BCP publica relatório de Responsabilidade Social e cria uma rede comercial autónoma do microcrédito, com a abertura de 3 sucursais, em Lisboa, Porto e Braga. O banco também adere aos Princípios do Equador e da Global Compact;<br>Banco Santander-Totta (BST) publica relatório de Responsabilidade Social Corporativa de 2004. | Voluntário  |
| 2006-07 | BES, Millenium BCP e Banif Investimento | O BES é o primeiro banco português a pertencer ao FTSE4Good;<br>BES e Millennium BCP iniciam as inventariações dos consumos de energia associadas ao seu funcionamento, e realizam estimativas das suas emissões indirectas de CO <sub>2</sub> ;<br>BES e Banif Investimento criam fundos de investimento associado ao carbono e às energias.   | Voluntário  |

Fonte: adaptado de Santos *et al*, 2007

No marco nacional, pode destacar-se a criação do BCDS Portugal, em 2001, como uma das *milestones* mais importantes. Esta iniciativa pretendia fazer das empresas os elementos-chave para a promoção do desenvolvimento sustentável na sociedade. Também a ENDS que define o percurso a seguir no caminho da sustentabilidade para Portugal.

Não foi até 2004 que os principais bancos portugueses tomaram acções em relação à sustentabilidade. O BES foi o primeiro banco a publicar o seu relatório de sustentabilidade e a aderir à Global Comapct. Por sua vez, o Millenium BCP adere à GRI, lançando o seu relatório de responsabilidade social um ano depois.

## **2.4. POLÍTICAS AMBIENTAIS E BOAS PRÁTICAS DOS BANCOS**

A definição de banca sustentável pode ser analisada de várias formas e sob diferentes pontos de vista. Segundo Nair (2006), a banca sustentável trata de alcançar um equilíbrio entre os interesses económicos e as aspirações sociais das comunidades, minimizando ao mesmo tempo os impactos ambientais com o desafio de manter a transparência. A IFC (2007) vai mais além na sua definição, descrevendo a banca sustentável como uma ferramenta de gestão de risco que ajuda os bancos a proteger o seu capital e reputação, e como uma oportunidade de negócio, pois incentiva os bancos a desenvolver novos produtos financeiros e a criar novos mercados. Porteus (2005), ainda refere a necessidade de oferecer produtos competitivos, inovar nesses produtos e participar no debate público sobre os benefícios e desafios da responsabilidade social bancária.

O empréstimo/investimento responsável faz parte da sustentabilidade no sector da banca. Os padrões usados para julgar este critério são a inclusão dos aspectos ambientais na política dos bancos, e a verificação da conduta ambiental dos clientes em negócios e projectos.

De seguida serão apresentados um conjunto de exemplos de bancos que inseriram os riscos ambientais e sociais no seu *core business*, e que desenvolveram estratégias, novos produtos e serviços para transformar as ameaças criadas por esses riscos em oportunidades de negócio.

### **2.4.1. ABN-AMRO**

O ABN-AMRO revela ser muito activo no mercado dos Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR, SRI em inglês). É o criador do *Climate Change and Environment Total Return Index*, programa pelo qual se investe unicamente em empresas dedicadas à produção de energias alternativas, à distribuição e tratamento de água, ao tratamento de resíduos tóxicos e à produção de metais catalisadores. Em 2007 criou o *Eco-Markets*, composto por um grupo multidisciplinar para identificar oportunidades de mercado na área das alterações climáticas



desenvolvendo novos instrumentos e produtos que apoiam as necessidades de financiamento dos clientes. Lançou também o primeiro fundo ético de investimento na América Latina e assumiu a liderança no negócio de créditos de carbono e associou-se em parceria com o IFC em empréstimos socioambientais e construção sustentável (ABN-AMRO, 2008).

É o banco líder do DJSI-STOXX e co-líder no DJSI-World no sector bancário e encontra-se incluído no FTSE4Good e no Global 100 Most Sustainable Corporations in the World. Recebeu inúmeros prémios, tais como: *Banco Sustentável do ano em 2007* segundo o Financial Times e IFC; *Award for Corporate Social Responsibility* segundo o Best of European Business e o *Silver Award for Excellence in Emission Markets* segundo o Energy Business Awards. Esteve, igualmente, envolvido na criação dos Princípios do Equador.

### **2.4.2. BARCLAYS**

A sua principal actividade sustentável encontra-se no mercado de emissões de carbono. Está envolvido no financiamento de vários projectos e empresas de energias renováveis e possui 16% do capital da Greenenergy Internacional Limited (líder mundial no mercado dos biocombustíveis). Elabora anualmente um questionário sobre direitos humanos, ambiente e ética empresarial para os seus fornecedores para avaliar a sua responsabilidade social e ambiental. Em caso de reprovação, trabalha em parceria com os fornecedores de modo a melhorar o seu desempenho e quando não se verifica melhoria, estes fornecedores são excluídos. Considera riscos ambientais e sociais na gestão de risco da sua carteira de crédito e na avaliação da concessão de empréstimos. Do mesmo modo que o ABN-AMRO, esteve envolvido na fundação dos Princípios do Equador (Barclays, 2009).

O Barclays Capital plc foi eleito, pelas revistas Environmental Finance e Risk, como a melhor empresa a operar no Emissions Trading Scheme da UE em 2006. Eleito como líder no Carbon Disclosure Leadership Index 2008.

### **2.4.3. HSBC**

A entidade oferece a analistas e clientes de ISR serviços de avaliação do desempenho das empresas em termos de sustentabilidade. Assim como o Barclays, considera questões ambientais e sociais na gestão de risco da sua carteira de créditos e na avaliação da concessão de empréstimos. A inclusão financeira é um dos seus objectivos principais, trabalhando com instituições especializadas na concessão de microcréditos na Argentina, Índia, México, Filipinas, Sri Lanka e Turquia. O processo nestes mercados baseia-se em associar a viabilidade comercial com o benefício social e ambiental. O banco arriscou em duas áreas

visíveis, sendo elas as alterações climáticas e a estratégia de microfinanças. Em relação às alterações climáticas apostou no investimento em energia eólica, solar e geotérmica, nos biocombustíveis e no armazenamento e captura de carbono. A estratégia de microfinanças foi apresentada em 2007, oferecendo a clientes o acesso a créditos com taxa fixa, à securitização, à cobertura do risco e a soluções de gestão (HSBC, 2008) (HSBC, 2008).

O HSBC detém diversos prémios, entre eles: *World's First Carbon Neutral Bank* segundo o Centre for Education and Research in Environmental Strategies (CERES); *Banco Sustentável do ano em 2006* segundo o Financial Times e IFC; melhor companhia financeira de 2007 em ética de negócios, segundo a Covalence; e membro do Carbon Disclosure Leadership Index 2008.

#### 2.4.4. OUTROS BANCOS EMERGENTES

Existem no mercado outros bancos que, pouco a pouco, vão conquistando quota de mercado em relação à sustentabilidade ambiental. Entre eles podem destacar-se os brasileiros Banco do Brasil e Itaú, o checo Česká Sporitelna, o esloveno Dexia Banka Slovensko e o sul-africano Nedbank Group (Santos *et al*, 2007).

O Banco do Brasil lançou no mercado um fundo de investimento que tem como *benchmark* o Índice de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de São Paulo. Apoia um projecto de sensibilização sobre os efeitos do carbono no ambiente e na saúde pública. Foi um dos primeiros bancos a aderir aos Princípios do Equador e venceu o prémio de *Banco Sustentável do Ano em 2007 da América Latina* atribuído pela IFC e Financial Times. O Itaú possui um sistema de gestão social e ambiental *state-of-the-art* conseguido com a estreita colaboração da IFC. A análise dos riscos dos créditos concedidos tem em conta os aspectos sociais e ambientais. As condições dos contratos de empréstimo concedidos dependem da obtenção, por parte dos financiados, de licenças e certificações ambientais. Faz monitorizações e avaliações ambientais periódicas às empresas e projectos que financia. Suporta muitos projectos e empresas de energias renováveis, de reaproveitamento de água e de reciclagem. É também signatário dos Princípios do Equador desde Agosto de 2004 (Santos *et al*, 2007).

O Česká Sporitelna proporciona empréstimos a pequenas e médias empresas para projectos que visem a poupança de energia. Faz também investimentos em infra-estruturas destinadas à produção de energias renováveis (Santos *et al*, 2007).

O Dexia Banka Slovensko assume uma posição de liderança no financiamento de projectos locais de desenvolvimento sustentável, como pequenas hidroeléctricas. Foi um dos primeiros

na Europa de Leste a aplicar e a desenvolver metodologias de *Project Finance* no sector das energias renováveis. É um dos poucos bancos da UE que actua como gestor do National Register of Greenhouse Emission Quotas. Tendo esta responsabilidade, o banco dá formação sobre as emissões de carbono e criou um fórum sobre esta matéria para trabalhadores e representantes do Governo. Em colaboração com a IFC, participou no financiamento de vários projectos em infra-estruturas e na área da eficiência energética. Foi eleito *Banco Sustentável do Ano 2007 na Europa de Leste*, pelo Financial Times e IFC (Santos *et al*, 2007).

O Nedbank incorpora os aspectos sociais e ambientais na sua estratégia comercial. É signatário dos Princípios do Equador desde Novembro de 2005 e distingue-se com o Programa *Affinities* no qual os clientes, ao usarem o seu cartão de crédito, os seus cheques ou ao abrirem uma conta poupança estão, simultaneamente e sem custos, a doar verbas para protecção ambiental, a ajudar a crianças carenciadas e a apoiar a conservação do património cultural e artístico do país. É o *Banco sustentável do ano 2007 no Médio Oriente e África*, distinção atribuída novamente pelo Financial Times e IFC (Nedbank Group, 2008).

Existem muitos outros bancos que integraram de forma eficiente os aspectos ambientais e/ou sociais no seu *core business*. São referidos outros bancos que se destacam pelas suas boas práticas em diversos sectores de negócio, entre eles: ANZ Bank, Austrália; Banco Bradesco, Brasil; Banco Real, Brasil; Banex, Nicaragua; Bank Sarasin, Suíça; Deutsche Bank, Alemanha; WestLB, Alemanha; Royal Bank of Scotland, Escócia; DFCC Bank, Sri Lanka; Hatton National Bank, Sri Lanka; Doha Bank, Qatar; Industrial Bank, China; Investec, África do Sul; Ixe Banco, México; Kenya Commercial Bank, Quénia; Russian Agricultural Bank, Rússia; Standard Chartered, Reino Unido; Sumitomo Mitsui Banking Corp, Japão; Triodos Bank, Holanda; Rabobank Group, Holanda, ING, Holanda, e YES Bank, Índia.

#### 2.4.5. BANCOS PORTUGUESES

Os bancos portugueses integram também no seu *core business* políticas de sustentabilidade e boas práticas ambientais encontrando-se, no entanto, mais atrasados em relação aos líderes de mercado. As suas políticas e acções são díspares, evidenciando-se em diferentes aspectos. Entre os bancos, destacam-se os cinco bancos com maior quota de mercado em Portugal, a saber: Caixa Geral de Depósitos, o Banco Comercial Português “Millenium BCP”, o Banco Espírito Santo, Banco Santander-Totta e Banif.

A CGD tem como objectivo ser carbono zero até 2010 desenvolvendo esforços para a redução das emissões directas resultantes do seu funcionamento, para a compensação das emissões inevitáveis, para a literacia em efeitos do carbono dos seus colaboradores e para o

desenvolvimento de soluções financeiras que induzam alterações estruturais no uso da energia e no comportamento dos seus clientes. Neste sentido, destaca-se a linha de crédito pessoal específica para energias renováveis com condições especiais ao nível do prazo de reembolso e dos juros cobrados para clientes que desejem instalar tecnologias amigas do ambiente nas suas habitações (CGD, 2008).

O Millenium BCP é signatário dos Princípios do Equador desde 2006 e pretende formalizar uma política ambiental para além daquilo que lhe é exigido por lei, incorporando o ambiente nas políticas de investimento e de concessão de crédito. Efectua um questionário com base nos princípios da Global Compact aos seus fornecedores para aprofundar conhecimento sobre as suas práticas de responsabilidade social e de preservação do ambiente. Promoveu as linhas BEI investimento, em parceria com o Banco Europeu de Investimento, no final de 2008, onde se destacam projectos relacionados com a protecção do ambiente e energias renováveis, entre outros. Elabora relatórios de sustentabilidade desde 2004 (Millenium BCP, 2008).

O BES inseriu a sustentabilidade na sua política através do programa Realizar Mais, sendo o primeiro banco português a formar parte do FTSE4Good em 2007. Recebeu o prémio *Renewable Deal of the Year*, em 2006, da Project Finance International, pelo financiamento de projectos eólicos e hídricos da Enersis no valor global de € 985 milhões. É signatário dos Princípios do Equador desde 2005 como referido no ponto 2.3., e é um dos investidores e promotores do Luso Carbon Fund (LCF), o primeiro fundo privado de carbono em Portugal, e do New Energy Fund (NEF). Através do projecto *Lean Banking* fomenta a eficiência na gestão dos recursos necessários (nomeadamente consumo de papel e água) ao funcionamento das suas actividades e à gestão dos resíduos resultantes. Elabora relatórios de sustentabilidade desde 2003 (BES, 2008).

O BST atribui às suas empresas cliente um nível de *rating* ambiental e disponibiliza-lhes uma ferramenta informática de identificação dos riscos ambientais. Possui a política ambiental dos “três R”: reduzir, reciclar e reutilizar. Inventaria o impacte da sua actividade em termos de emissões de gases de efeito estufa. Está envolvido no financiamento de vários projectos de investimento em energias renováveis e de tratamento de águas, e é também um dos investidores do LCF. Elabora relatórios de sustentabilidade da sua actividade em Portugal desde 2004 (Banco Santander-Totta, 2008).

O Banif – Grupo Financeiro definiu pela primeira vez em 2008 a política ambiental do grupo. O Banif procura a protecção e a gestão do ambiente e a promoção alargada de comportamentos ambientalmente responsáveis, quer ao nível dos produtos e serviços

financeiros que oferece ao mercado, quer na gestão da sua actividade diária. O grupo foi, junto com o BES e BST, um dos investidores e promotores do LCF, e também do NEF. Com estes dois fundos, o Banif pretende minimizar e monitorizar a pegada carbónica decorrente das suas actividades. É também responsável pelo Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, investindo em saneamento básico, novas tecnologias de prevenção e recuperação do ambiente, gestão de resíduos, entre outros (Banif - Grupo Financeiro, 2009; Bank Sarasin, 2009).

#### **2.4.6. BANCA NÃO CONVENCIONAL**

Para além da banca regular, existe uma banca distinta, não convencional, que merece destaque. Suportada desde a sua concepção por princípios de sustentabilidade, é conhecida vulgarmente como “banca dos pobres”.

Em 1976, o economista bengalês Muhammad Yunus estabeleceu um novo tipo de sistema bancário com a fundação do Grameen Bank. Este sistema, voltado para atender os mais necessitados, particularmente mulheres em Bangladesh, permitiu que os bengaleses iniciassem pequenos negócios com maior facilidade. Com a iniciativa, Yunus tornou-se o pioneiro de um modelo exaustivamente copiado por mais de 100 países. O novo sistema baseava-se nas microfinanças. Segundo Robinson (2001), o termo microfinanças refere-se a serviços financeiros de pequena escala, principalmente microcréditos, fornecidos a indivíduos que operam pequenas empresas ou microempresas onde os bens são produzidos, reciclados, reparados, ou vendidos, bem como a outros indivíduos e grupos a nível local, em países em vias de desenvolvimento.

Segundo Bennet e Cuevas (1996), desenvolver um sistema de serviços financeiros para a população pobre é fundamental sob três perspectivas: desenvolvimento do sector financeiro, formação e crescimento de novas pequenas empresas, e redução da pobreza. Os indivíduos não integrados formalmente no sector financeiro devido ao seu baixo rendimento, género, etnia, entre outros, representam um amplo mercado para instituições que podem reduzir os riscos e custos no fornecimento de serviços financeiros. Também, a disponibilidade de fontes de financiamento estáveis contribui para o arranque e crescimento das micro e pequenas empresas. Por último, o acesso a pequenas quantias monetárias pode ajudar as populações mais necessitadas a sair da pobreza e a criar ou aumentar a produtividade das suas microempresas.

Ellis (2000) conceptualiza os pobres como um grupo heterogéneo de famílias vulneráveis com uma vida complexa e necessidades variadas. A partir de tal perspectiva, o conceito

microfinanças é visto como um meio para a consecução das prioridades das famílias (e.g. propinas escolares), para a redução das vulnerabilidades (e.g. súbita quebra no consumo) e aumento do rendimento.

As últimas duas décadas têm sido fundamentais no estudo e entendimento das necessidades dos serviços financeiros dos pobres, assim como o fornecimento dos mesmos por parte das instituições. Este sector da população necessita destes serviços para manter e melhorar a sua qualidade de vida, podendo os fornecedores satisfazer estas necessidades. Martin *et al* (2002) apontam a importância de compreender o comportamento das instituições e as preferências das famílias, pois pode ser um guia importante para a criação e desenvolvimento dos produtos e serviços por parte das instituições de microfinanças e dos bancos. Afirmam, também, que os novos produtos devem ser dinâmicos e adaptáveis à mudança das necessidades. Fornecer à população necessitada serviços financeiros efectivos ajuda a lidar com a sua vulnerabilidade, reduzindo a pobreza. Contudo, uma estratégia de microfinanças não é a panaceia que elimina a pobreza ou as desigualdades sociais, mas sim uma ferramenta que pode aumentar o nível de vida das populações mais necessitadas.

## **2.5. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Na discussão sobre o ecoinvestimento, existem duas posições totalmente antagonistas. Por um lado, surge o argumento de que os investidores devem concentrar-se unicamente no valor dos accionistas. Por outro lado, defende-se a integração dos diferentes *stakeholders* no processo para a internalização dos aspectos ambientais. Ambas correntes possuem falhas pois não têm em conta um ponto-chave. A primeira corrente esquece que os *stakeholders* são grupos com influência na gestão de uma organização e a segunda corrente esquece que o proprietário de uma empresa persegue o objectivo legítimo do seu interesse pessoal mas ambos, *share* e *stakeholders*, são partes importantes no sucesso das organizações (Schaltegger e Figge, 1997). O conceito de desenvolvimento sustentável remarca o elo de ligação entre as vertentes económica, ecológica e social. Através da adopção deste conjunto tridimensional, os bancos e outras entidades financeiras encontram-se a marcar o caminho para o investimento sustentável.

Os factores ambientais e os investidores produzem uma notável influência na perspectiva futura de uma empresa. Os factores ambientais influenciam o preço do capital da organização, enquanto os investidores não só financiam tecnologias ambientais mas também influenciam em que medida os critérios de sustentabilidade são adoptados na estratégia de gestão e decisões de investimento da organização. Deste modo, a relevância económica do

desenvolvimento sustentável para os investidores e a relevância do comportamento dos investidores em relação ao desenvolvimento sustentável estão inerentemente relacionadas. Quanto maior for a importância dos aspectos ambientais no sucesso económico, maior será a dependência dos investimentos nestes aspectos (Weber *et al*, 2008).

Actualmente, cada vez mais bancos contemplam que a relevância dos aspectos sustentáveis não está limitada unicamente aos riscos ambientais. As instituições bancárias mais empreendedoras entraram neste ramo de negócio criando novos mercados direccionados a uma ampla faixa de clientes. Os produtos de investimento sustentável podem-se destacar em quatro categorias, sendo elas: fundos éticos, fundos de tecnologia ambiental, fundos de ecoeficiência e fundos de investimento sustentável.

### **2.5.1. FUNDOS ÉTICOS**

Na década de 70, os aspectos sociais e ambientais foram agregados pela primeira vez por investidores norte-americanos. De um modo metodológico, os fundos éticos funcionam com listas negativas e critérios de exclusão baseados em valores éticos, e.g. companhias produtoras de armas, tabaco e álcool, entre outros, são excluídas do fundo (Jeucken, 2001).

Os fundos éticos são vistos como predecessores dos fundos sustentáveis. Podem, parcialmente, excluir riscos financeiros ambientais e sociais (e.g. riscos sociais derivados do álcool). No entanto, não consideram possíveis oportunidades económicas do comportamento ético. Os riscos sociais e ambientais que não são excluídos são considerados como elevados. Em soma, os riscos financeiros gerais dos fundos éticos aumentam devido à restrição de possibilidades na sua diversificação. Devido a estas limitações, torna-se claro que a utilização de listas de exclusão é insuficiente do ponto de vista ético e económico.

### **2.5.2. FUNDOS DE TECNOLOGIA AMBIENTAL**

Os primeiros fundos de tecnologia ambiental foram desenvolvidos na Europa no final da década de 80. Em 1992, o CSG lançou o *EcoProtect*, o primeiro fundo de tecnologia ambiental conhecido. O conceito assumia que as tecnologias amigas do ambiente iriam tornar-se comuns devido à estrita legislação emergente. O conceito foi também nutrido pela esperança de que a indústria tecnológica pudesse resolver os problemas ambientais, crescendo de modo substancial e tornando-se altamente rentável.

A avaliação deste conceito não antecipou o facto destas tecnologias se integrarem no desenho dos sistemas de produção. Em vez da aplicação de soluções individuais, soluções integradas eram desenhadas nos sistemas. Como consequência, a relevância da consciência ambiental e

da rigorosa legislação tornou-se menos acentuada, não sendo a tecnologia tão rentável para os fornecedores. O equívoco na previsão do crescimento da indústria de tecnologia ambiental foi reflectido no sucesso moderado deste tipo de fundos. A indústria não foi capaz de acumular activos suficientes para ser rentável para os bancos, não oferecendo um atractivo suficiente para os investidores (Jeucken, 2001).

### **2.5.3. FUNDOS DE ECOEFICIÊNCIA**

O conceito de ecoeficiência foi moldado a finais da década de 80 e promovido na Cimeira da Terra, em 1992. Foi apresentado, em 1994 pelo Swiss Bank Sarasin um novo fundo de investimento apoiado neste novo conceito, denominado *EcoSar*. Outras instituições financeiras seguiram o exemplo, mudando a sua antiga estratégia de investimento (e.g. *EcoProtect* do CSG), ou criando companhias de investimento especializadas (e.g. Sustainable Performance Group).

Os fundos de ecoeficiência resultam mais complexos que os anteriores, sendo necessário como primeiro passo uma análise financeira. Aqueles fundos que forem rentáveis economicamente seguem para o segundo passo, uma análise de impactes ambientais. Unicamente as companhias com um elevado desempenho nas vertentes económica e ambiental são certificadas como candidatas para o investimento num fundo de ecoeficiência. Ao contrário dos fundos de tecnologia ambiental, os fundos de ecoeficiência perseguem o objectivo de reduzir os riscos ambientais, aumentando os retornos (Jeucken, 2001).

### **2.5.4. FUNDOS DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL**

Nas últimas duas décadas, a relevância da componente social como uma das dimensões do desenvolvimento sustentável tem-se incrementado segundo analistas e gestores de fundos ambientais. No entanto, a vertente ambiental não tem ficado de fora, estando ambas par a par nos investimentos. Actualmente existem inúmeros fundos de investimento sustentável num conjunto de países como EUA, Canadá, Holanda, Alemanha, Suíça ou Japão (Eco Business, 2009).

Os EUA destacam com vários fundos de investimento social e ambiental, entre eles: Domini Social Investments, New Alternatives Fund, Green Century Funds e Winslow Green Investment Funds. O New Alternatives Fund diz respeito a um fundo de investimento concentrado em energias renováveis, células de combustível, conservação de energia, reciclagem, alimentos naturais, despoluição de água, entre outros. Green Century Funds e Winslow Green Investment Funds integram os aspectos ambientais nos seus investimentos,



protegendo o meio ambiente.

Destaca-se no Canadá o Clean Power Income Fund, proporcionando um fluxo de caixa a longo prazo aos investidores. O fundo investe apenas na geração de activos que utilizam fontes de energia renováveis tais como a energia hídrica, energia eólica, resíduos de madeira e gás de aterros. Solar Strom (Alemanha), Triodos Groenfonds (Holanda) e Prime New Energy (Suíça) apostam no investimento de energias renováveis enquanto The Good Bankers investe na investigação do desenvolvimento social no Japão.

## **2.6. TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO**

Segundo a declaração da UNEP de 1992, recomenda-se às instituições financeiras a comunicação dos passos seguidos na integração dos assuntos ambientais nas suas actividades. Actualmente, a maioria das grandes entidades financeiras elaboram anualmente um relatório ambiental ou de sustentabilidade, descrevendo a integração destes aspectos nas suas actividades. Tal como se referiu anteriormente, embora os impactes directos do sector bancário sejam pouco significativos quando comparados com os de outros sectores, os impactes indirectos, através de empréstimos e investimentos, podem ser substanciais.

Existem diversas linhas orientadoras sobre a comunicação dos aspectos ambientais de uma organização, destacando: Princípios CERES (Coalition for Environmentally Responsible Economies) (CERES, 1989); UNEP *Company Environmental Reporting: A Measure of Progress of Business and Industry Towards Sustainability Development* (UNEP, 1994); PERI (Public Environmental Reporting Initiative) Guidelines (1993); WICE (World Industry Council for the Environment) *Proposal for the Contents of Environmental Report* (1994) e a GRI *Sustainability Reporting Guidelines* (GRI, 2002), entre outros. Menção especial merece a *Environmental Reporting of Financial Service Providers* (VfU, 1997), uma iniciativa lançada especialmente pela VfU (associação alemã para gestão ambiental em bancos e companhias de seguros) para instituições financeiras. Este guia inclui directrizes para a elaboração de relatórios ao nível de conteúdo, estrutura e indicadores de desempenho. Segundo a VfU, os relatórios ambientais devem incluir: informação geral e política ambiental, sistema de gestão ambiental (SGA), funcionamento e produto ecológico (aspectos ambientais directos e indirectos), comunicação e diálogo com *stakeholders*, e sumário.

Neste âmbito, surgem questões tais como: a) porquê publica o sector financeiro relatórios ambientais e a quem são estes relatórios dirigidos e, b) quais são os aspectos relatados e a forma de fazê-lo? De modo a poder responder a estas perguntas, a investigadora Kasia Tarna (1997) realizou um estudo sobre a comunicação de aspectos ambientais nas instituições

financeiras. O trabalho consistiu na análise de 12 relatórios ambientais de entidades financeiras, entre elas importantes bancos como ING, CSG, NatWest, Deutsche Bank e The Co-Operative Bank, entre outros. Os relatórios escolhidos foram de diferentes países, incluindo bancos e companhias de seguros. O conteúdo de análise foi realizado seguindo as directrizes do modelo VfU, GRI e de uma ferramenta de *benchmarking* da consultora KPMG Finland, e dividido em seis categorias principais, subdivididas estas por sua vez em aspectos mais detalhados, apresentados na tabela 2.3.

**Tabela 2.3: Lista de verificação para elaboração de um relatório ambiental**

| <b>Categoria</b>                               | <b>Aspectos principais</b>   |
|--|--|
| Informação Geral                               | Apresentação geral da organização, âmbito de acção, informação sobre comunicação e política corporativa, declaração do presidente e verificação. |
| Gestão Ambiental                               | Estratégia, ferramentas de gestão ambiental organizacional, formação de trabalhadores.   |
| Funcionamento ecológico<br>(impactes directos) | Energia, papel, resíduos, água, emissões.  |
| Produto Ecológico<br>(Impactes Indirectos)     | Produtos relacionados com a gestão de risco, produtos ambientais.  |
| Gestão Financeira                              | Poupanças, receitas, custos, investimentos, riscos financeiros, activos, passivos, doações.  |
| Gestão de <i>Stakeholders</i>                  | Público-alvo, métodos de comunicação.  |

**Fonte: Adaptado de Tarna, 1997**

### 2.6.1. PORQUE E A QUEM COMUNICAR?

Segundo Gray *et al* (1996), comunicar a responsabilidade social é o processo de informação dos efeitos sociais e ambientais das acções económicas de uma organização nos seus *stakeholders* e na sociedade. Como tal, pretende ir-se mais além do simples facto de proporcionar uma conta bancária aos proprietários do capital, informando-os sobre os aspectos ambientais da organização. Assume-se que os bancos têm uma responsabilidade maior do que retribuir os seus accionistas com dinheiro, apoiando-se este facto na perspectiva de existirem possíveis benefícios da comunicação dos aspectos ambientais. Os autores Brophy e Starkey (1996) definiram estes benefícios como financeiros e de estratégia. Os primeiros dizem respeito ao aumento do valor das acções de uma organização quando a mesma consegue demonstrar aos seus *stakeholders* um bom desempenho ambiental. Os benefícios de estratégia incluem a melhoria da imagem da entidade e da relação com os *stakeholders* mais influentes e relevantes. De um modo geral, a comunicação através de relatórios de

desempenho ambiental é uma forma de comunicação com os *stakeholders*. As principais razões argumentadas pelas empresas estão relacionadas com a transparência (em relação aos *stakeholders*) e responsabilidade (para com o ambiente).

Em relação ao público-alvo, Tarna (1997) afirma existirem grupos aos quais as organizações destinam a comunicação do seu desempenho ambiental. O potencial público-alvo é extremamente diverso, desde accionistas até ONG. Diferentes *stakeholders* possuem diferentes necessidades de informação implicando que o conteúdo de um relatório seja diverso. Accionistas e investidores interessam-se por informação financeira enquanto trabalhadores e clientes se interessam pelos aspectos sociais, as organizações ambientais se interessam pelo desempenho ambiental e as autoridades pelo cumprimento da legislação. Concluiu-se no estudo que os grupos aos quais os relatórios estavam principalmente destinados eram accionistas, colaboradores e clientes, todos eles *stakeholders* primários com relações contratuais com as organizações.

### **2.6.2. QUAIS E COMO COMUNICAR OS ASPECTOS AMBIENTAIS?**

Segundo referido na tabela 2.3, existem várias categorias sobre as quais comunicar, sendo estas: informação geral, gestão ambiental, funcionamento e produto ecológicos, gestão financeira, e gestão de *stakeholders*.

#### **2.6.2.1. Informação geral**

A informação geral é frequentemente proporcionada de modo a facilitar a compreensão, relevância e credibilidade da informação subsequente. Deve incluir uma visão geral das actividades da organização e o seu âmbito, uma declaração do gestor de topo comunicando os compromissos da organização, informação sobre a política corporativa e uma verificação. Segundo a GRI (2006), uma visão geral sobre a organização e o âmbito do relatório proporciona o contexto necessário para o estudo e avaliação de outras secções do próprio relatório.

#### **2.6.2.2. Gestão Ambiental**

O termo gestão ambiental diz respeito ao propósito de integrar os aspectos ambientais na política corporativa da organização. Para determinar como as entidades financeiras geriam a suas práticas ambientais, no estudo de Tarna (1997) foram incluídos diversos aspectos para análise, destacando entre eles a estratégia ambiental e as ferramentas de gestão. A estratégia ambiental traduz-se numa aproximação à inclusão dos aspectos ambientais nas actividades da empresa. Define como é considerado o ambiente dentro da entidade. As ferramentas de gestão

são políticas ambientais e sistemas de gestão ambiental para pôr em prática a estratégia. Segundo Brophy e Starkey (1996), a política ambiental tem um duplo objectivo: actuar como guia de acção futura e comunicar o nível de compromisso que a organização tem com o meio ambiente.

#### **2.6.2.3. Funcionamento ecológico**

O funcionamento ecológico alude a fluxos de materiais e de energia causados pelos impactes directos da empresa, derivados das suas actividades. A VfU definiu um conjunto de indicadores de desempenho ambiental para as instituições financeiras (VfU, 1998). Estes indicadores revelam ser especialmente úteis quando comparados diferentes instituições ou departamentos. A utilização destes indicadores serve também, de forma interna, para identificar potenciais poupanças de recursos e energia. A informação referente ao funcionamento ecológico é usada na comunicação dos aspectos ambientais para validar o desempenho ambiental e o nível de compromisso da organização.

Bancos e companhias de seguros integram, actualmente, a ecoeficiência nas suas decisões de negócio. Esta nova abordagem tem duas unidades principais: o reconhecimento de que as empresas com mau desempenho ambiental representam um elevado risco financeiro, e o entendimento de que o ambiente é parte integrante do *core business* das organizações e da RSE (Macedo *et al*, 2006).

#### **2.6.2.4. Produto ecológico**

O produto ecológico, numa perspectiva ambiental, é o grande desafio dos fornecedores de serviços financeiros no caminho da sustentabilidade ambiental no sector bancário. Como já foi referido, através da concessão de créditos e decisões de investimentos, as entidades bancárias representam indirectamente um importante papel nas actividades ambientais positivas e negativas dos seus clientes. O produto ecológico pode trazer benefícios económicos para as entidades bancárias e divide-se em dois tipos: gestão de risco ambiental e produtos ambientais específicos.

A UNEP elaborou uma lista de vários tipos de riscos que os bancos podem encontrar na concessão de créditos, e.g. o valor de uma propriedade pode ser reduzido drasticamente se encontrada contaminação posterior ou, os devedores podem não ser capazes de devolver um empréstimo caso tenham de suportar coimas, sanções ou custos de despoluição (Vaughan, 1994). Em alguns países, lembrando o caso dos EUA e a CERCLA, os concedentes de créditos podem ser responsabilizados pelas acções de degradação ambiental dos seus clientes. No seu estudo, sobre a comunicação de aspectos ambientais, Tarna (1997) apontou várias

ferramentas de gestão de risco ambiental adoptadas pelas instituições financeiras estudadas, apresentadas na tabela 2.4.

**Tabela 2.4: Produtos financeiros e ferramentas de gestão de risco ambiental associadas**

| Área  | Produto       | Ferramenta de gestão de risco  |
|-------|---------------|--|
| Banca | Empréstimo    | Lista de verificação/ <i>risk rating</i> ambiental (88%)                     |
|       |               | Avaliação de Impacte Ambiental (50%)   |
| Banca | Financiamento | <i>Due diligence</i> ambiental (12,5%)                                       |
|       |               | Investigação para clarificar o contexto legal e cobertura de seguros (12,5%) |

**Fonte: Adaptado de Tarna, 1997**

Verificou-se que a maioria das organizações em estudo optou por uma lista de verificação (*checklist*) ambiental, em 88% dos casos, antes da concessão de empréstimos. As ferramentas de *Project Finance* eram menos utilizadas pois são mais morosas e requerem uma maior quantidade de recursos.

As entidades financeiras têm desenvolvido novos produtos e serviços ambientais. Estes incluem produtos de investimento ambiental, seguros ambientais, financiamento de projectos favoráveis ao ambiente e serviços de consultoria ambiental (Schmidheiny e Zorraquín, 1996). A tabela 2.5 expõe diferentes produtos e serviços ambientais desenvolvidos pelas entidades do estudo de Tarna (1997), verificando-se uma preferência das instituições pelo financiamento de fundos de investimento ou produtos ambientais em 75% dos casos. Por ordem decrescente seguiram-se produtos específicos como cartões de crédito ‘verdes’ (25%), e hipotecas ambientais e preferência por um pacote bancário ambiental (12,5%).

Três das instituições afirmaram possuir um fundo de investimento ético ou ambiental, disponibilizando informação sobre os mesmos e aplicando critérios ambientais. Os novos produtos em desenvolvimento foram raramente discutidos, possivelmente devido a razões competitivas e, em dois relatórios, foram mencionadas as oportunidades futuras de mercado dos bancos em relação ao comércio de emissões.

Tabela 2.5: Produtos e serviços ambientais

| Área  | Produto/Serviço   | Detalhes  |
|-------|---|---|
| Banca | Financiamento de produtos ou investimentos ‘verdes’ (75%) | Financiamento a baixas taxas de juro e/ou períodos longos de recuperação para investimentos ou projectos ambientalmente favoráveis (e.g. tecnologia ambiental, investimentos de eficiência energética, sistemas de gestão ambiental, despoluição do solo) |
| Banca | Cartões de crédito ‘verdes’ (25%)                         | Parte do volume de negócios gerado doado a uma ONG Ambiental  |
| Banca | Hipotecas ambientais (12,5%)                              | Baixa taxa de juro para clientes de habitações construídas segundo requisitos de sustentabilidade   |
| Banca | Pacote bancário ambiental preferencial (12,5%)            | Disponível para organizações que preencham certos critérios ecológicos: baixas taxas de juro nos empréstimos e redução de encargos bancários  |

Fonte: Adaptado de Tarna, 1997

#### 2.6.2.5. Gestão Financeira

A gestão financeira incide na vertente económica da sustentabilidade no sector da banca e dos interesses dos accionistas. Os aspectos financeiros ligados ao ambiente são os custos e investimentos ambientais, riscos e passivos, deterioração de activos devido a causas ambientais, receitas relacionadas com produtos e serviços ambientais, e poupanças através da ecoeficiência.

Neste aspecto, a maioria das entidades (75%) apresentou alguma informação financeira mas de um modo desordenado, dificultando a sua relação com a situação financeira geral da organização. As áreas comunicadas foram na sua maioria poupança por ecoeficiência (58%), doações e patrocínios (50%) e benefícios financeiros dos novos produtos (33%). Embora a falta de informação financeira fosse uma surpresa, este facto poderia dever-se à comunicação ambiental das instituições financeiras ser, na altura, uma prática em desenvolvimento, tendo evoluído nos últimos dez anos.

#### 2.6.2.6. Gestão de Stakeholders

Gestão de *stakeholders* significa administração e equilíbrio das expectativas derivadas dos diferentes valores das partes intervenientes de uma empresa (Bouma *et al* apud Matasho *et al*, 1998). Sendo assim, surgem diferentes questões relacionadas como os *stakeholders*, a saber:

- Quem são os *stakeholders* de uma companhia?
- Qual é a importância e influência dos diferentes *stakeholders*?

- Quais são os interesses e valores dos *stakeholders* relacionados com o meio ambiente ecológico e social?
- Quais são as necessidades de informação dos *stakeholders*?
- Qual é a opinião dos *stakeholders* sobre a gestão e comunicação ambiental da empresa?

Existem, também, benefícios que uma organização espera alcançar através da gestão dos seus *stakeholders*, sendo eles: aumento do apoio dos trabalhadores, maior aceitação do público em geral, e redução de riscos através do conselho e visão dos próprios *stakeholders* (Schmidheiny e Zorraquín, 1996).

No estudo de Tarna, todos os relatórios revelavam actividades de modo a comunicar com os *stakeholders*. A maioria dos métodos confluía numa questão, fornecer informação nos relatórios de modo a sensibilizar os *stakeholders* sobre os problemas ambientais globais. 58% das instituições também proporcionava informação de reconhecimento externo (e.g. reconhecimentos ambientais). Actualmente, esta prática é muito comum nos relatórios de desempenho ambiental dos bancos. A maioria dos relatórios (83%) mostrava um envolvimento na comunidade ou um compromisso com organizações ambientais e autoridades.

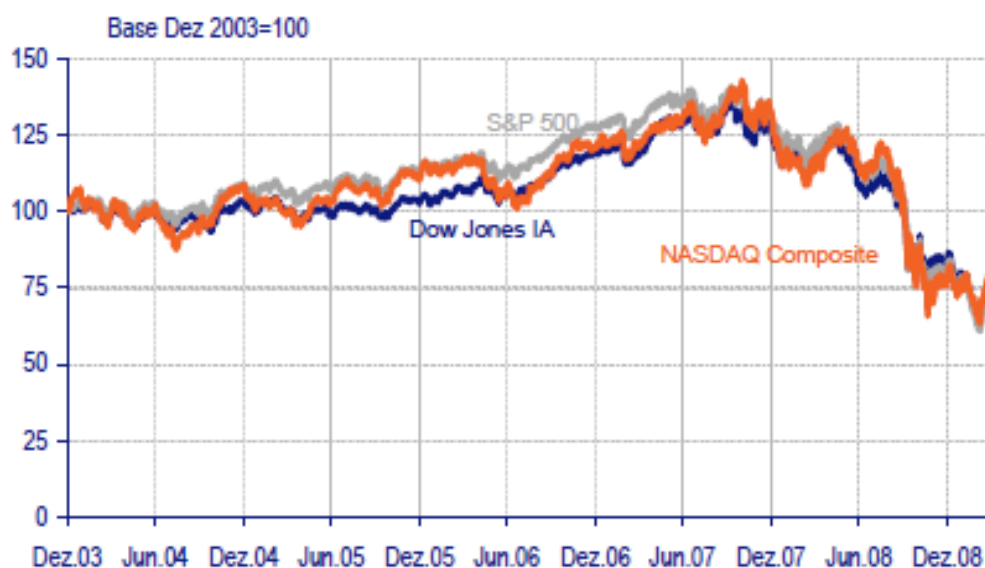
## 2.7. TENDÊNCIAS FUTURAS

Tem-se verificado, principalmente nos últimos três anos, uma crise financeira a nível mundial. Todas as nações do mundo, e Portugal em particular, enfrentaram um novo choque petrolífero com preços nunca vistos, aumento do desemprego, mercados financeiros em baixa, e expectativas consequentes de uma diminuição do investimento privado.

A crise financeira teve, segundo várias hipóteses, origem nos EUA a meados de 2007, com o crédito hipotecário de alto risco, denominado *subprime*. Começou como uma crise no sector imobiliário, evoluindo para uma crise de crédito mundial. Desde o ano de 2003 até meados de 2007, os principais índices bolsistas mundiais subiram em flecha nos mercados de capital, onde se atingiu um pico em quase todos os índices. Neste período aumentaram em quase 50% os índices americanos Dow Jones IA, NASDAQ Composite e S&P 500. Os índices europeus aumentaram mais notavelmente, aproximadamente 100% para o DAX (Alemanha), 75% para o CAC (França) e 50% para o FTSE 100 do Reino Unido.

A partir da já citada crise do *subprime*, os índices caíram de forma vertiginosa, marcando a crise financeira dos últimos três anos. As figuras 2.2 e 2.3 representam a evolução dos principais índices bolsistas mundiais. Como se pode observar pelas figuras, tanto os índices

bolsistas americanos como europeus sofreram importantes perdas desde meados de 2007 com o início da crise financeira.



**Figura 2.2: Evolução dos principais índices bolsistas americanos (Dezembro 2003 – Dezembro 2008)**

Fonte: (Bloomberg, 2009)

O índice português, PSI 20, desvalorizou cerca de 50% desde Janeiro de 2008 até Janeiro de 2009, acompanhando sempre o espanhol IBEX 35 e as quedas dos mercados de capitais europeus.



**Figura 2.3: Evolução dos principais índices bolsistas europeus (Dezembro 2003 – Dezembro 2008)**

Fonte: (Bloomberg, 2009)

Segundo Vaccaro (2008), o termo banca sustentável tem atraído muitas das atenções nos últimos tempos. O actual clima financeiro alterou o pensamento dos investidores adicionando novos pontos de vista, de modo a que os mercados financeiros possam evoluir de forma mais



sustentável e transparente. É, no entanto, difícil interpretar se este conceito é só para os “bons tempos”, ou se dispõe de uma relação mais douradura para os tempos de crise. Neste contexto, a maioria dos bancos, outras entidades financeiras, empresas e clientes questionam-se sobre um assunto: de que forma a crise financeira irá afectar a forma como as empresas têm vindo a investir nos aspectos da sustentabilidade ou da responsabilidade social?

A adopção de boas práticas no sector bancário e financeiro pode sofrer um enfraquecimento devido à actual crise mas, segundo Santos (2008), economista especializada em sustentabilidade empresarial: “(...) se as empresas têm vindo a investir em sustentabilidade por uma questão de imagem, é expectável que elas reduzam as suas acções nesta área. No entanto, se a sustentabilidade foi bem compreendida e aceite pelo Conselho de Administração, e é vista como uma componente estratégica para o crescimento a médio-longo prazo da empresa, então é de esperar que os investimentos continuem e/ou aumentem”. Compreender a sustentabilidade implica incorporar na gestão da empresa transparência, ética e responsabilidade pelas acções tomadas. A eficiência energética, o relacionamento com as comunidades, as preocupações com a carreira dos colaboradores, e a análise de riscos ambientais, sociais e de governação são de extrema importância para toda a actividade.

Strandberg (2005) aponta no seu relatório, *The Future of Sustainable Finance*, várias previsões para o sector financeiro. Analisa algumas tendências identificadas sobre o futuro da RSE e da sustentabilidade do sector num prazo de dez anos (2005-2015). Aponta para a integração da sustentabilidade nas operações comerciais de forma geral. Destaca-se a integração da RSE nas áreas de negócio, principalmente ao nível de *Project Finance*, empresas e comércio. Destaca-se, também, o desenvolvimento de produtos financeiros ecológicos ao nível da banca de retalho e o investimento em tecnologias limpas e energias alternativas. Aspectos ambientais como alterações climáticas, ou sociais como redução das desigualdades sociais, serão também chave na política corporativa dos bancos.

No entanto, nem tudo são boas práticas ambientais. A BankTrack e outras ONG (Smith, 2008) publicaram em 2008 um relatório onde criticavam as entidades bancárias do Reino Unido por conceder empréstimos à indústria do carvão. De forma inequívoca, os bancos RBS, HSBC e Barclays, líderes em diversas práticas de sustentabilidade ambiental como já referido no ponto 2.4., estiveram envolvidos na concessão de créditos no valor de € 50 mil milhões à empresa de energia E.ON, que projecta a construção da primeira central eléctrica de carvão no Reino Unido. O relatório mostra, também, que entre Maio de 2006 e Abril de 2008, o HSBC

concedeu três empréstimos para financiamento de carvão, o Barclays concedeu 17 e o RBS, 27. Segundo o estudo, os montantes totais foram de € 7,2 mil milhões para HSBC, € 4,1 mil milhões para o Barclays e € 11,4 mil milhões para o RBS.

Inúmeros bancos encontram-se, actualmente, a desenvolver novos serviços e abordagens de mercado, onde as suas campanhas passam por aclarar ao cliente o que significa obter um empréstimo. Com este tipo de práticas, quer os bancos quer os clientes constroem relações estáveis e mais duradouras, permitindo que os bancos possam voltar a ser vistos como parceiros de vida, através do apoio ao investimento, e não como parceiros de consumo inapropriados, devido ao incentivo ao crédito de consumo sem medida. Atendendo a que a sustentabilidade analisa todos os aspectos referenciados nos exemplos acima referidos, é expectável que organizações com visão invistam cada vez mais nesta área e a tornem cada vez mais estratégica, principalmente em tempos de crise.

Em suma, o tema da sustentabilidade ambiental não pode ser omissos. A crise que agora assola a economia mundial será, certamente, contornada. A sustentabilidade, apenas poderá ser alcançada com a consciência geral e contribuição da sociedade, governo, indústrias e sector de serviços, entre eles o sector financeiro.

## **2.8. BENCHMARKING E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

A RSE surgiu em 1953 com a publicação do livro de Howard Bowen, intitulado “Social responsibilities of the businessman”. Bowen, considerado um dos pioneiros no debate acerca deste conceito, entendia por Responsabilidade Social a obrigação do empresário de adoptar práticas, tomar decisões e acompanhar linhas de actuação desejáveis segundo os objectivos e valores da sociedade (Bowen, 1953). A RSE moderna, que corresponde à forma de actuação das empresas no âmbito do desenvolvimento sustentável, integra os interesses dos *stakeholders*. Foca-se no alinhamento do desempenho ambiental, social e económico de uma empresa – a *triple bottom line* – com o objectivo de aliar um sucesso empresarial a um impacto positivo. Este conceito foi introduzido por John Elkington em 1994 e desenvolvido no seu livro “Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21<sup>st</sup> Century Business”, publicado em 1997 (Elkington, 1997).

A RSE evoluiu de forma progressiva, passando de uma posição operacional para uma posição estratégica, sendo considerada vital para o negócio. Nesta fase, as empresas investem de forma adicional em actividades relacionadas com a avaliação e comunicação do seu

desempenho ambiental e social e na introdução de processos de consulta e envolvimento dos *stakeholders*, adoptando também códigos de conduta ambiental exigentes.

A operacionalização da responsabilidade social ao nível estratégico numa empresa passa pela definição de uma estratégia de sustentabilidade. O modelo e o momento de definição da estratégia é variável e da responsabilidade das organizações. No quadro do mercado competitivo, estas organizações utilizam cada vez mais o processo de *benchmarking*, o qual pode ser definido, de forma geral, como um instrumento de gestão que permite a comparação, avaliação e classificação de empresas. O objectivo do *benchmarking* consiste na compreensão e avaliação da posição actual de uma organização em relação às melhores práticas e na identificação de áreas e meios para a melhoria do desempenho (Antunes *et al*, 2004). O *benchmarking* mais comum, *benchmarking* de desempenho, aplicado no capítulo 4 da presente dissertação, consiste na avaliação do desempenho de uma organização em comparação com outras compatíveis do mesmo sector.

Segundo Pemberton *et al* (2001), o *benchmarking* ocasiona maiores benefícios no desempenho de uma organização quando é combinado com uma aprendizagem empresarial eficaz. Visão, formação e educação, cultura de resolução de problemas, e uma estratégia de recursos humanos são alguns dos elementos-chave associados ao sucesso empresarial. A análise destas variáveis associadas à aprendizagem empresarial quando da realização do *benchmarking* revela ser de extrema utilidade.

Além do *benchmarking* e de outros métodos de identificação das melhores práticas das empresas, existem outras referências que tendem a ser consideradas por uma empresa para o desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade (Antunes *et al*, 2004), entre eles: aspectos estratégicos de carácter específico na entidade e que estão directamente relacionados com a estratégia de negócio; cenários evolutivos, tendo como suporte o *backcasting* (cenários antecipatórios) e *forecasting* (cenários exploratórios); requisitos presentes nos modelos de avaliação de sustentabilidade usados por investidores SRI a nível nacional e internacional; e requisitos de prémios, códigos sectoriais, reporte e outros que possam vir a ser adoptados.

## 2.9. SÍNTESE

A promoção da protecção ambiental e do bem-estar social é uma responsabilidade de todos os agentes económicos: Estado, grandes e pequenas empresas, e cidadãos. O sector financeiro, na qualidade de locador de recursos e gestor de risco, representa um papel suplementar na antecipação das necessidades sentidas pelos clientes particulares e empresas com os aspectos sociais e ambientais. Os bancos, como instituições financeiras provocam impactes ambientais, tanto internos como externos, e estão sujeitos a pressões para a integração da sustentabilidade, entre elas a pressão do Governo, dos clientes, da concorrência, das ONG e da sociedade em geral. Os governos também gozam de um papel importante, elaborando planos e programas de actuação, lançando legislação sobre a matéria e garantindo o seu cumprimento.

Através de iniciativas voluntárias e acções do governo, foram surgindo diversas *milestones* na sustentabilidade do sector bancário ao longo das últimas duas décadas. O sector financeiro tem um peso considerável na sociedade como intermediário de capital. Este facto e o de ser considerado como potencial alavanca da sustentabilidade, tem provocado o surgimento de uma série de marcos de acção. A nível internacional destacam-se as iniciativas voluntárias UNEP FI, WBSCD, Global Compact, Princípios do Equador, e as Directivas DMIF e DRA. No panorama nacional evidenciam-se a criação do BCDS, a ENDS e o início da adesão dos bancos portugueses aos princípios internacionais.

Os bancos integraram os aspectos ambientais e sociais no seu *core business*, desenvolvendo estratégias, novos serviços e produtos para transformar as ameaças criadas pelos riscos em oportunidades de negócio. Destacam-se bancos líderes na sustentabilidade ambiental e social como o ABN-AMRO, activo nos ISR, investidor em energias renováveis e líder do DJSI-STOXX. O Barclays e HSBC apostam no mercado de emissões de CO<sub>2</sub> e alterações climáticas. Os bancos portugueses também integraram no seu *core business* políticas de sustentabilidade e boas práticas ambientais. Destaca-se o BES como integrante do FTSE4GOOD e promotor e investidor do LCF. É o único banco português a ser incluído nos prémios 2008 do Financial Times e da IFC desde a sua criação, em 2006.

Os fundos de investimento sustentável surgiram na década de 70. Actualmente existem inúmeros fundos de investimento sustentável, com a vertente social já agregada para além da económica e da ambiental. A criação de produtos de sustentabilidade nos mercados financeiros oferece oportunidades para os bancos mais proactivos, dando-lhes a hipótese de se destacarem. No entanto, os bancos devem, no futuro, abster-se de criar por separado activos ambientais, pois os seus trabalhadores e clientes devem estar, primeiro, devidamente

qualificados e formados para lidar com estes aspectos antes da integração dos mesmos na tomada de decisão dos bancos. Novos instrumentos e ferramentas analíticas devem ser desenvolvidas para lidar com este desafio. Um importante avanço neste aspecto é a transparência e comunicação, o desenvolvimento e a ampla aplicação de normas para comunicação dos impactes ambientais das empresas.

A comunicação dos aspectos ambientais por parte dos bancos começou a evidenciar-se a princípio da década de 90, depois da declaração feita pela UNEP em 1992. Embora na altura fosse uma prática rara, actualmente a maioria das instituições financeiras comunicam, de alguma forma, como integram a sustentabilidade ambiental no seu *core business* e os compromissos que adoptaram ou pretendem adoptar. Existem várias linhas orientadoras para a elaboração de relatórios de comunicação das questões ambientais coincidindo todas elas, em maior ou menor medida, nas questões centrais a abordar e como fazê-lo.

Por último, a sustentabilidade tem de ser bem compreendida e aceite pelas entidades bancárias e vista como uma componente estratégica para o seu sucesso. Espera-se que as organizações invistam cada vez mais neste âmbito num futuro, mesmo em tempos de crise.



### 3. METODOLOGIA DE *BENCHMARKING*

A figura 3.1 ilustra a metodologia adoptada no exercício de *benchmarking* da presente dissertação.

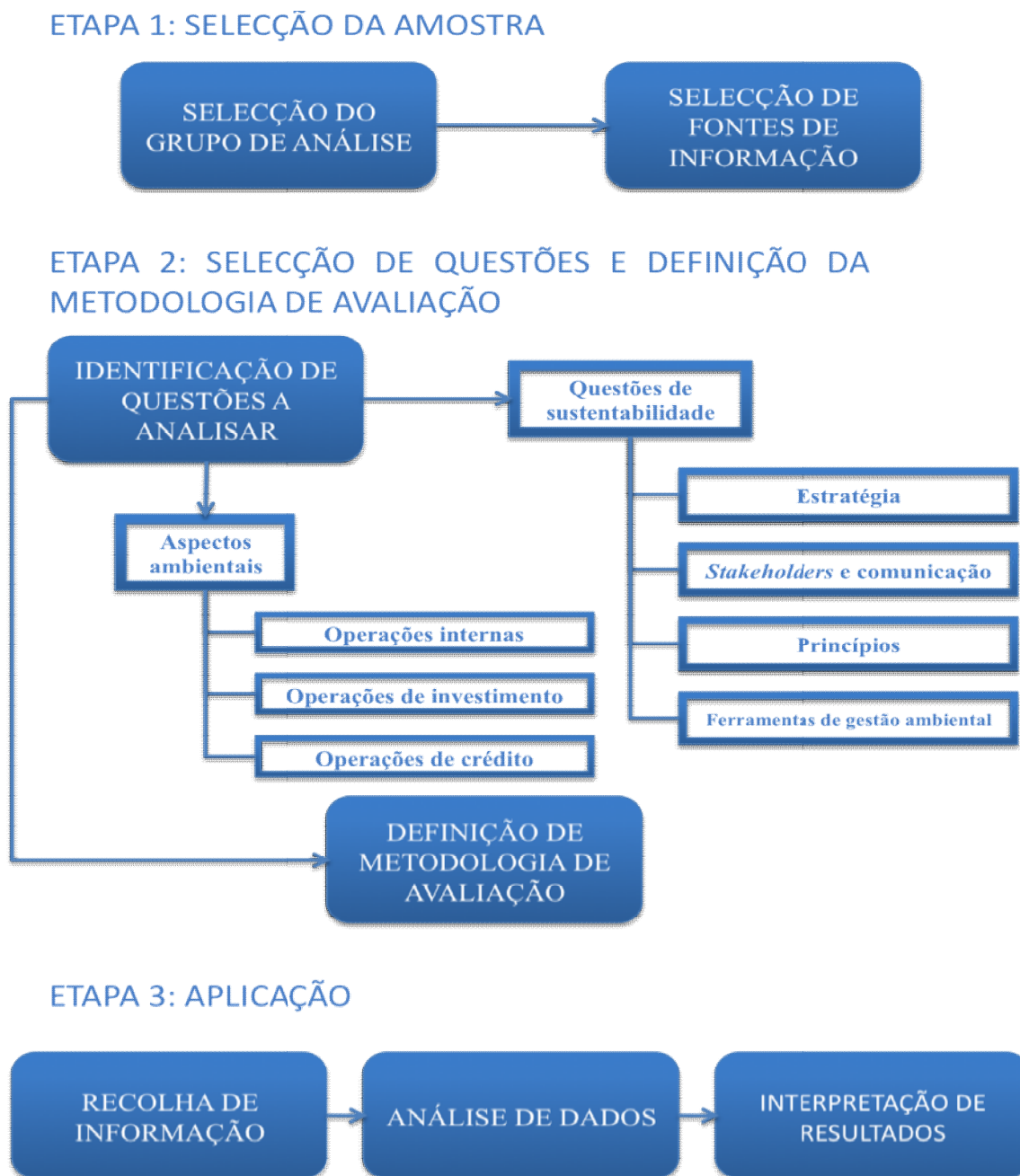


Figura 3.1: Metodologia de *benchmarking*

### 3.1. SELECÇÃO DA AMOSTRA

Na primeira etapa da metodologia é seleccionado o grupo de análise e as fontes de informação.

O grupo de análise é constituído por 15 entidades bancárias, sendo elas quatro portuguesas e 11 estrangeiras. O critério de selecção para as entidades portuguesas visou a quota de mercado, sendo escolhidas as quatro entidades portuguesas com uma maior quota de mercado em Portugal. Paralelamente, as entidades BCP e BES, segunda e terceira entidade com maior quota de mercado respectivamente, são as mais proactivas do sector em matéria de sustentabilidade em Portugal. Para as entidades estrangeiras, o critério de selecção escolhido foi baseado no seu estatuto de entidade pro-sustentabilidade. Todas estas entidades foram vencedoras ou finalistas do prémio *Banco Sustentável do Ano* atribuído pelo Financial Times e a IFC.

As fontes de informação consultadas para o exercício de benchmark são de carácter público, tais como relatórios de sustentabilidade/ambiente e/ou RSE, relatório e contas, e sítios *web* das entidades bancárias. Os relatórios de sustentabilidade/ambiente e/ou RSE revelam ser uma ferramenta útil para os analistas e amplamente utilizada pelas entidades bancárias para comunicar com os seus *stakeholders*. Estes relatórios possuem uma grande variedade de informação sobre o desempenho de sustentabilidade dos bancos respondendo, geralmente, aos requisitos e indicadores económicos, sociais e ambientais da GRI. A consulta de relatórios e contas e sítios *web* das entidades financeiras será feita principalmente de forma suplementar.

### 3.2. SELECÇÃO DE QUESTÕES E DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A segunda etapa é caracterizada pela identificação das questões a analisar no exercício de *benchmarking* e pela definição da metodologia de avaliação das ditas questões.

As questões de sustentabilidade seleccionadas foram: estratégia, *stakeholders* e comunicação, princípios, e ferramentas de gestão ambiental. As questões ambientais seleccionadas foram referentes às operações internas, operações de investimento e operações de crédito, sendo cada questão constituída por várias sub-questões. As questões e sub-questões de sustentabilidade foram seleccionadas de modo a poder avaliar as entidades bancárias, nesta matéria, nas várias áreas consideradas como prioritárias pela VfU (1997) e GRI (2002). A questão aspectos ambientais é constituída por uma *checklist*, baseada nos trabalhos de Weber (2004), Schmid-Schönbein e Braunschweig (2000) e VfU (1997).



### 3.2.1. IDENTIFICAÇÃO DE QUESTÕES A ANALISAR

#### Questões de Sustentabilidade

A figura 3.2 ilustra as questões de sustentabilidade seleccionadas no exercício de *benchmarking*.



Figura 3.2: Questões de sustentabilidade

#### *Estratégia*

- Estratégia de sustentabilidade definida: a existência de uma estratégia de sustentabilidade definida permite às entidades bancárias criar valor para os seus clientes, accionistas e colaboradores de um modo sustentável. Permite também, desenvolver produtos inovadores de forma responsável e transparente, orientados para os diversos *stakeholders*, de acordo com as melhores práticas. As entidades bancárias com uma estratégia de sustentabilidade clara e definida poderão evidenciar-se nesta área de actuação, assumindo um lugar de privilégio frente a outros bancos.

#### *Stakeholders e comunicação*

- Envolvimento de *stakeholders*: estabelecer canais eficazes de diálogo com os *stakeholders* deve constituir uma das prioridades na estratégia de sustentabilidade. O diálogo com as partes

interessadas permite dar resposta às suas expectativas e necessidades melhorando as relações entre entidades bancárias e *stakeholders*.

- Avaliação e controlo de fornecedores/introdução de critérios de sustentabilidade: em muitos casos, os fornecedores são responsáveis pelos impactes directos das entidades bancárias. A avaliação e controlo de fornecedores permitem evidenciar a abordagem de gestão na cadeia de valor de um banco. A introdução de critérios ambientais e sociais é um assunto a considerar no desempenho da entidade bancária.

- Relatório de sustentabilidade/ambiental: a existência de um relatório de sustentabilidade revela ser fundamental na comunicação aos *stakeholders* de todos os aspectos relacionados com a sustentabilidade. O nível de correlação entre o relatório e os requisitos e indicadores sociais, ambientais e económicos essenciais da GRI, permitem avaliar a excelência da entidade bancária em matéria de sustentabilidade.

- Comunicação do número de indicadores de desempenho ambiental: estruturados de modo a reflectir os fluxos de entrada e saída das organizações. Estes fluxos são traduzidos em impactes através de aspectos como efluentes, resíduos, emissões, entre outros. A GRI recolhe 30 indicadores de desempenho ambiental, divididos nos seguintes grupos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, *compliance*, transporte, e global. Vários dos indicadores de desempenho ambiental apontados pela GRI podem não ser aplicáveis às entidades bancárias. No entanto, sempre que no relatório o indicador estiver assinalado como “não aplicável” será considerado na análise. A ausência do indicador no relatório, mesmo não sendo aplicável, será contabilizada como indicador não reportado.

- Comunicação do número de indicadores suplementares de desempenho ambiental para o sector financeiro: os impactes ambientais indirectos associados aos produtos e serviços financeiros são uma área de intenso interesse para muitos *stakeholders*. Esses impactes podem ser significativamente maiores em escala do que o impacte directo das operações das instituições financeiras, tais como a quantidade de energia consumida ou o volume de resíduos gerado. Deste modo, a GRI lançou uma série de indicadores complementares de desempenho ambiental para o sector financeiro. Serão considerados 13 indicadores segundo a versão de 2005 (GRI, 2005).

### ***Princípios***

- Princípios internos de conduta, actuação, ambientais ou éticos: são códigos que ajudam a melhorar as relações dos *stakeholders* com a entidade, estabelecendo uma base de actuação

para os colaboradores, apontando deveres e direitos. Permite determinar comportamentos ao longo da cadeia de valor do banco. A introdução de questões ambientais e sociais revela a preocupação da organização pela sustentabilidade.

- Princípios do Equador: trata-se de conjunto de directrizes voluntárias para a promoção da responsabilidade social e ambiental no financiamento de projectos, especialmente em mercados emergentes. Para tal, os bancos analisam os impactes dos projectos no ambiente e na sociedade. Os princípios são fulcrais para os bancos gerirem os seus riscos na área de *Project Finance*.

- Princípios da Global Compact: estes princípios estão baseados em declarações e convenções universais aplicadas em quatro áreas: direitos humanos, ambiente, *standards* laborais e anticorrupção. São princípios bem aceites pelos *stakeholders* e requerem a comunicação anual dos destaques realizados na aplicação dos dez princípios e a sua participação em projectos de desenvolvimento das Nações Unidas.

- UNEP FI *Statement*: a Declaração Internacional da Banca sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promove a ligação entre o ambiente, a sustentabilidade e o desempenho financeiro. Através de um abrangente programa de trabalho, a UNEP e o sector financeiro mundial identificam e promovem a adopção das melhores práticas ambientais e de sustentabilidade a todos os níveis de operação das instituições financeiras.

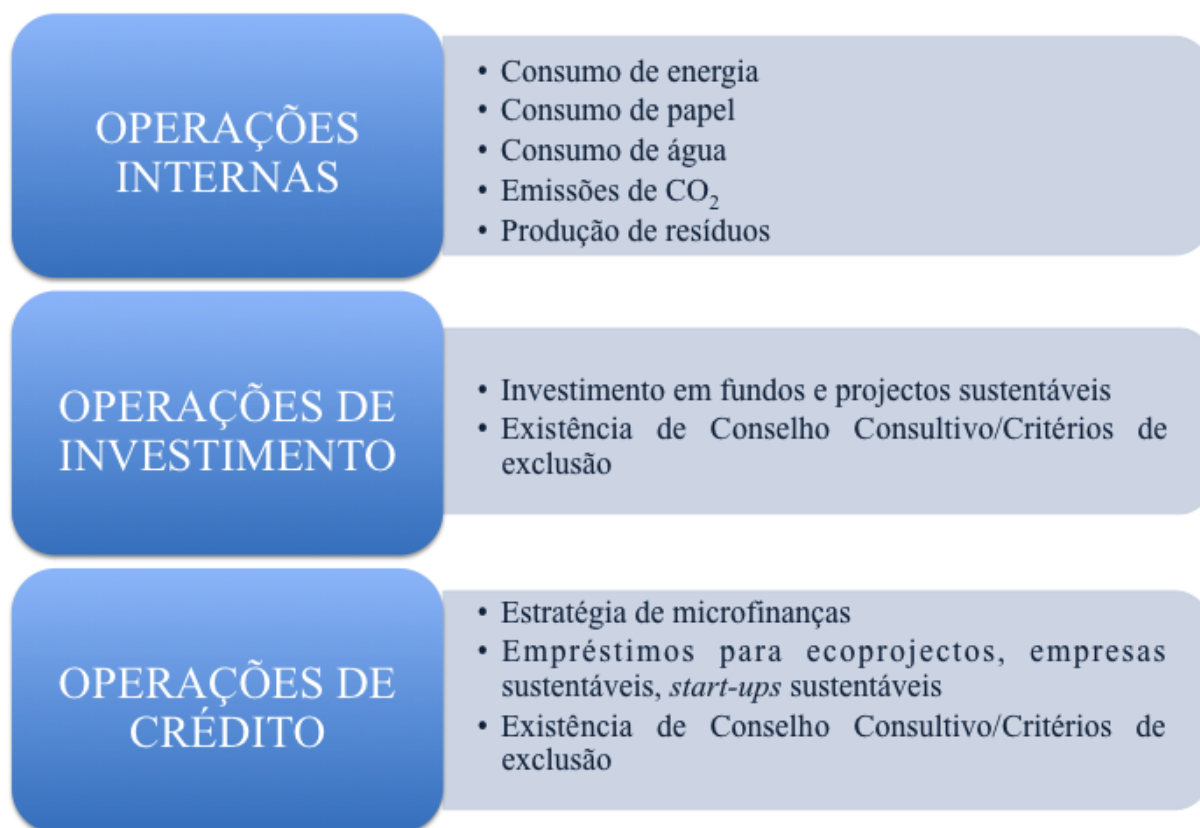
### ***Ferramentas de gestão***

- SGA e política ambiental: a implementação de um SGA permite às entidades bancárias avaliarem e controlarem os impactes gerados pelas suas actividades. A política ambiental faz parte do SGA e deve ser entendida como o conjunto das grandes linhas de orientação estabelecidas pela gestão de topo, de forma a traçar o caminho a seguir pela entidade bancária em matéria de ambiente. Este caminho deve ser objectivamente explicitado num documento aprovado pela gestão de topo de modo a evidenciar o seu empenhamento em exercer as suas actividades respeitando o ambiente.

- Introdução de questões de sustentabilidade na gestão de risco: a introdução de aspectos de sustentabilidade na gestão do risco por parte das entidades bancárias demonstra uma preocupação evidente pelo ambiente e as comunidades. A avaliação do risco ambiental na decisão de concessão de crédito e de financiamento depende da análise dos projectos e dos sectores de actividade.

## Aspectos ambientais

Os aspectos ambientais são analisados de forma independente. A figura 3.2 expõe os aspectos seleccionados no exercício de *benchmarking*.



**Figura 3.3: Aspectos ambientais**

- **Operações internas:** as entidades bancárias, como todas as empresas, geram fluxos de entrada e saída. A energia, a água e os materiais representam três tipos *standard* de *inputs* utilizados pelas organizações que são transformados em *outputs*. Os fluxos de entrada transformam-se em emissões, efluentes e resíduos que podem ser quantificados através dos indicadores de modo a estabelecer uma base de comparação do desempenho ambiental interno das entidades bancárias. Assim, são propostos cinco indicadores ambientais, considerados como chave no desempenho ecológico a nível das operações internas, sendo eles: consumo de energia, consumo de papel, consumo de água, emissões de CO<sub>2</sub> e produção de resíduos. A medição destes indicadores será realizada em relação aos colaboradores pois a dimensão de todas as entidades (a nível de colaboradores, clientes, instalações, entre outros) é diferente, resultando impossível a comparação do seu desempenho em termos de consumo, emissão e produção totais.

- **Operações de Investimento:** este tipo de operações revela ser de vital importância na estratégia das entidades bancárias no caminho da sustentabilidade. As entidades procuram

consolidar-se como referência no investimento em projectos que promovam a melhoria ambiental e condições de vida nas comunidades onde actuam, através de produtos e serviços inovadores. Para medir tais aspectos, foram consideradas as seguintes sub-questões: investimento em fundos e projectos sustentáveis e existência de conselho consultivo e/ou critérios de exclusão para investimentos não sustentáveis.

- **Operações de Crédito:** estas operações são também de vital importância na estratégia comercial das entidades bancárias, sendo portanto indispensável a integração de questões ambientais na estratégia dos bancos a nível das operações de crédito. As entidades devem realizar uma avaliação do risco ambiental na decisão de concessão de crédito e de financiamento (geralmente através dos Princípios do Equador), dependendo a análise dos projectos e sectores de actividade. Para medir o desempenho das entidades no que se refere às operações de crédito, foram seleccionadas as seguintes sub-questões: estratégia de microfinanças; empréstimos para ecoprojectos, empresas sustentáveis, *start-ups* sustentáveis e/ou outros projectos; existência de conselho consultivo e/ou critérios de exclusão para investimentos não sustentáveis (esta sub-questão é idêntica à introduzida na questão operações de investimento); e avaliação e controlo sobre impactes ambientais dos empréstimos.

### 3.2.2. DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a identificação das questões, é definida a metodologia de avaliação das mesmas. Para as quatro primeiras questões, todas as sub-questões serão classificadas numa escala de 0 a 4 valores. Esta escala de pontuação numérica (apenas a escolha de valores numéricos) foi adaptada de Durbin *et al* (2006). A escala foi seleccionada devido à necessidade de aplicação de um valor numérico na valoração das sub-questões. A questão aspectos ambientais é analisada de forma independente, não sendo atribuído um valor numérico como às anteriores questões.

#### Questões de sustentabilidade

##### *Estratégia*

- Estratégia de sustentabilidade definida:

- 0: inexistente;
- 1: inexistente. A entidade declara a importância da sustentabilidade;

- 2: existente. Alguns aspectos da sustentabilidade são integrados no *core business* (nível fraco);
- 3: existente. A maioria dos aspectos da sustentabilidade são integrados no *core business* (nível moderado);
- 4: existente. Os aspectos são integrados no *core business* e considerados pela gestão de topo. A entidade apresenta boas práticas de sustentabilidade (nível elevado).<sup>1</sup>

### ***Stakeholders e comunicação***

#### **- Envolvimento de *stakeholders*:**

- 0: nenhum tipo de envolvimento ou comunicação;
- 1: comunicação única através de documentação escrita sem destinatário concreto;
- 2: existência de canais de comunicação para investidores/accionistas e clientes;
- 3: igual à anterior mais o suplemento de canais de comunicação para colaboradores/fornecedores/entidades reguladores;
- 4: igual à anterior mais o suplemento de canais de comunicação para os *media*/ONG.

#### **- Avaliação e controlo de fornecedores/introdução de critérios de sustentabilidade:**

- 0: inexistente;
- 1: fraca relevância;
- 2: média relevância;
- 3: alta relevância;
- 4: alta relevância. Boa comunicação. O assunto é de vital importância na estratégia de sustentabilidade.\*

#### **- Relatório de sustentabilidade/ambiental:**

- 0: inexistente;
- 1: inexistente. Existência de capítulo sobre sustentabilidade no Relatório e Contas;
- 2: existente e independente. Sem classificação nem verificação;
- 3: existente e independente. Classificação B ou C e/ou verificação de entidade externa;

---

\* A forma de avaliação desta questão foi através duma análise objectiva, segundo o critério do autor, às diferentes entidades bancárias

- 4: existente e independente. Classificação A. Verificação de entidade externa e/ou GRI;
- N.º de indicadores essenciais de desempenho ambiental (30):
- 0: nenhum indicador reportado;
  - 1: 1-7 indicadores reportados;
  - 2: 8-15 indicadores reportados;
  - 3: 16-22 indicadores reportados;
  - 4: 23-30 indicadores reportados.
- N.º de indicadores suplementares de desempenho ambiental para o sector financeiro (13):
- 0: nenhum indicador reportado;
  - 1: 1-3 indicadores reportados;
  - 2: 4-6 indicadores reportados;
  - 3: 7-9 indicadores reportados;
  - 4: 10-13 indicadores reportados.

### ***Princípios.***

- Princípios internos de actuação/condução/ambientais/éticos:
- 0: inexistentes;
  - 2: existentes;
  - 4: existentes. Bem comunicados. Integração de aspectos de sustentabilidade no *core business*.<sup>\*</sup>
- Princípios do Equador:
- 0: entidade não signatária;
  - 2: entidade signatária;
  - 4: entidade signatária. Princípios e projectos bem comunicados tal como indica o décimo princípio.

---

<sup>\*</sup> A forma de avaliação desta questão foi através duma análise objectiva, segundo o critério do autor, às diferentes entidades bancárias

- Princípios da Global Compact:

- 0: entidade não signatária;
- 2: entidade signatária;
- 4: entidade signatária. Boa comunicação dos princípios e concordância com os indicadores de desempenho ambiental da GRI.

- UNEP FI *Statement*:

- 0: entidade não signatária;
- 2: entidade signatária;
- 4: entidade signatária. Boa comunicação.\*

***Ferramentas de gestão.***

- Política ambiental/SGA:

- 0: inexistente;
- 1: SGA inexistente. Nível fraco de boas práticas ambientais;
- 2: SGA inexistente. Nível moderado de boas práticas ambientais;
- 3: SGA inexistente. Nível elevado de boas práticas ambientais e/ou pretensão de implementação de SGA a curto prazo;
- 4: SGA implementado e certificado.\*

- Introdução de critérios de sustentabilidade na gestão de risco:

- 0: inexistentes;
- 1: fraca relevância;
- 2: média relevância;
- 3: alta relevância;
- 4: alta relevância. Boa comunicação. O assunto é de vital importância na estratégia de sustentabilidade.\*

**Questões ambientais.**

- ***Operações internas:***

- Consumo de energia (kWh/FTE);

---

\* A forma de avaliação desta questão foi através duma análise objectiva, segundo o critério do autor, às diferentes entidades bancárias



- Consumo de papel (kg/FTE);
- Consumo de água (m<sup>3</sup>/FTE);
- Emissões de CO<sub>2</sub> (t/FTE).
- Produção de resíduos (kg/FTE)

**- Operações de Investimento:**

- Investimento em fundos e projectos de sustentabilidade (n.º projectos, montante de operações);
- Existência de conselho consultivo e/ou de critérios de exclusão para investimentos não sustentáveis.

**- Operações de Crédito:**

- Estratégia de microfinanças (n.º projectos, montante de operações);
- Empréstimos para ecoprojectos, empresas sustentáveis, e/ou *start-ups* sustentáveis (n.º projectos, montante de operações);
- Existência de conselho consultivo e/ou de critérios de exclusão para concessão de créditos a empresas/particulares com actividades não sustentáveis;
- Avaliação e controlo de impactes ambientais dos empréstimos.

### **3.3. APLICAÇÃO**

A última etapa da metodologia consta da recolha de dados e informação, análise dos mesmos e interpretação de resultados. Como já foi referido, a informação será retirada maioritariamente dos relatórios de sustentabilidade das entidades bancárias e dos relatórios e contas e sítios *web* das mesmas. Seguidamente, será analisada esta informação de modo a poder comparar o desempenho das entidades através das questões seleccionadas. A comparação será feita sem nenhum tipo de restrição entre as entidades nacionais e estrangeiras. Finalmente, serão interpretados os resultados de forma a poder retirar as conclusões pertinentes do exercício de *benchmarking*.



## 4. BENCHMARKING

O *benchmarking* é um processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho das organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de comparar desempenhos e identificar oportunidades de melhoria nas organizações.

### 4.1. SELECÇÃO DO GRUPO DE ANÁLISE

O grupo de análise é composto por 15 entidades bancárias, quatro portuguesas e 11 estrangeiras como já foi referido na metodologia desta dissertação. A nível nacional serão analisadas as quatro maiores entidades bancárias: Caixa Geral de Depósitos, Millenium BCP, Banco Espírito Santo, e Banco Santander-Totta. A nível internacional, serão examinados bancos líderes em matéria de sustentabilidade, a saber: HSBC (Reino Unido) – *Banco Sustentável do Ano* (2006); ABN-AMRO (Países Baixos) – *Banco Sustentável do Ano* (2007); Banco Real (Brasil) – *Banco Sustentável do Ano* (2008); Rabobank (Países Baixos) – Finalista do *Banco Sustentável do Ano* (2008); Triodos Bank (Países Baixos) – *Banco Sustentável do ano* (2009); e outras entidades nomeadas a *Banco Sustentável do Ano* (2009), tais como WestLB (Alemanha); Standard Chartered (Reino Unido); Sarasin Bank (Suíça); Nedbank (África do Sul); Barclays (Reino Unido) e ING (Países Baixos).

De modo a conhecer estas entidades antes da sua avaliação, será traçado, de seguida, um breve perfil económico-financeiro de cada uma de elas.

**Tabela 4.1: Perfil económico-financeiro das entidades bancárias em análise**

| Banco         | Perfil económico-financeiro   |
|---------------|---|
| CGD           | A Caixa Geral de Depósitos (CGD) é o banco público português. Fundada em 1876 tendo sido estabelecida como um banco estatal cujas funções principais eram a recepção de depósitos e a gestão da dívida pública. Subsequentemente, a sua actividade operacional foi alargada à banca de investimentos e de poupanças. Possui 30% da quota de mercado português, ocupando a primeira posição do ranking nacional de entidades bancárias. Opera na Europa, África, América e Ásia.   |
| Millenium BCP | O Millenium BCP é um banco privado, sediado no Porto, fundado em 1985 e com uma posição importante no mercado financeiro português. É o segundo maior em termos de quota de mercado (com aproximadamente 25%), quer em crédito a clientes, quer em recursos totais de clientes. Possui a maior rede de distribuição bancária, com mais de 918 sucursais e 2,6 milhões de clientes em Portugal, sendo também uma instituição de referência na Europa e África, através das suas operações bancárias na Polónia, Grécia, Moçambique, Angola, Roménia, Suíça e também na Turquia e nos EUA. Todas as operações actuam sob a marca Millenium.   |
| BES           | O Banco Espírito Santo é um banco privado, sediado em Lisboa, fundado em 1920 e com uma posição também importante no mercado financeiro português. É o terceiro maior em termos de activos, com uma quota de mercado de aproximadamente 20%. Opera em quatro continentes e 18 países, entre eles Espanha, França, Suíça, EUA, Brasil e China. Possui 1,7 milhões de clientes em Portugal, mais de 8 800 colaboradores e 623 balcões.  |
| BST Portugal  | O Banco Santander-Totta é um banco privado. Tem origem em 1857 com a fundação do Banco Santander. Já em 2000, o Grupo Santander adquire em Portugal os grupos financeiros Totta e Açores, e Crédito Predial Português. Muitas outras aquisições foram feitas pelo Grupo Santander antes e depois da compra do Totta, tornando o Grupo no maior da península ibérica e um dos maiores da América latina. O Santander-Totta, com cerca de 2 milhões de clientes e mais de 700 balcões espalhados por todo o país, detém aproximadamente 12% de quota no sistema bancário português. É o terceiro banco privado em termos de activos, e em 2008 foi o primeiro em termos de resultados.                                |
| HSBC          | <p>O Hong Kong and Shanghai Banking Corporation é uma das mais importantes companhias do mundo, primeira em serviços bancários e financeiros e sexta no geral. Sediado em Londres, deve o seu nome ao banco fundado em 1865, pelo escocês Tomas Sutherland para financiar o comércio no Extremo Oriente. A rede internacional do Grupo HSBC é composta por aproximadamente 9 500 escritórios e agencias em 83 países na Europa, Ásia, América, Oceânia, Oriente Médio e África. As suas acções são cotadas nas bolsas de Londres, Hong Kong, Nova Iorque, Paris e Bermudas.</p> <p>A 30 de Junho de 2009, o HSBC era a primeira instituição financeira europeia com um valor de mercado de € 101,3 mil milhões.</p> |

**Tabela 4.1: Perfil económico-financeiro das entidades bancárias em análise (continuação)**

| Banco              | Perfil económico-financeiro   |
|--------------------|---|
| ABN-AMRO           | O Algemene Bank Nederland-Amsterdam Rotterdam Bank é um banco de origem holandesa, fundado em 1991 através da fusão dos dois bancos, ABN e AMRO. Em 2007, um consórcio formado pelos bancos RBS, Fortis e Grupo Santander, comprou o ABN-AMRO com a intenção de dividi-lo e ficar com diferentes áreas de negócio. O Fortis adquiriu as operações na Bélgica e Holanda, o Grupo Santander adquiriu o Banco Real do Brasil e a Banca Antonveneta da Itália, e o RBS adquiriu a divisão de banca maioritária e outros negócios asiáticos e sul-americanos. Entre 1991 e 2007, o ABN-AMRO foi um dos maiores bancos europeus operando em 63 países.  |
| Banco Real         | O Banco Real é um banco de origem brasileira, criado em 1925, como uma cooperativa bancária nomeada Banco de Minas. Adquiriu oito instituições financeiras no país entre 1934 e 1971. Em 1973, dois anos após transferir sua sede para São Paulo, a organização passou a adoptar o nome Banco Real S.A. Em 1998, o ABN-AMRO adquiriu as operações do Banco Real S.A, além das aquisições dos bancos Bandepe (1998), Paraiban (2001) e Sudameris (2003). Em 2007 o consórcio formado pelos bancos Santander, RBS e Fortis adquiriu o ABN-AMRO, controlador do Banco Real. Em 2008, o Grupo Santander passou a exercer efectivamente o controlo societário. Com o nome de Banco do Brasil opera em vários países da América latina, EUA e Canadá. |
| Rabobank           | O Rabobank é um banco de origem holandesa, fundado em 1898 através da fusão dos Cooperatieve Centrale Raiffeinsen-Bank, de Utrech, e o Cooperatieve Centrale Boerenleenbank, de Eindhoven. O banco iniciou em 1996 a sua actividade internacional abrindo escritórios na Europa, Norte América, América do sul e Ásia. Actualmente, O Grupo Rabobank possui 569 agências em 45 países.  |
| WestLB             | WestLB é um banco alemão, criado em 1969 pela fusão do Landesbank fur Westfalen Girozentrale, fundado em 1832, e do Rheinische Girozentrale und Provinzialbank, fundado em 1854. A 30 de Agosto de 2002, o WestLB foi transformado numa sociedade anónima. Actualmente é um dos bancos líderes da Alemanha, com uns activos totais de € 254 mil milhões e mais de 5 200 colaboradores.  |
| Standard Chartered | O Standard Chartered foi criado da mesma forma e no mesmo ano que o WestLB, em 1969 através da fusão de dois bancos: The Standard Bank of British South Africa, fundado em 1863, e Chartered Bank of India, Australia and China, fundado em 1853. Desde o início da década de 90, o banco centrou o seu desenvolvimento na Ásia, África e Oriente Médio. O banco possui uma rede de mais de 1 600 agencias e pontos de venda, 5 500 multibancos e 70 mil colaboradores de 125 nacionalidades em mais de 70 países. A 30 de Junho de 2009, o HSBC era a 14ª instituição financeira europeia com um valor de mercado de € 25,3 mil milhões.   |

**Tabela 4.1: Perfil económico-financeiro das entidades bancárias em análise (continuação)**

| Banco        | Perfil económico-financeiro  |
|--------------|--|
| Bank Sarasin | O banco teve origem em 1841 em Basileia, da mão de Johannes Riggenbach-Huber. Em 1893 Alfred Sarasin-Iselin assumiu a sua gestão e gradualmente evoluiu numa das mais tradicionais e respeitadas instituições de <i>private banking</i> da Suíça: Banco Sarasin & Co. Ltd. Em 1987, o banco privado alterou a sua estrutura corporativa para uma parceria comercial limitada, mantendo a plena responsabilidade pessoal dos sócios. Ao mesmo tempo, o banco expandiu a sua rede, não só na Suíça, mas também na Europa. O mais importante marco na história do banco foi a sua conversão para uma sociedade anónima em 2002.     |
| ING          | O ING é uma instituição financeira global, de origem holandesa, fundada em 1991 por uma fusão entre o Nationale-Nederlanden e o NMB Postbank Group. Oferece serviços bancários, investimentos, seguros de vida e aposentadoria, entre outros. Atende a mais de 85 milhões de clientes privados, corporativos e clientes institucionais na Europa, América do Norte, América Latina, Ásia e Austrália. A 30 de Junho de 2009, o ING era a 23ª instituição financeira europeia com um valor de mercado de € 14,8 mil milhões.  |
| Triodos Bank | Triodos Bank é um banco europeu independente, criado em 1980 em Zeist, Holanda. Possui quatro filiais: Zeist (Holanda), Bruxelas (Bélgica), Bristol (Reino Unido) e Madrid (Espanha). O Banco tem ainda uma agência em Frankfurt (Alemanha). É pioneiro na banca ética e financia empresas que acrescentam valor cultural, social ou ambiental. O nome, Triodos - "tri Hodoš" - é traduzido do grego como "abordagem de três vias".  |
| Nedbank      | O Nedbank é um banco sul-africano que tem origem no banco holandês Nederlandsche Bank en Credietvereniging (1888). Em 1951, o banco chegou a África do Sul, denominando-se Netherlands Bank of South Africa Limited. O número de accionistas sul-africanos foi aumentando até ser 100% sul-africano, em 1969. Em 1992 o nome mudou para Nedcor Bank Limited, do qual o Nedbank converteu-se na maior divisão. O Nedcor Group mudou o seu nome para o actual, Nedbank Group em 2005. O banco tem mais de 26 mil colaboradores opera em países como a África do Sul, Namíbia, Suazilândia, Malawi Zimbabwe e Lesoto.               |
| Barclays     | Barclays é um grande fornecedor global de serviços financeiros. Fundado em 1690, em Londres, por John Freame, adquiriu o seu nome quando James Barclay converteu-se em sócio. Opera na Europa, EUA, Oriente Médio, América Latina, Austrália, Ásia e África. Trata-se de um <i>holding</i> cujas acções são cotadas nas bolsas de Londres, Nova Iorque e Tóquio. Opera através da sua subsidiária Barclays Bank. Possui mais de 148 mil colaboradores e gera mais de € 3,4 mil milhões em receitas. A 30 de Junho de 2009, o Barclays era a sexta instituição financeira europeia com um valor de mercado de € 32,1 mil milhões. |

**Nota:** a informação contida nesta tabela procede dos sítios *web*, RS e R&C das entidades bancárias.

## 4.2. RESULTADOS E ANÁLISE

A tabela 4.2 representa a matriz de resultados referente às questões analisadas. Esta matriz permite avaliar o desempenho das entidades bancárias em matéria de sustentabilidade traçando um perfil dos mesmos de modo a permitir a sua comparação.

Tabela 4.2: Matriz de resultados de questões de sustentabilidade

|                    | Estratégia                     | Stakeholders e comunicação          |                      |                               |                    |                          |                     | Princípios            |               |                          |     |                     | Ferramentas de gestão |  |
|--------------------|--------------------------------|-------------------------------------|----------------------|-------------------------------|--------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------|---------------|--------------------------|-----|---------------------|-----------------------|--|
|                    | Estratégia de sustentabilidade | Envolvimento de <i>stakeholders</i> | ICS nos fornecedores | Relatório de sustentabilidade | Comunicação de IDA | Comunicação de IDA - SSF | Princípios internos | Princípios do Equador | Princípios GC | UNEP FI <i>Statement</i> | SGA | ICS na Gestão Risco |                       |  |
| CGD                |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| Millenium BCP      |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| BES                |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| BST                |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| HSBC               |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| ABN-AMRO           |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| Banco Real         |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| Rabobank           |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| WestLB             |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| Standard Chartered |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| Bank Sarasin       |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| ING                |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| Triodos Bank       |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| Nedbank            |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |
| Barclays           |                                |                                     |                      |                               |                    |                          |                     |                       |               |                          |     |                     |                       |  |

**Nota:** para todas as questões cada quadrado sombreado significa um ponto

Fontes: Caixa Geral de Depósitos, 2009; Millenium BCP, 2009; Banco Espírito Santo, 2009; Banco Santander-Totta, 2009; HSBC, 2009; ABN-AMRO, 2008; Banco Real, 2008; Rabobank Group, 2009; WestLB AG, 2009; Standard Chartered, 2009; Bank Sarasin, 2009; ING Group, 2009; Triodos Bank, 2009; Nedbank Group, 2009; Barclays, 2009.

## **Estratégia de Sustentabilidade**

Referentemente à questão estratégia de sustentabilidade, à excepção da CGD e do BST, todas as entidades bancárias obtiveram a mesma pontuação (P. 4)<sup>\*</sup>. Estes bancos referem nos seus relatórios metas a alcançar e objectivos claramente definidos, assim como as principais áreas de acção em matéria de sustentabilidade. A CGD (P.2) refere a sustentabilidade e a sua importância como um eixo estratégico de actuação enfatizando alguns temas de Responsabilidade Social, não comunicando uma estratégia completa. O BST (P. 3) possui uma estratégia de sustentabilidade definida, integrando vários aspectos da sustentabilidade de forma moderada, atribuindo uma maior atenção à vertente social.

Das entidades com pontuação máxima, podem destacar-se o BES e o Nedbank. O BES mostra claramente os compromissos, objectivos e metas adoptados nas várias áreas, enfatizando o seu compromisso e o conseguido até à data. Aposta em traçar uma estratégia mais focada nos processos internos, nomeadamente os processos relacionados com a gestão ambiental interna. O Nedbank revela, também, as várias áreas de acção junto com os objectivos e metas adoptadas para o período 2009-11, fazendo a sua aposta no investimento em energias renováveis e na participação em iniciativas sociais e ambientais.

## **Stakeholders e Comunicação**

### **- Envolvimento de stakeholders**

Em relação ao envolvimento de *stakeholders*, as entidades cumprem com os seus objectivos. À excepção do BST e do Bank Sarasin, todas as entidades mantêm abertos canais eficazes de diálogo com todas as partes interessadas, a saber: investidores, accionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, entidades reguladoras, ONG e *media*. Os canais de comunicação são diversos para os diferentes grupos de *stakeholders*. Assembleias para os accionistas, campanhas de comunicação para clientes, sessões de formação para colaboradores, relatórios de comunicação para entidades reguladoras, *press-releases* para os *media*, inquéritos anuais aos fornecedores e reuniões anuais com as ONG são exemplos de canais utilizados pelas entidades bancárias para com os seus *stakeholders*. Até 13 entidades alcançam a pontuação

---

\* Nota: a expressão 'P. X' é equivalente a 'Pontuação X'



máxima (P. 4) nesta questão, encontrando-se o BST e o Bank Sarasin no escalão inferior de pontuação (P. 3).

Destacam-se os bancos HSBC e o Rabobank por diferentes canais de comunicação, entre eles com colaboradores e entidades reguladoras/agências de governo. O HSBC realiza anualmente um inquérito, intitulado *Global People Survey*, conduzido em 26 idiomas e para todos os seus colaboradores, em suporte digital e papel. A sua taxa de participação é de 93% para mais de 315 000 colaboradores. O inquérito tem várias funções, tais como medir o nível de envolvimento dos colaboradores, identificar as acções necessárias para melhorar o seu desempenho, e assistir na realização de um *benchmarking* interno e externo do banco, entre outras.

As agências governamentais estão igualmente qualificadas como *stakeholders*. Evidencia-se o Rabobank pela sua estreita comunicação com os diferentes ministérios do Governo holandês. O banco consulta e trabalha em conjunto com o Ministério de Planeamento Espacial e do Ambiente na prevenção das alterações climáticas, e com o Ministério de Agricultura, Natureza e Qualidade dos Alimentos sobre a sustentabilidade na agricultura.

#### **- Avaliação e controlo de fornecedores/introdução de critérios de sustentabilidade**

A avaliação e controlo de fornecedores e a introdução de critérios de sustentabilidade revela-se como uma questão importante pois aos fornecedores estão ligados impactes directos. Bancos como a CGD e Standard Chartered situaram-se no terceiro escalão de pontuação (P. 2), revelando uma relevância média na avaliação e controlo dos seus fornecedores. Até 7 bancos, BCP, BES, BST, Rabobank, Bank Sarasin, ING e Nedbank situam-se uma categoria acima (P. 3), mostrando uma importância alta na avaliação dos fornecedores e na introdução de critérios de sustentabilidade. As entidades com um melhor desempenho neste aspecto (P.4) são HSCB, Barclays, ABN-AMRO, BR, WestLB e Triodos Bank, destacando-se especialmente estes três últimos.

O Banco Real possui um programa de gestão e relação com fornecedores pelo qual aplica um inquérito de apreciação que inclui critérios sociais, ambientais e de governabilidade. Os fornecedores com melhor desempenho são privilegiados de modo a motivar a melhoria dos fornecedores com um desempenho mais baixo.

O WestLB possui, desde 2005, outro tipo de avaliação mais sofisticada. Trata-se de um sistema de gestão de fornecedores, baseado em critérios de sustentabilidade, que assegura o cumprimento mínimo de padrões ecológicos e sociais. O sistema promove também a revisão e melhoria contínua do desempenho dos fornecedores.

Por último, o Triodos Bank avalia os seus fornecedores através de critérios de sustentabilidade e melhores práticas ambientais. Todos os fornecedores, desde *catering* até serviço de manutenção, são questionados sobre o seu desempenho. Também é utilizado o critério de eficiência energética na aquisição de equipamento de escritório, tais como computadores e impressoras, atribuindo especial atenção à produção sustentável e impacto ambiental do mesmo equipamento.

#### **- Relatório de sustentabilidade**

O relatório de sustentabilidade é uma ferramenta valiosa em termos de comunicação das questões de sustentabilidade e principal fonte de consulta para o exercício de *benchmarking*. A menor pontuação nesta sub-questão é atribuída à CGD (P. 1) pois carece, ainda, de um relatório de sustentabilidade. No entanto, e após contacto com a Direcção de Comunicação, Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Grupo CGD, o relatório encontrar-se-á finalizado antes do final do ano de 2009, embora estivesse agendado para o segundo trimestre do mesmo ano. Seguem-se o BST e o Standard Chartered, (P. 2), ambos com dois relatórios independentes mas sem qualquer auto-avaliação, verificação externa ou verificação por parte da GRI. No escalão seguinte encontram-se o HSBC (P. 3) e o Barclays (P. 3), sem auto-declaração mas com verificação externa por parte das consultoras PricewaterhouseCoopers LLP e Corporate Citizenship respectivamente, e o WestLB (P. 3) com uma auto-declaração de nível B+ (segundo o GRI *application level*) e verificação externa da consultora Maplecroft. Com o nível máximo de pontuação (P. 4) encontram-se nove entidades bancárias, destacando-se entre elas o BCP, Triodos Bank e ABN-AMRO, os três com classificação A+ na auto-declaração, A+ na verificação externa (por parte da KPMG, KPGM de novo e Ernst & Young respectivamente), e A+ na verificação por parte da GRI.

#### **- Comunicação de indicadores de desempenho ambiental**

A GRI recolhe, para as empresas, 30 indicadores de desempenho ambiental divididos em várias categorias. O banco CGD é a entidade com pior desempenho nesta questão devido à inexistência do relatório de sustentabilidade. A CGD não reporta, por enquanto, nenhum destes 30 indicadores, obtendo a pontuação mínima (P. 0). Seguem-se na escala de pontuação, dois escalões acima (P. 2), os bancos Rabobank, Bank Sarasin e Standard Chartered, com 9, 10 e 13 indicadores reportados respectivamente. Com três pontos encontram-se sete entidades, destacando-se o HSBC com 20 indicadores reportados. No último patamar (P. 4), situam-se os bancos Nedbank, Triodos Bank, Barclays e BES, com especial destaque para estes três últimos com os 30 indicadores reportados.

É de referir que os indicadores mais reportados pelas entidades bancárias são o consumo de energia, consumo de água, e emissões de gases de efeito estufa, EN3, EN8 e EN16 respectivamente.

***- Comunicação de indicadores suplementares de desempenho ambiental para o sector financeiro***

Estes indicadores são 13 segundo a versão da GRI *Indicadores de desempenho ambiental do suplemento do sector dos serviços financeiros*, de Março de 2005.

Neste aspecto, são várias as entidades que falham na sua comunicação. Os bancos CGD, BST, BR e Standard Chartered obtêm todos eles a mínima pontuação (P. 0). Não é feito nenhum reporte destes indicadores suplementares, nem feita nenhuma referência nas suas publicações. À excepção do BR, os outros três bancos foram as entidades que alcançaram a menor pontuação na questão ‘Relatório de Sustentabilidade’. Todas as outras 11 entidades obtiveram uma pontuação máxima (P. 4) nesta questão, reportando entre 10-13 indicadores, sendo que a maioria reporta os 13 indicadores.

**Princípios**

***- Princípios internos de conduta, actuação, ambientais ou éticos***

Estes princípios, como já foi referido, ajudam a melhorar as relações dos *stakeholders* com a entidade, estabelecendo uma base de actuação para os colaboradores. A pontuação desta questão divide-se em dois grupos (P. 2 e P. 4). Sete entidades, CGD, BST, HSBC, ABN-AMRO, Rabobank, Bank Sarasin e Barclays consideram uma série de princípios éticos, códigos internos de conduta ou de actuação. Os princípios regem o comportamento a seguir pelos colaboradores de um modo ético e honesto. Os restantes oito bancos, BCP, BES, BR, WestLB, Standard Chartered, ING, Triodos Bank e Nedbank contemplam princípios de sustentabilidade nas suas políticas de gestão. Estes princípios são implementados ao longo da cadeia de valor do banco, e à diferença dos anteriores, introduzem questões ambientais e sociais.

***- Princípios do Equador***

Os Princípios do Equador são contemplados por 12 das 15 entidades bancárias em análise. Os bancos CGD, Bank Sarasin e Triodos Bank não efectuem qualquer referência aos princípios, sendo-lhe atribuída a pontuação mínima. O BST obteve a pontuação intermédia (P. 2), pois apesar de ser signatário dos princípios não realiza uma correcta comunicação dos mesmos como o décimo princípio exige. As outras 11 instituições recebem a pontuação máxima, pois

para além de serem signatárias comunicaram correctamente a sua aplicação, através da comunicação do número de projectos, da classificação do risco de cada projecto, do montante de operações e tipo de sector no qual cada projecto se insere.

Destacam-se os bancos ABN-AMRO, WestLB e Barclays como co-fundadores destes princípios.

#### **- *Princípios da Global Compact***

A adesão aos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas é menos generalizada do que a aplicação dos Princípios do Equador, tendo um menor número de signatários entre a comunidade financeira. Das 15 entidades analisadas, seis não eram signatárias nem faziam qualquer referência aos ditos princípios. Os bancos HSBC e Rabobank declaram-se como signatários, obtendo portanto o nível intermédio de pontuação (P. 2), não comunicando correctamente ou de modo algum os princípios. As outras sete entidades restantes, BCP, BES, ABN-AMRO, WestLB, Standard Chartered, ING e Nedbank adquirem a pontuação máxima (P. 4) comunicando correctamente os princípios. Especial destaque merecem os dois bancos portugueses integrados neste escalão de pontuação, BCP e BES, realizando uma completa correspondência entre os indicadores de desempenho ambiental da GRI e os dez princípios da Global Compact.

#### **- *Declaração Internacional da Banca sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (UNEP FI Statement)***

Mediante esta declaração, a Nações Unidas e o sector financeiro mundial identificam e promovem a adopção das melhores práticas ambientais e de sustentabilidade a todos os níveis de operação das instituições financeiras.

Das 15 instituições analisadas, unicamente as duas portuguesas BCP (P. 0) e BST (P. 0), não são signatárias da UNEP FI *Statement*. O BES e a CGD são os únicos bancos portugueses, desde Maio de 2009. Até 11 entidades são signatárias não assinalando, no entanto, nenhuma actividade paralela ou parceria com a UNEP. Apenas os bancos WestLB e Nedbank obtiveram a pontuação máxima (P. 4), destacando-se sobre as outras instituições. O WestLB oferece a sua experiência e trabalha em parceria com grupos de trabalho da UNEP, enquanto o Nedbank trabalha também em parceria com a UNEP FI, está presente em vários comités e grupos de trabalho e co-dirige o UNEP FI African Task Force.

## **Ferramentas de gestão**

### ***- Sistema de Gestão Ambiental e política ambiental***

Em matéria de SGA e política ambiental, os bancos mais atrasados são dois portugueses: CGD e BST. Ambos alcançam o terceiro escalão de pontuação para esta questão (P. 2), sendo o seu nível de boas práticas ambientais classificado como moderado. Até sete instituições financeiras completam a categoria seguinte (P. 3), sendo o seu nível de boas práticas ambientais classificado como elevado. Algumas das instituições, inclusive, afirmam pretender implementar um SGA num curto prazo. As duas instituições portuguesas (BCP e BES) incluídas nesta categoria, apesar de também não possuírem um SGA certificado como o BST e CGD, encontram-se neste escalão de pontuação devido ao seu nível de boas práticas ambientais ser superior ao das instituições anteriores. Por último, com uma pontuação máxima (P. 4) encontram-se as seguintes instituições: BR, WestLB, Standard Chartered, ING, Triodos Bank e Barclays. Todas estas instituições dispõem de um SGA implementado e certificado pela Norma ISO 14001:2004. Esta ferramenta de gestão revela-se muito útil na identificação, avaliação, monitorização e minimização dos impactes ambientais das entidades bancárias.

### ***- Introdução de critérios de sustentabilidade na gestão de risco***

A avaliação do risco ambiental e social na decisão de concessão de crédito e de financiamento é uma prática cada vez mais generalizada entre as instituições financeiras. A análise realiza-se com base em uma série de critérios de sustentabilidade. As instituições financeiras com menor desempenho nesta questão são, novamente e como aconteceu na questão anterior, a CGD (P. 2) e o BST (P. 2). Nestes dois casos, a introdução de critérios de sustentabilidade adquire uma relevância média. Seguem-se na seguinte categoria (P. 3) o BCP, BR e Bank Sarasin, com um nível alto na introdução dos critérios de sustentabilidade na concessão de empréstimos. Para estes bancos, é referida a aplicação de critérios de sustentabilidade no processo de análise de projectos. Por último, e com o nível de pontuação máximo (P. 4) encontram-se as restantes dez entidades financeiras. Destacam-se várias instituições como o Triodos Bank com a aplicação de critérios de sustentabilidade e integração de um conselho consultivo de sustentabilidade antes da tomada de decisão sobre a concessão de empréstimos e investimentos. O ING, de forma complementar, possui o Comité SRI, orientado por uma série de princípios de investimento responsável.

A tabela 4.3 representa a matriz de resultados dos aspectos ambientais analisados. Estes aspectos permitem avaliar o desempenho ambiental interno das entidades bancárias através de vários indicadores, e externo através das sub-questões seleccionadas às operações de crédito e investimento.

Tabela 4.3: Matriz de resultados de aspectos ambientais

|                  | Operações Internas           |                           |                          |                                    |                               | Operações de Investimento   |  | Operações de Crédito          |   |                                  |
|------------------|------------------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------------------|-------------------------------|---|--|-------------------------------|---|----------------------------------|
|                  | Consumo de Energia (kWh/FTE) | Consumo de Papel (kg/FTE) | Consumo de Água (m³/FTE) | Emissão de CO <sub>2</sub> (t/FTE) | Produção de Resíduos (kg/FTE) | Investimento em Fundos e projectos Sustentáveis                                   | Existência de CC/CE                                      | Microcrédito                  | Projectos Sustentáveis  | Avaliação e Controlo de Impactes |
| CGD              | -                            | -                         | -                        | -                                  | -                             | Fundo Caixagest Energias Renováveis<br>Fundo para PME (€ 250 M)                   | Critérios de sustentabilidade                            | 250 m                         | Caixa Energias Renováveis<br>Caixa Carbono Zero 2010  | ✓                                |
| Millenium<br>BCP | 9000                         | 51                        | 24                       | 6,5                                | -                             | 17 fundos sustentáveis<br>5 fundos ambientais                                     | Critérios de sustentabilidade<br>Comissão de RS          | Pioneiros (PT)<br>€ 2,3 M     | Energias Renováveis<br>€ 459 M  | ✓                                |
| BES              | 8922                         | 60                        | 14                       | 6,3                                | -                             | New Energy Fund (€ 3,6 M)<br>Luso Carbon Fund (€ 8 M)<br>Fundo Floresta Atlântica | Critérios de sustentabilidade<br>e Comité de Risco       | € 212 m                       | Energias Renováveis<br>€ 455 M  | ✓                                |
| BST              | 7050                         | 85                        | 17                       | 2,5                                | -                             | Luso Carbon Fund  | Critérios de sustentabilidade                            | Programa<br>FINICIA           | Energias Renováveis<br>€ 254 M  | ✓                                |
| HSBC             | 6310                         | -                         | 16                       | 3,1                                | 270                           | Environmental Fund (€ 290 m)<br>Comunity Investment (€ 72 M)                      | Critérios de sustentabilidade                            | € 26 M                        | HSBC Climate Partnership (€ 69 M)<br>HSBC Global Environmental<br>Efficiency Programme (€ 63 M) | ✓                                |
| ABN<br>AMRO      | 8889                         | 111                       | 22                       | 3,3                                | -                             | ABN AMRO Green Fund (€ 465 M)<br>Fundos SRI (€ 1307 M)                            | Critérios<br>socioambientais e éticos<br>Comité de Risco | € 32 M                        | Energias Renováveis<br>€ 1000 M   | ✓                                |
| Banco Real       | 5608                         | 32                        | 28                       | 2,2                                | -                             | Fundo Florestal Real; Fundo Fines<br>Fundo InfraBrasil (€ 372 M)                  | Critérios<br>socioambientais                             | Real Microcrédito<br>€ 18,7 M | Energias Renováveis<br>€ 1087 M   | ✓<br>SGA                         |

### Sustentabilidade Ambiental no Sector Bancário | Capítulo 4: Benchmarking

|                       |      |     |    |     |     |  |   |                                      |  |          |
|-----------------------|------|-----|----|-----|-----|--|---|--------------------------------------|--|----------|
| Rabobank              | 5050 | 39  | 16 | 3,0 | 66  | 15 Projectos Renováveis (€ 500 M)<br>TruCost Fund  | Critérios sustentáveis e de<br>CSR e Comité Ético                             | € 1 M                                | Rabo Green Bank (€ 853 M)  | ✓        |
| WestLB                | 8500 | 80  | 58 | 7,9 | 489 | Fundos Pension Dynamic & WestLB<br>Mellon WertFonds (€ 83 M)<br>Orsay Croissance Responsable (€ 26,1 M)    | Critérios sustentáveis e<br>Conselho Consultivo de<br>Sustentabilidade        | Não                                  | ANDASOL 1 (€ 300 M)<br>Ethanol Projects (€ 985 M)                        | ✓<br>SGA |
| Standard<br>Chartered | 4596 | 47  | 21 | 3,7 | 95  | Asia Infrastructure Fund (€ 50 M)<br>Energy Efficiency China (€ 83 M)                                      | Critérios sustentáveis e<br>Comité Ambiental e de<br>sustentabilidade         | € 273 M                              | Energias Renováveis e Tecnologias<br>Limpas (2007-2012)<br>€ 5600-7000 M | ✓<br>SGA |
| Bank<br>Sarasin       | 5558 | 144 | 18 | 2,9 | 265 | Sustainable Water Fund (€ 33 M)  | Critérios sustentáveis e<br>Comité de sustentabilidade                        | Não                                  | Sustainable Assets (€ 4282 M)  | ✓        |
| ING                   | 6834 | 64  | -  | 1,7 | -   | Sustainable Global Equity Funds  | Critérios sustentáveis e<br>Comité UNPRI                                      | € 42,8 M                             | Energias Renováveis e Green<br>Projects (€ 925 M)                        | ✓<br>SGA |
| Triodos<br>Bank       | 3075 | 334 | 7  | 1,8 | 182 | Triodos Green Fund (€ 461 M)<br>Triodos Renewables Europe Fund (€ 24 M)<br>Triodos Sustainable Trade Funds | Critérios sustentáveis e<br>Conselho Consultivo de<br>Sustentabilidade        | Microfinance<br>Funds<br>€ 161 M     | Energias Renováveis e Tecnologias<br>Limpas<br>Projectos Sustentáveis    | ✓<br>SGA |
| Nedbank               | 6211 | 67  | 25 | 4,8 | -   | Green Trust Program (€ 8,1 M)<br>Agriculture Fund<br>Gerry Muller Benefit Fund                             | Critérios de sustentabilidade<br>e Conselho Consultivo de<br>Sustentabilidade | Khula Guarantee<br>Scheme<br>€ 264 m | Energias renováveis (€ 8 M)<br>Projectos Verdes (€ 6,3 M)                | ✓        |
| Barclays              | 5719 | -   | 14 | 4,2 | -   | Energy Efficiency Fund<br>Projectos Ambientais (€ 1,2 M)   | Critérios de sustentabilidade<br>e Comité Ambiental e de<br>Sustentabilidade  | € 209 M                              | EDF Energy<br>Scottish and Southern Energy                               | ✓<br>SGA |

**Nota:** a informação contida nesta tabela procede dos sítios *web*, RS e R&C das entidades bancárias.

**Nota 2:** os indicadores são reportados pelas entidades bancárias, por FTE, sem realizar uma distinção entre o tipo de actividade de cada entidade

## Questões Ambientais

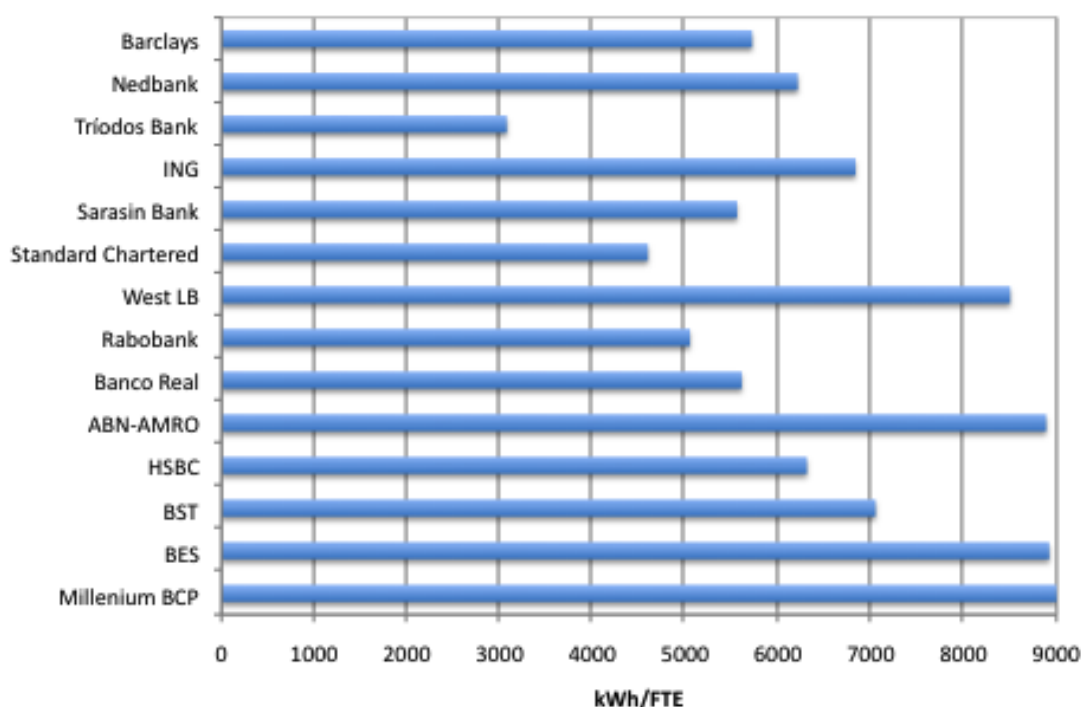
Como já foi referido, as questões ambientais foram divididas em três grupos: operações internas, operações de investimento e operações de crédito.

### - Operações internas

Para a análise do desempenho ambiental interno das entidades bancárias, foram recolhidos dados sobre os fluxos de entrada e/ou saída de energia, água e materiais. Para tal, foram considerados cinco indicadores de desempenho ambiental, sendo eles: consumo de energia, consumo de papel, consumo de água, emissão de CO<sub>2</sub> e produção de resíduos.

- *Consumo de energia*

O consumo de energia procede de todas as actividades das entidades bancárias que decorrem nas suas instalações. O consumo é medido em kWh/FTE\*. Os consumos de energia dos colaboradores das diferentes instituições, para o ano de 2008, encontram-se na figura 4.1



**Figura 4.1: Consumo anual de energia por colaborador**

Os consumos das diferentes entidades revelam-se díspares, sendo o das entidades portuguesas BES e BCP os mais elevados, com 8922 kWh/FTE e 9000 kWh/FTE respectivamente. Seguem de perto o ABN-AMRO (8889 kWh/FTE) e WestLB (8500 kWh/FTE). As entidades

\* Nota: a expressão 'FTE' refere-se a *Full Time Equivalent*, equivalente a um colaborador a tempo inteiro durante um ano.



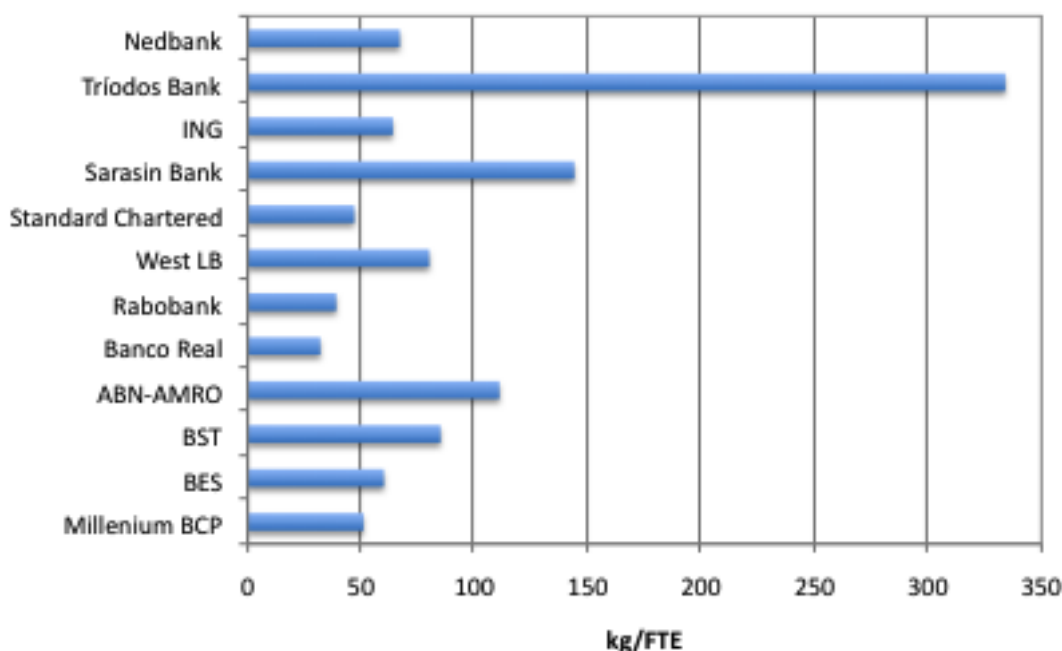
com um menor consumo de energia são o Triodos Bank (3075 kWh/FTE), Standard Chartered (4596 kWh/FTE) e Rabobank (5050 kWh/FTE).

Em relação à instituição com melhor desempenho energético, o Triodos Bank, em 2008 o consumo de gás por colaborador incrementou-se em quase 21%, reduzindo-se o consumo eléctrico 4%. Este aumento no consumo de gás pode ser explicado pela expansão de escritórios na Bélgica e Holanda, pois em comparação a 2007, o consumo de gás por metro cúbico reduziu-se 12%. O consumo eléctrico viu-se reduzido devido à nova política sobre o uso sustentável de equipamento eléctrico e electrónico. Os escritórios na Holanda e no Reino Unido adquiriram energia unicamente de fornecedores verdes. Em 2008, este consumo eléctrico de fontes verdes era de 1,2 M kWh, equivalente a 85% do consumo total eléctrico do Triodos Bank. O restante 15% diz respeito a agências em países onde o banco opera e não existem, ainda, fornecedores verdes.

O BES, a segunda entidade com o maior consumo energético, aumentou o seu consumo em 2% de 2007 para 2008. Um dos factores que contribuiu para este aumento de consumo de energia foi a utilização em pleno de novos edifícios, cuja actividade foi iniciada no final de 2007 ou no decorrer de 2008. No entanto, ao serem retirados ao consumo total de electricidade os valores de consumo das novas instalações, considerando apenas as instalações de referência de 2007, verifica-se uma redução em cerca de 1% no consumo de energia. Este facto resulta do trabalho que o BES tem feito na redução do consumo de energia eléctrica, nomeadamente através da utilização de equipamentos mais eficientes. As medidas implementadas nos edifícios consistem em: substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas de baixo consumo; substituição de contadores simples para bi-horários; redução do tempo de funcionamento do ar condicionado; redução das potências instaladas e programação das luzes dos edifícios para desligarem no final do expediente. Para 2009, o BES está a desenvolver um programa para redução do consumo de energia eléctrica que tem como objectivo principal a adopção de medidas comportamentais pelos colaboradores. Apesar das novas medidas de redução de energia, o BES encontra-se muito longe do desempenho do Triodos Bank, consumindo cerca do triplo de energia.

- *Consumo de papel*

O consumo de papel procede, principalmente, do uso directo dos colaboradores nas actividades que os bancos realizam em todas as suas instalações, e é medido em kg/FTE. Os consumos dos colaboradores das diferentes entidades, para o ano de 2008, encontram-se na figura 4.2.



**Figura 4.2: Consumo anual de papel por colaborador**

Através do gráfico da figura 4.2 pode observar-se um consumo mais equilibrado do que no anterior indicador, salvo o Triodos Bank. Neste caso a situação inverte-se, sendo o banco de origem holandesa, o menos eficiente, com um consumo anual por colaborador de 334 kg. O consumo de papel do banco viu-se incrementado em 7% de 2007 para 2008, não sendo cumprido o objectivo de redução previsto. Este aumento deveu-se, maioritariamente, ao aumento de novos clientes durante 2008. O aumento foi de 25%, passando de 153 mil a 191 mil clientes. O facto de o Triodos Bank ter um consumo anormal de papel em relação às outras entidades deve-se ao facto do rácio cliente/colaborador ser também anormalmente elevado. Em média, cada colaborador do Triodos Bank tem atribuído 446 clientes, enquanto um colaborador do Rabobank ou do Millenium BCP tem atribuído apenas 157 ou 216 clientes respectivamente.

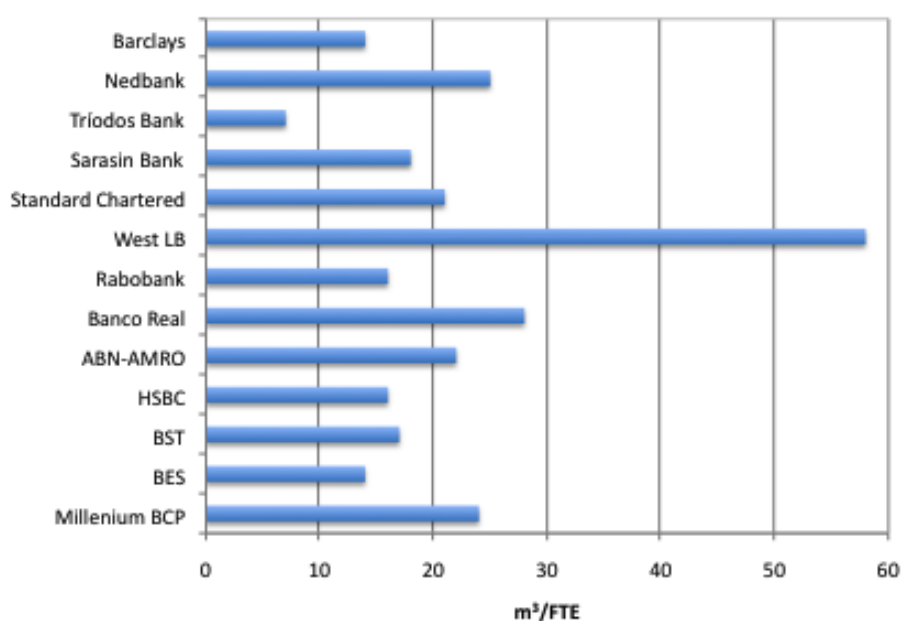
À excepção do Triodos Bank, do ABN-AMRO (111 kg/FTE) e do Bank Sarasin (144 kg/FTE), todos os outros bancos têm um consumo menor a 80 kg/FTE. O banco mais eficiente nesta disciplina é o Banco Real, (32 kg/FTE) seguido do Rabobank (39 kg/FTE) e do Standard Chartered (47 kg/FTE). De entre os bancos mais eficientes, o Rabobank destaca-se por uma redução de 13% em 2008 devido a medidas de poupança como impressões e cópias em dupla face sendo que, também, a pasta de madeira utilizada para a fabricação do papel provém de florestas geridas de um modo sustentável.

O BES, sendo unicamente o quinto banco com o melhor desempenho, lançou uma campanha de sensibilização interna a todos os colaboradores dos serviços centrais, responsáveis por cerca de 30% do consumo total de papel, definindo objectivos quantificáveis por departamento. Em 2008, o banco traçou como objectivo uma redução de 8% no consumo de papel e alargou o universo do programa de racionalização do consumo de papel às áreas comerciais centrais, que se traduz em mais 11 departamentos face ao ano anterior. A campanha resultou numa redução de 12% no consumo de papel. As medidas implementadas para a redução do consumo de papel para além das acções de sensibilização, passaram pela implementação do processo de digitalização de documentos, pela promoção da reutilização de papel, impressão de documentos em dupla face e a adesão dos colaboradores ao extracto digital, tendo, sobre este último ponto até Dezembro de 2008, aderido 41% dos colaboradores do BES.

- *Consumo de água*

O consumo de água provém, principalmente, da utilização directa dos colaboradores nas instalações das entidades bancárias. O consumo, é medido em  $\text{m}^3/\text{FTE}$ . Os consumos de água por colaborador dos diferentes bancos, para o ano de 2008, encontram-se na figura 4.3.

A figura 4.3 ilustra como todos os bancos, à excepção do WestLB não ultrapassam os 30  $\text{m}^3/\text{FTE}$ . Como no caso anterior, uma instituição destaca-se sobre as outras pela negativa, com um desempenho muito inferior. No entanto, apesar do seu consumo elevado (58  $\text{m}^3/\text{FTE}$ ), o WestLB tem diminuído o consumo nos últimos três anos através da substituição de equipamento convencional de aquecimento e ar condicionado por alternativas mais eficientes.

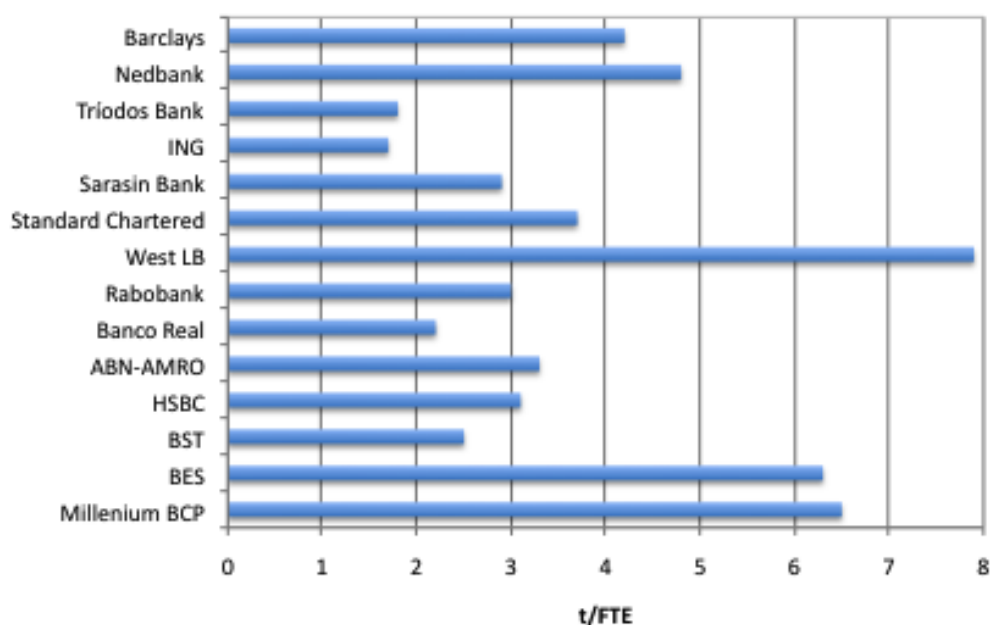


**Figura 4.3: Consumo anual de água por colaborador**

O Triodos Bank volta a destacar-se pelo bom desempenho, sendo o banco com um menor consumo de água por colaborador. Em 2008, o consumo diminuiu 28%, até 6,9 m<sup>3</sup>/FTE. Os consumos reduzidos de água devem-se à utilização de água subterrânea para arrefecer e aquecer edifícios nos escritórios da Holanda, e à utilização de água da chuva nos autoclismos.

### *Emissão de CO<sub>2</sub>*

A emissão bruta de CO<sub>2</sub> que uma entidade bancária provoca, é calculada através da soma das emissões das diversas actividades do banco, dentro e fora das suas instalações. As emissões podem proceder de várias actividades, tais como: consumo eléctrico, consumo de gás natural, consumo de outros combustíveis, aquecimento/arrefecimento de edifícios, deslocações (veículo, avião), entre outros. As emissões também podem ser classificadas como directas (equipamento, frota de veículos) e indirectas (veículos de particulares e alugados, consumo de papel, electricidade fornecida). A emissão é medida em t/FTE. As emissões brutas por colaborador dos diferentes bancos, para o ano de 2008, encontram-se na figura 4.4.



**Figura 4.4: Emissão anual de CO<sub>2</sub> por colaborador**

Pode-se observar, através da figura 4.4, as diferenças avultadas nas emissões dos bancos. O mais poluente, WestLB, emite 7,9 t/FTE. Apesar deste banco ser o mais poluente, tem-se verificado uma redução gradual nas suas emissões desde 2004. As suas emissões dividem-se em emissões nos edifícios (79%) e emissões nas viagens de negócios (21%). Cada colaborador percorreu em média, em 2007, 11 418 km em viagens de negócios sendo o 76% dos quilómetros (8 677 km) percorridos em viagens aéreas.

O WestLB, Millenium BCP e BES sendo os maiores consumidores de energia são, também, os maiores emissores de CO<sub>2</sub>. O ABN-AMRO, apesar de ter consumos de energia da mesma ordem de grandeza que os três bancos anteriores, emite menores quantidades de CO<sub>2</sub> devido à menor quantidade de viagens aéreas e rodoviárias realizadas pelos seus colaboradores e devido à obtenção de energia renovável para o seu abastecimento. Em média, cada colaborador do WestLB percorre por ano, em viagens aéreas, mais 3 968 km que um colaborador do ABN-AMRO, agravando este facto as emissões anuais de CO<sub>2</sub> por colaborador. De modo a reduzir os consumos de energia e as emissões de CO<sub>2</sub>, o WestLB introduziu, em 2007, um SGA certificado.

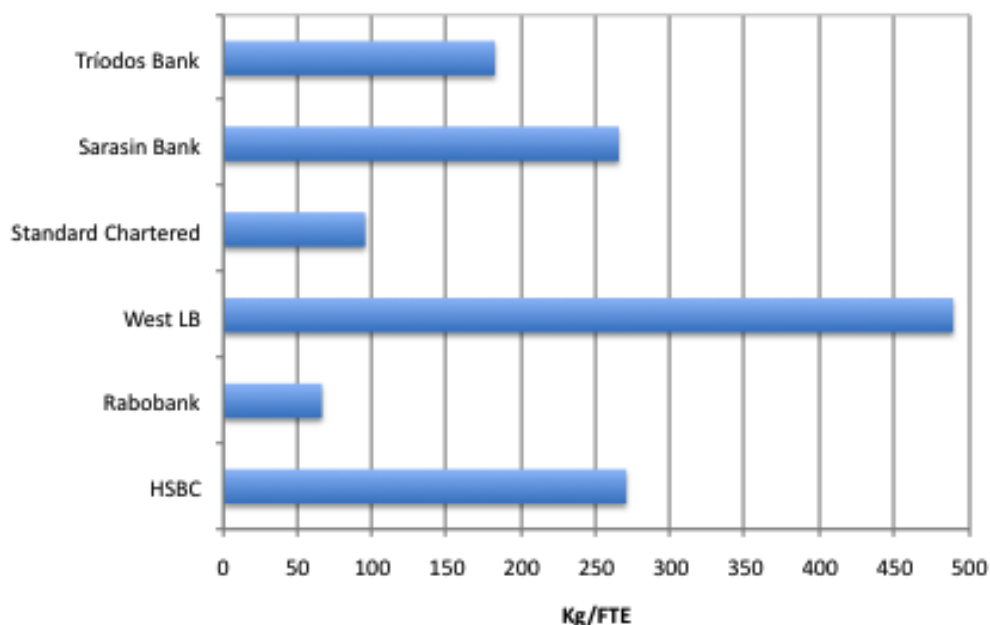
Entre os bancos menos emissores encontram-se o ING (1,7 t/FTE) e Triodos Bank (1,8 t/FTE). O banco ING é carbono neutral desde 2007. Possui um programa de alterações climáticas que procura neutralizar as emissões de carbono através da implementação de medidas de eficiência energética para baixar o consumo por colaborador, adquirindo energia de fontes renováveis. A nível global, o ING emitiu em 2008 cerca de 213 000 toneladas de CO<sub>2</sub>, um 20% menos comparado com os níveis de 2007. A pegada de CO<sub>2</sub> do ING foi calculada segundo o Greenhouse Gas Protocol (GGP), sendo todas as emissões compensadas pela aquisição de créditos de carbono provenientes de projectos de compensação certificados.

O Triodos Bank, do mesmo modo que o ING, compensa 100% das suas emissões de CO<sub>2</sub>. O banco reduz as emissões de carbono em três etapas: aplicação de medidas de eficiência energética, aquisição de energia de fontes renováveis sempre que possível, e compensação de emissões restantes pela compra de créditos de carbono ao Climate Neutral Group. Da mesma forma que o ING, as emissões são calculadas segundo o método da GGP. Para 2008, as emissões serão compensadas através de projectos de gestão sustentável de florestas e redução de emissões. O banco incorpora, também, a mais recente tecnologia para diminuição das emissões de CO<sub>2</sub> na sua frota de veículos, utilizando, entre outros, veículos híbridos.

Existem, para além do Triodos Bank e do ING, ainda outros bancos categorizados como carbono neutrais, a saber: ABN-AMRO, Barclays, HSBC, Rabobank e Bank Sarasin.

- *Produção de resíduos*

A produção de resíduos pode ser dividida em várias categorias dependendo do ramo de actividade de cada banco. Entre as categorias podem-se incluir papel, cartão, plástico, resíduos de cozinha, resíduos secundários, entre outros. A produção de resíduos é medida em kg/FTE. Os diferentes níveis de produção de resíduos por colaborador foram reportados por apenas seis entidades bancárias, encontrando-se estes na tabela 4.5.



**Figura 4.5: Produção anual de resíduos por colaborador**

Dos seis bancos que reportam a sua produção de resíduos, o WestLB é o mais poluente. Produz 2 200 toneladas de resíduos por ano, sendo o rácio por colaborador de 489 kg. Cerca de 50% do total de resíduos são resíduos secundários. A segunda componente mais importante é o papel, que representa cerca de 22%. Através do SGA, a entidade criou um novo conceito de gestão de resíduos desenhado para reduzir a quantidade produzida e melhorar o rácio de reciclagem. A quantidade de resíduos tem diminuído desde 2005 devido a este conceito. O banco com uma menor produção revela ser o ING (66 kg/FTE), realizando uma minuciosa separação dos resíduos evitando a incineração e favorecendo a reciclagem. A produção de resíduos secundários caiu 35% de 2007 a 2008. Este facto deveu-se a implementação do conceito *EcoSmart* em todos os escritórios da Holanda.

A forma como as operações internas das entidades bancárias são geridas determina o desempenho ambiental interno das entidades. O maior ou menor consumo de materiais junto com a emissão de gases e a produção de resíduos condiciona o desempenho ambiental destas entidades e dos seus colaboradores. Após análise dos indicadores ambientais seleccionados, evidenciam-se duas entidades bancárias. O WestLB destaca-se pela negativa, sendo um dos bancos menos eficiente no consumo de energia e de água. Nas emissões de CO<sub>2</sub> revela ser o mais poluente assim como na produção de resíduos, embora este indicador seja reportado apenas por seis entidades. De forma oposta, o Triodos Bank destaca-se pela positiva, sendo um dos bancos mais eficientes no consumo de energia e de água, e nas emissões de CO<sub>2</sub>.

**- Operações de investimento**

As operações de investimento são fulcrais na estratégia das entidades bancárias. Com o investimento, as entidades procuram consolidar-se como referência em projectos que promovam a melhoria ambiental e condições de vida, através de produtos e serviços inovadores.

- *Investimento em fundos e projectos sustentáveis*

Os fundos de investimentos sustentáveis são diversos entre as várias instituições bancárias. Os fundos dividem-se em matéria social e ambiental. Dentro da vertente ambiental, os fundos também são de diversos tipos: energias renováveis, protecção e gestão de florestas, gestão de águas, agricultura sustentável, entre outros. Entre os bancos portugueses, destacam-se:

- A CGD lançou em parceria com a Caixagest o Fundo Caixagest Energias Renováveis, vocacionado para o financiamento de projectos de investimento que contribuam para o aumento da produção de energias renováveis e não poluentes, e para a redução da emissão de CO<sub>2</sub>.
- O banco Millennium BCP lançou em 2008 cinco novos fundos focados nos temas das alterações climáticas, ambiente e recursos renováveis, os quais, dentro do enquadramento referido, tiveram boa receptividade. Para além destes cinco fundos, através do ActivoBank7 foram lançados um total de 17 fundos que investem de acordo com critérios de sustentabilidade e responsabilidade social.
- O BES disponibilizou o New Energy Fund, o primeiro fundo português de investimento mobiliário, regulado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, que investe directamente em empresas e projectos de Energias Renováveis, nomeadamente em eólica, biogás, biomassa, biocombustíveis, hídrica, solar, hidrogénio, oceanos/marés e geotermia, nos Países de Língua Oficial Portuguesa. O banco investe € 3,6 M de um montante total de € 25 M. O BES também comercializa o Luso Carbon Fund, destinado ao desenvolvimento de projectos de biogás, eficiência energética, energias renováveis e tratamentos de resíduos, em países como China, Rússia, Tailândia e Brasil, no âmbito do Protocolo de Quioto. O fundo possui um capital de € 76 M, oito dos quais investidos pelo BES.

As outras entidades bancárias internacionais também se destacam pela criação de fundos de investimento sustentável, principalmente em energias renováveis, entre eles:

- O ABN-AMRO possui o Green Fund, de energias renováveis de modo a reduzir a emissão de carbono;
- O Rabobank lançou o Renewable Energy and Infrastructure Financing, financiando projectos de energia eólica, solar, biocombustíveis e biomassa na Europa. No final de 2008, mais de € 500 M tinham sido investidos (36% eólica, 35% solar e 16% biocombustíveis). Para 2009, está prevista a expansão do investimento na Índia e América;
- O Standard Chartered formou em parceria com o Banco de Desenvolvimento Asiático o Energy Efficiency Investment Fund, investindo € 83 M em energias renováveis;
- O Triodos Bank disponibiliza o Triodos Green Fund e o Triodos Renewables Europe Fund. O Triodos Green Fund é o primeiro fundo de investimento verde holandês. O fundo financia projectos nos domínios das energias renováveis, agricultura biológica e gestão da paisagem e habitats. Em 2008, o fundo alcançava um montante de € 461 M com uma taxa de retorno de 6,1%. O segundo fundo foi lançado em 2006 e investe em pequenas e médias empresas europeias de produção de energia eólica, solar, hídrica e de biomassa. Em 2008 o fundo investiu em 14 projectos, alcançando um montante de € 24 M, com uma taxa de retorno de 2,9%;
- O Barclays lançou um fundo de eficiência energética que investe em energias renováveis e produtos e serviços que ajudam os clientes a reduzir as suas emissões de carbono.

Existem, também, outro tipo de fundos ambientais/sustentáveis em que as entidades bancárias investem. Destacam-se os fundos de agricultura sustentável, fundos de gestão de florestas e fundos de gestão de águas. Entre os fundos de agricultura, sobressaem o Triodos Sustainable Trade Fund e o Agriculture Fund do Nedbank. O primeiro fundo financia cooperativas e quintas particulares nos países em vias de desenvolvimento, que produzem produtos biológicos certificados e/ou produtos de comércio justo. O Agriculture Fund financia cooperativas de agricultores na África do Sul.

Na gestão de águas evidenciam-se o Asia Infra-structure Fund, do Standard Chartered, e o Sustainable Water Fund do Bank Sarasin. O primeiro fundo investe € 50 M em abastecimento e tratamento de águas residuais na China, enquanto o segundo financia, desde 2008, projectos de poupança de água na Suíça.

Em matéria de gestão de florestas distinguem-se o Fundo Floresta Atlântica do BES e o Fundo Florestal Real do BR. O Fundo Floresta Atlântica, criado em 2007, tem como objecto a



aquisição ou arrendamento de áreas florestais localizadas predominantemente no norte e centro de Portugal. Os projectos contemplam a elaboração de planos de prevenção contra riscos, com predominância contra os incêndios. O Fundo Florestal Real destina-se a clientes com altos rendimentos. Parte dos créditos de carbono gerados com a plantação das florestas são entregues a clientes de modo a poderem ser negociados no mercado de carbono.

Existem, ainda, outro tipo de fundos de investimento em negócios sustentáveis ou SRI Funds. Entre eles podem-se indicar o Fundo FINES do BR, o WestLB & Mellon Werte Fond, e vários fundos SRI do ABN-AMRO.

- *Existência de conselho consultivo e/ou de critérios de exclusão para investimentos não sustentáveis*

Este ponto é comum às operações de investimento e de crédito. Em ambos os casos pode ser considerada a actuação de um conselho consultivo (decisão de investimento, concessão de crédito) através da análise de critérios de sustentabilidade.

Todas as entidades analisadas consideram critérios de sustentabilidade nas decisões de investimento e na concessão de créditos. A CGD, BST, BR e HSBC aplicam estes critérios mas não possuem, aparentemente, um órgão consultivo, de gestão ou de decisão. A aplicação dos critérios e tomada de decisão é feita através de constituição de equipas de decisão especializadas para cada caso.

O Millenium BCP possui uma Comissão de Risco Social e Ambiental que acompanha, avalia e controla os riscos, enquanto o BES detém um Comité de Risco que monitoriza a evolução do perfil integrado de risco, analisando e propondo políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo. O ABN-AMRO possui, da mesma forma que o BES, um Comité de Risco.

O Rabobank possui um Comité Ético, que oferece a sua opinião sobre dilemas morais a todos os níveis do Grupo Rabobank. Ao longo da última década, a Comissão tem vindo a aplicar critérios éticos de negócios em mais de 150 casos. O Bank Sarasin inclui um Comité de Sustentabilidade, criado em 2003 e composto por representantes de todas as divisões, entre elas: Comunicação Corporativa, Recursos Humanos, Gestão Ambiental e de Serviços Internos, Unidade de Investimento Sustentável, entre outros. Este comité gere as decisões de crédito e investimento. O ING contém um Comité UNPRI que acompanha e alinha as iniciativas de investimento responsável. Incentiva e apoia as boas práticas ambientais e a comunicação interna e externa da entidade.

As entidades bancárias WestLB, Standard Chartered, Triodos Bank e Nedbank possuem um Conselho Consultivo de Sustentabilidade que facilita o diálogo sobre questões ambientais e sociais. O conselho informa e aconselha sobre as melhores decisões a tomar na concessão de créditos e nos investimentos nas diferentes áreas e negócios. No entanto, o conselho não tem poder de decisão, deixando essa responsabilidade às equipas de gestão.

### **- Operações de Crédito**

- *Estratégia de microcrédito*

O termo microfinanças diz respeito a serviços financeiros de pequena escala, principalmente microcréditos, fornecidos a indivíduos que operam pequenas empresas ou microempresas. As instituições financeiras, como serviço social e ambiental, incorporam na sua estratégia de negócio o microcrédito.

Das instituições analisadas, apenas duas não fazem referência a qualquer tipo de actividade relacionada com as microfinanças. Estas duas organizações, WestLB e Bank Sarasin não reportam nos seus relatórios nem sítios *web* qualquer actividade na concessão de microcréditos. As outras 12 entidades bancárias englobam-se em três categorias segundo o montante concedido (€ 0-1 M, € 1-10 M, e > € 10M).

No primeiro nível encontram-se a CGD, o BES, BST e Nedbank. A CGD lançou o programa Microcrédito CGD, uma linha de crédito especialmente desenhada para financiar projectos jovens e de pequena dimensão, com um montante total de € 250 mil. O BES aprovou, em 2008, 33 projectos, correspondendo a € 213 mil. Tal como a CGD, os projectos devem ser seleccionados e aprovados pela Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC). O BST participa no programa FNICIA, um programa de apoio às pequenas e microempresas na sua fase inicial visando alargar a base de acesso aos instrumentos de capital e dívida para desenvolvimento de negócios emergentes e empresas de pequena e muito pequena dimensão. O financiamento máximo permitido é de € 45 mil. O Nedbank, lançou o Khula Guarantee Scheme, financiando pequenas empresas com dificuldades em iniciar ou estender o negócio, com um financiamento de até € 264 mil.

Na segunda categoria de empréstimos encontram-se o BCP e Rabobank. O BCP, pioneiro em Portugal na actividade das microfinanças, aprovou em 2008 um total de 231 projectos com um montante global de € 2,3 M. O Millenium BCP foi reconhecido, através da sua operação de microcrédito, como uma das entidades que melhor contribui para a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, criando 409 novos postos de trabalho com a estratégia do microcrédito. Do mesmo modo que a CGD e o BES, trabalha em parceria com a ANDC. O

Rabobank ofereceu, em 2008, pouco mais de €1 M em microcréditos e créditos de arranque a pequenas empresas na Holanda.

No último escalão de microcrédito, encontram-se sete entidades financeiras: HSBC, ABN-AMRO, BR, ING, Triodos Bank, Standard Chartered e Barclays. O HSBC trabalha na Índia com 11 instituições de microfinanças, fornecendo cerca de € 26 M a mais de 250 mil pessoas. O ABN-AMRO concede microcréditos a mais de 350 mil pessoas na Índia, Brasil e EUA por valor total de € 36 M. O BR opera principalmente no Brasil, concedendo microcréditos a mais de 53 mil pessoas, num montante total de € 18,7 M. O ING, através da sua filial ING Vysya, financia vários milhares de microempresários. Em Setembro de 2008, o valor total dos empréstimos ascendia a € 42,8 M, trabalhando em parceria com 17 instituições de microfinanças.

Os bancos Triodos, Standard Chartered e Barclays são os mais activos em matéria de microfinanças. O Triodos possui três fundos de investimento (Triodos Fair Share Fund, Stichting Triodos-Doen e Stichting Hivos Fonds) que financiam bancos e instituições de microfinanças nos países em vias de desenvolvimento e na Europa Oriental, centrando-se na oferta de microcrédito. Em 2008, os três fundos cresceram 29% para € 161 M, financiando 91 instituições de microfinanças localizadas em 38 países.

O Standard Chartered mostra-se também muito activo neste mercado, trabalhando com 52 instituições de microfinanças, concedendo microcréditos por um valor de € 273 M. O banco, comprometeu-se através do Clinton Global Initiative Commitment a estabelecer uma linha de crédito de € 350 M no período 2006-2011 para o desenvolvimento das instituições de microfinanças, assistência técnica, e gestão de fundos e instrumentos financeiros na África e Ásia.

O Barclays estabeleceu na África do Sul um grande mercado pois 97% dos microempresários não possuem acesso ao crédito. O banco concedeu € 209 M em microcréditos. Para além da África do Sul, O Barclays trabalha no Ghana, Quênia, Índia e Zâmbia, procurando a expansão para Botswana, Uganda e Egipto.

- *Empréstimos para ecoprojectos*

O financiamento e concessão de créditos é uma actividade vital na estratégia comercial das entidades bancárias. Deste modo, a concessão de créditos na área dos ecoprojectos adquire uma importância essencial na estratégia comercial sustentável das instituições. Os projectos relacionados com as energias renováveis, eficiência energética e alterações climáticas, são os

mais requeridos sendo, portanto, solicitados os créditos para financiar projectos que visam a produção de energia com base em fontes renováveis.

Bancos como o BCP (€ 459 M), BES (€ 455 M), BST (€ 254 M), ABN-AMRO (€ 1000 M), e ING (€ 925 M) financiam diversos projectos de energias renováveis e outros projectos verdes. Os empréstimos solicitados foram, maioritariamente, para financiar projectos e empresas de energia eólica, solar, hídrica, biomassa e biocombustíveis.

O Standard Chartered comprometeu-se a financiar energias renováveis e tecnologias limpas na Ásia, África e Oriente médio num projecto valorado num total de € 5 600-7 000 M, no período 2007-2012. Até à data, o banco financiou € 978 M na Ásia, África e Oriente Médio, e € 1250 M na Europa. O HSBC destaca-se pelo seu programa HSBC Global Environmental Efficiency Programme (2007-2011), financiando mais de € 63 M na promoção e inovação e iniciativas de tecnologia ambiental. Desde que o programa foi lançado, foram já investidos € 42 M.

O Rabobank destaca-se pelo Rabo Green Bank, que concedeu em 2008, 570 empréstimos verdes, acumulando um montante de € 853 M de uma carteira de € 3 400 M. O WestLB financiou a ANDASOL 1 (€ 300 M), a maior central de energia solar do mundo com 510 000 m<sup>2</sup> e 50 MW de potência, situada na Andaluzia. O WestLB financia também inúmeros projectos no sector do bioetanol.

Em relação as alterações climáticas, são muitos os bancos que possuem programas de acção e se destacam pelas suas práticas. Em 2007, o Barclays assinou um negócio de três anos com a EDF Energy, passando de 3 para 50% o seu uso de energia renovável, reduzindo as emissões de carbono em 125 000 toneladas por ano. Em 2008, assinaram outro negócio com a Scottish & Southern Energy pelo qual 100% do seu consumo energético no Reino Unido procedia de energias renováveis.

O HSBC possui desde 2007 um Centro de Excelência para as Alterações Climáticas. O trabalho no centro visa a identificação dos riscos económicos e oportunidades das alterações climáticas. Até à data, o centro já elaborou cinco relatórios sobre o investimento nas alterações climáticas.

Em Portugal, a organização Euronatura premeia anualmente, através do projecto “Responsabilidade Climática: Índice Alterações Climáticas e Gestão de Empresas”, as empresas mais responsáveis em matéria de alterações climáticas. O BES ocupou o sexto lugar no global das empresas, situando-se em primeiro lugar do sector bancário, seguido da CGD (15º lugar) e do Millenium BCP (17º lugar). O BES, ao longo de 2008, desenvolveu e deu

continuidade a vários produtos que permitem a redução do impacte nas alterações climáticas, nomeadamente: Fundo Floresta Atlântica; Luso Carbon Fund; New Energy Fund; BES Ambiente & Energia e o investimento em energias renováveis. Neste âmbito, a CGD possui o Programa Caixa Carbono Zero 2010, um programa estratégico que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas actividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, clientes e da sociedade em geral. Destaca-se a instalação de uma central solar, a maior do país, na cobertura do edifício-sede, que visa o abastecimento do edifício, numa óptica de boas práticas de eficiência energética.

No índice de emissão de carbono, o Barclays é líder do Carbon Disclosure Leadership Index 2008 para o sector financeiro. Standard Chartered e HSBC encontram-se, também, neste índice. Outros bancos, também são membros do Carbon Disclosure Project, a saber: Triodos Bank, ABN-AMRO, ING, Nedbank, Bank Sarasin, WestLB e CGD, único banco português.

Por último, dos dois índices de sustentabilidade já referidos anteriormente (capítulo 2), FTSE4Good e Dow Jones Sustainability Index, os bancos BES, ABN-AMRO, BST, HSBC, ING e Standard Chartered estão incluídos no primeiro, enquanto o ABN-AMRO, BST, HSBC, ING e Nedbank estão incluídos no segundo.

- *Avaliação e controlo de impactes*

A avaliação e controlo de impactes no ambiente e na sociedade devido às actividades do banco e/ou dos seus clientes através de empréstimos são, em muitos casos, levadas a cabo pelas entidades bancárias. Das 15 entidades em estudo, seis (ver questão ferramentas de gestão) possuem um SGA integrado e certificado pela norma ISO 14001:2004. Através do SGA, os bancos analisam e monitorizam os seus impactes ambientais, identificam falhas e apontam sugestões para a melhoria contínua do SGA e redução dos impactes. Através da identificação, avaliação e monitorização dos impactes, as entidades bancárias podem melhorar o seu desempenho ambiental, minimizando os impactes.

As instituições bancárias que não possuem um SGA integrado e certificado revelam, no entanto, ter programas de redução do impacte ambiental das suas actividades ao mesmo tempo que procuram induzir boas práticas junto dos seus colaboradores e clientes. A CGD é um claro exemplo com o programa Caixa Carbono Zero 2010. Por sua vez, o BCP possui alguns procedimentos para prevenção da poluição e melhoria do desempenho ambiental. A medida mais utilizada entre os bancos é a implementação de programas de redução de emissões de carbono para minorar os impactes ambientais.

### 4.3. SÍNTESE

São várias as deduções que podem ser retiradas do exercício de *benchmarking* anterior e que serão apresentadas seguidamente.

As figuras 4.6 e 4.7 ilustram a pontuação alcançada pelas entidades bancárias para as duas questões mais cotadas e para as duas questões menos cotadas. as questões mais valoradas são “envolvimento de *stakeholders*” (58/60) e “estratégia de sustentabilidade” (57), enquanto as menos valoradas são “adesão à UNEP FI *Statement*” (30) e “adesão aos Princípios da Global Compact” (34).

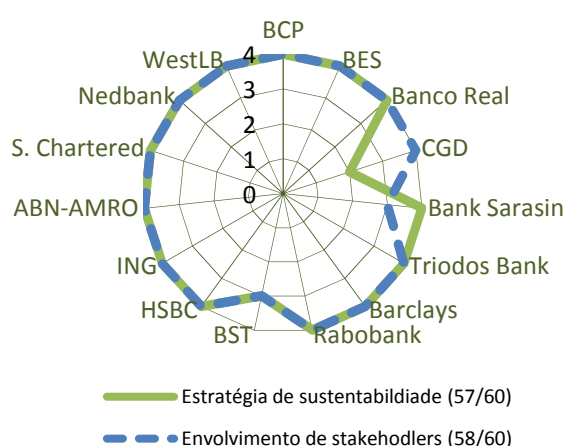


Figura 4.6: Questões mais cotadas

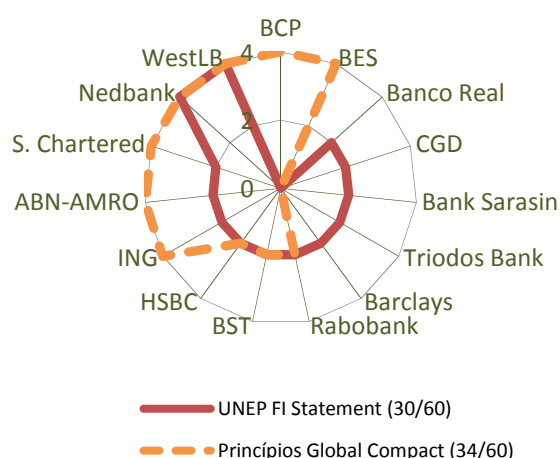


Figura 4.7: Questões menos cotadas

O facto das instituições bancárias obterem um melhor desempenho nas duas primeiras questões, reflecte a elevada consideração das entidades pelos seus *stakeholders*, considerando-os parte importante para o seu sucesso empresarial. Revela, também, a importância de possuir uma estratégia de sustentabilidade bem definida e integrada na política do banco, pois é a partir desta estratégia que serão delineadas as acções e passos a seguir em matéria de sustentabilidade.

A menor valoração obtida na adesão aos princípios da Global Compact e à declaração da UNEP FI, prova a falta de informação e de cooperação internacional entre entidades bancárias. Tanto os princípios como a declaração são bases de trabalho para a consecução do desenvolvimento sustentável por parte de organizações impulsoras da sustentabilidade como são as entidades bancárias. De modo a melhorar esta situação, tanto o Banco Mundial como a IFC podem promover e incentivar de forma mais activa, as entidades bancárias a participar e assinar este tipo de iniciativas.

Em relação às questões ambientais, os bancos destacam-se nas diferentes questões. A nível dos indicadores de desempenho ambiental, o Triodos Bank assume uma posição de privilégio, afastado do resto. Adota a liderança no consumo de energia, no consumo de água e nas emissões de CO<sub>2</sub>. O banco, unicamente falha no consumo de papel devido ao aumento de novos clientes. Outras entidades com um bom desempenho ambiental global nas operações internas são o Standard Chartered, Rabobank e ING, num segundo escalão.

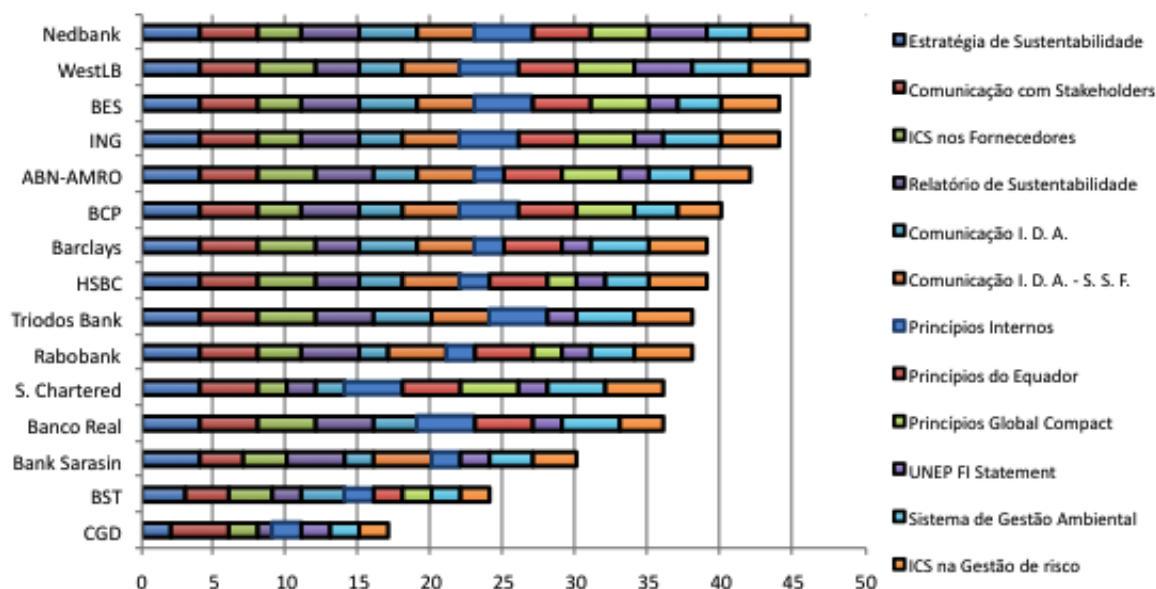
A nível de projectos e programas ambientais, destacam-se o ANDASOL 1 do WestLB, a maior central de energia solar do mundo, o Rabo Green Bank com mais de € 850 M em empréstimos verdes, o HSBC Global Environmental Efficiency Programme e o Standard Chartered Renewable Energy & Clean Technologies 2007-2012, valorado este último em € 5 600-7 000 M. Evidenciam-se, também, inúmeros projectos de energias renováveis financiados por entidades como BCP, BES, ABN-AMRO e ING na ordem dos € 3 000 M no total.

Em matéria de microfinanças três organizações encontram-se na liderança, Triodos Bank, Barclays e Standard Chartered, com montantes totais de empréstimo de € 161 M, € 209 M e € 273 M respectivamente. Estas instituições possuem compromissos a médio e curto prazo com instituições de microfinanças em países em vias de desenvolvimento.

Em relação aos fundos de investimento, destacam-se os fundos de energias renováveis e tecnologias limpas, fundos de gestão e tratamento de águas e fundos de gestão florestal. Entre os fundos de energias renováveis evidenciam-se o ABN-AMRO Green Fund, Rabobank Renewable Energy and Infrastructure Financing, Standard Chartered Energy Efficiency Investment Fund, e Triodos Green Fund e Triodos Renewables Europe Fund. Na gestão de águas evidenciam-se o Asia Infra-structure Fund, do Standard Chartered, e o Sustainable Water Fund do Bank Sarasin. Finalmente, em matéria de gestão de florestas distinguem-se o Fundo Floresta Atlântica do BES e o Fundo Florestal Real do BR.

A avaliação do desempenho global final das entidades bancárias pode apenas ser realizada de um modo geral, não sendo possível alcançar uma pontuação final, numérica e objectiva, devido à diferença de avaliação nas questões de sustentabilidade e aspectos ambientais. Contudo, tendo por base apenas as questões de sustentabilidade, pode ser estimada uma pontuação global. Esta pontuação procede da soma da valoração do desempenho das questões de sustentabilidade (tabela 4.1) tendo em consideração o mesmo peso para cada questão. Esta valoração poderá ser diferente conforme o critério de cada autor, sendo realizada, nesta dissertação, uma apreciação imparcial. Chama-se à atenção de esta conclusão ser meramente indicativa.

Tomando em consideração todos estes condicionantes e deixando de parte o desempenho ambiental interno, em matéria de sustentabilidade os bancos Nedbank e WestLB encontram-se em primeiro lugar. A figura 4.8 apresenta o ranking das entidades bancárias segundo as questões consideradas.



**Figura 4.8: Ranking de sustentabilidade**

Destacam-se o Nedbank e o WestLB com uma pontuação de 46/48, seguidos do ING (P. 44) e BES (P. 44) em terceiro lugar. O ABN-AMRO (P. 42), situar-se-ia no quinto lugar. No entanto, e como já foi referido, esta tentativa de valoração final das entidades bancárias em matéria de sustentabilidade não se ajusta à realidade, pois bancos como o Triodos Bank e Caixa Geral de Depósitos são bastante penalizados, sendo o WestLB beneficiado.

Chama-se à atenção para o Triodos Bank, vigente vencedor do prémio *Banco Sustentável do Ano 2009*, segundo o Financial Times e a IFC. O Triodos Bank vê-se fortemente prejudicado devido à não adesão aos Princípios do Equador e da Global Compact. No entanto, o banco alcança a pontuação máxima em todas as outras questões de sustentabilidade salvo na adesão à UNEP FI Statement. É também líder nos vários indicadores de desempenho ambiental das suas operações internas. A CGD é também muito penalizada devido ao facto de não possuir um relatório de sustentabilidade. Devido à ausência de relatório, a informação não comunicada por parte do Grupo foi considerada como inexistente. O WestLB, muito beneficiado nas questões de sustentabilidade, possui um fraco desempenho ambiental nas operações internas, encontrando-se actualmente a reduzir os seus consumos e emissão de poluentes através da implementação do SGA.

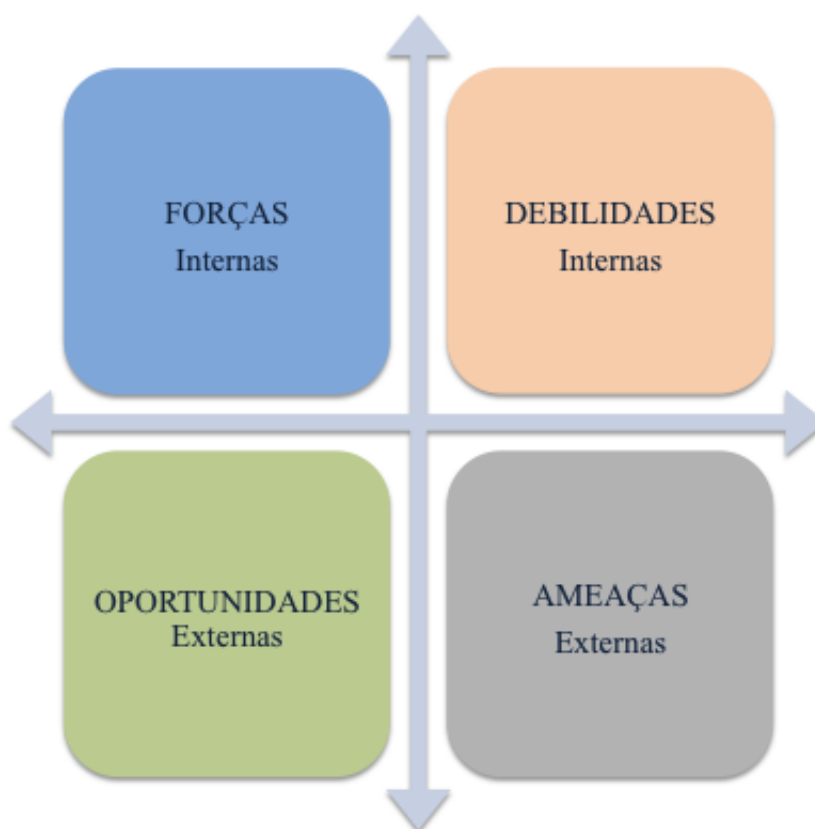


Não sendo um objectivo desta dissertação distinguir qual é(são) a(s) melhor(es) entidade(s) bancária(s) em matéria de sustentabilidade mas sim distinguir as suas práticas de sustentabilidade, políticas e medidas, fica ao critério do leitor compreender que cada uma das entidades analisadas se destaca em vários aspectos, sobre os quais traçaram a sua estratégia de sustentabilidade.



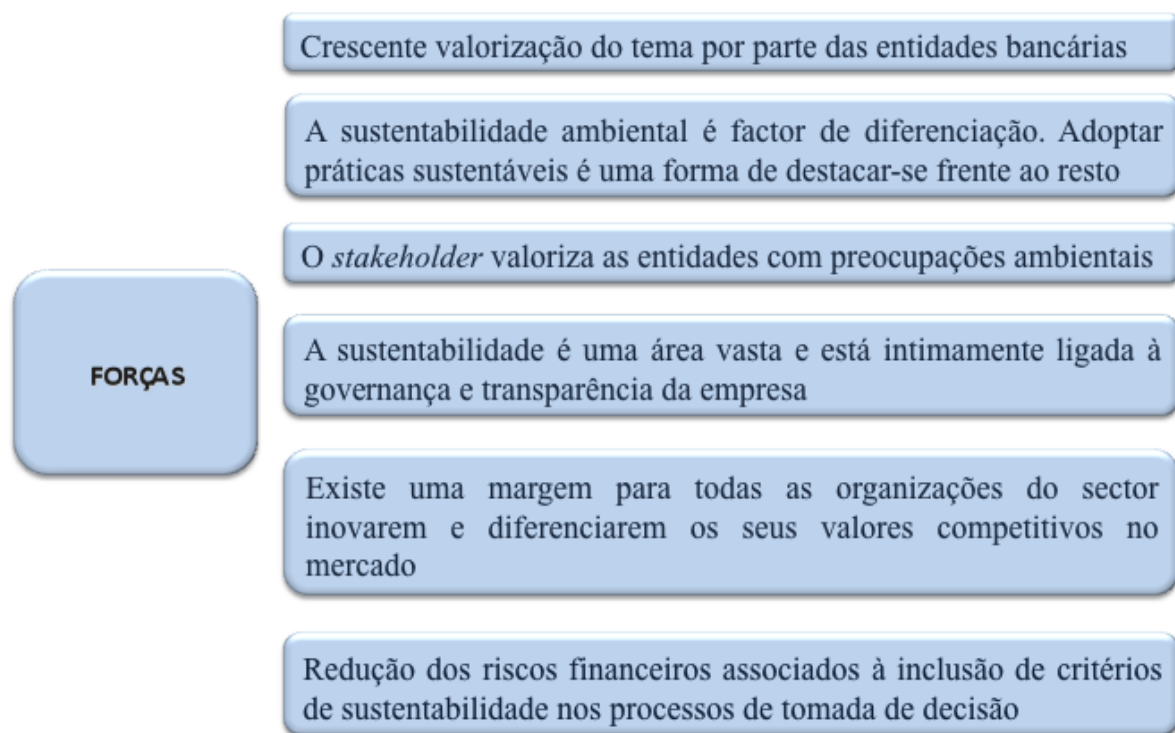
## 5. ANÁLISE SWOT À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO SECTOR BANCÁRIO

O presente capítulo consta de uma análise SWOT (do inglês *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*) à sustentabilidade ambiental no sector bancário. Como já foi referido, após o exercício de benchmarking e o estudo do estado da arte, esta análise permitirá conhecer as forças e fraquezas internas dos bancos, as oportunidades que oferece o ambiente externo e as ameaças às que estão sujeitas as entidades bancárias. A figura 5.1 representa o diagrama SWOT que será analisado de seguida.



**Figura 5.1: Diagrama SWOT**

A figura 5.2 ilustra os pontos fortes em que a sustentabilidade se apoia para ser integrada de forma imediata na estratégia comercial das entidades bancárias.



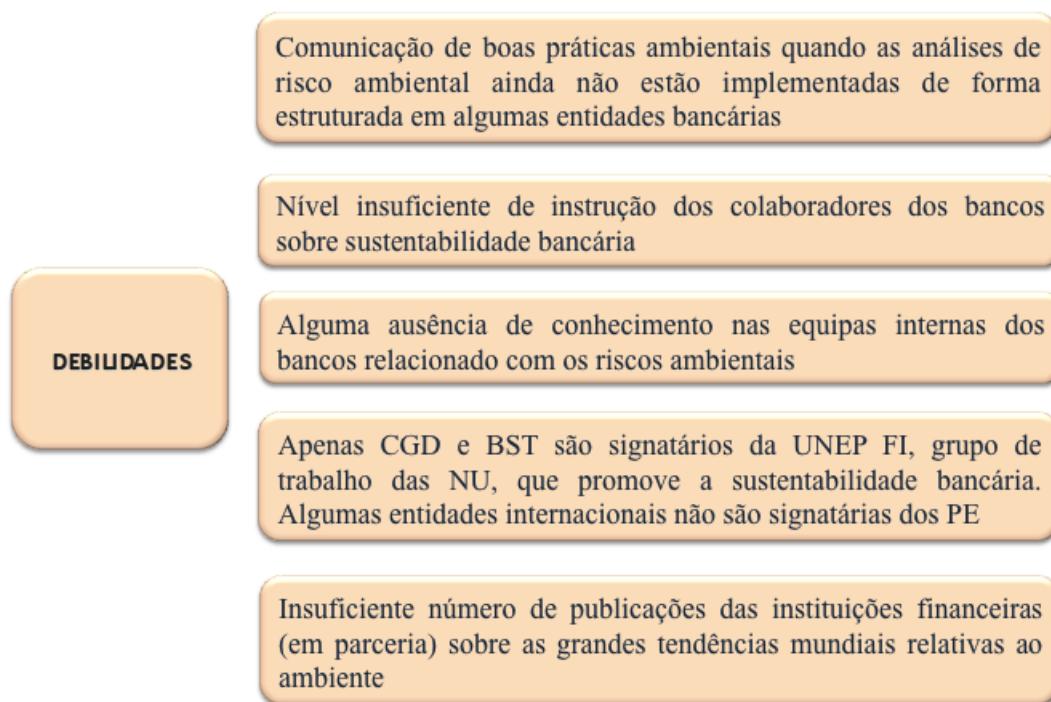
**Figura 5.2: Forças internas da sustentabilidade no sector bancário**

O tema sustentabilidade ambiental encontra-se em crescimento sendo utilizado, cada vez mais, por uma ampla gama de organizações e colaboradores. O seu estudo e inclusão na estratégia comercial das entidades bancárias irá significar, com certeza, um factor de diferenciação positiva frente a outras entidades. Segundo Brophy e Starkey (1996), os clientes, fornecedores, colaboradores e outros *stakeholders* valorizam as entidades com preocupações ambientais e actuação pro-ambiente. Estes *stakeholders*, a sua maioria, aumenta ligeiramente o valor das suas acções e encontram-se, inclusive, dispostos a pagar um valor adicional por produtos sustentáveis e ecológicos.

A sustentabilidade é uma vasta área que se encontra intimamente ligada à boa governança e à transparência da organização. As empresas com bom desempenho ambiental irão, com certeza, comunicar as suas boas práticas ambientais através de relatórios de sustentabilidade/ambiente e/ou RSE. Esta prática eleva a reputação das entidades destacando-as das outras.

Existe também uma boa margem para todas as entidades do sector financeiro inovarem e diferenciarem os seus valores competitivos no mercado através da criação de novos produtos financeiros ecológicos, tais como: fundos de investimento sustentáveis, cartões de crédito verdes, hipotecas ambientais, entre outros. Também através da criação de novos mercados emergentes, sobretudo em países em vias de desenvolvimento.

Na figura 5.3 estão representadas as debilidades internas inerentes à sustentabilidade ambiental no sector.



**Figura 5.3: Debilidades internas da sustentabilidade no sector bancário**

Entre as debilidades encontra-se o facto da comunicação de boas práticas ambientais não ser realizada de forma correcta quando as análises de risco ambiental ainda não foram implementadas de forma certa por falta de informação ou formação. Este facto deve-se ao nível de instrução dos colaboradores das entidades bancárias em matéria de sustentabilidade ambiental ser insuficiente e a ausência de mecanismos internos de reporte e avaliação correctos.

Outro ponto fraco é o facto de muitas entidades não serem signatárias de fóruns de discussão internacionais. No caso de Portugal, apenas a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Espírito Santo são signatários da UNEP FI *Statement*. Os Banco Santander-Totta e o Millenium BCP, não fazem parte deste grupo de trabalho das Nações Unidas. Algumas entidades estrangeiras, como no caso do Bank Sarasin e Triodos Bank, não são signatárias dos PE.

A figura 5.4 expõe as oportunidades que o ambiente externo proporciona à integração da sustentabilidade ambiental por parte das entidades bancárias.

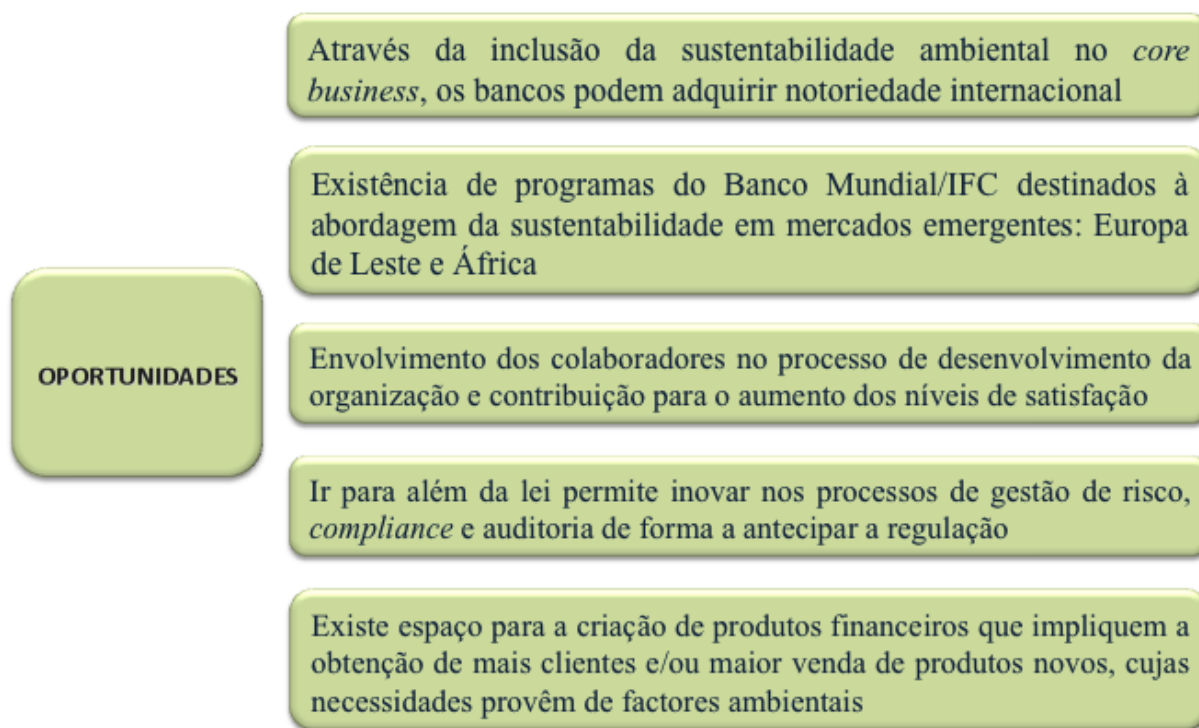
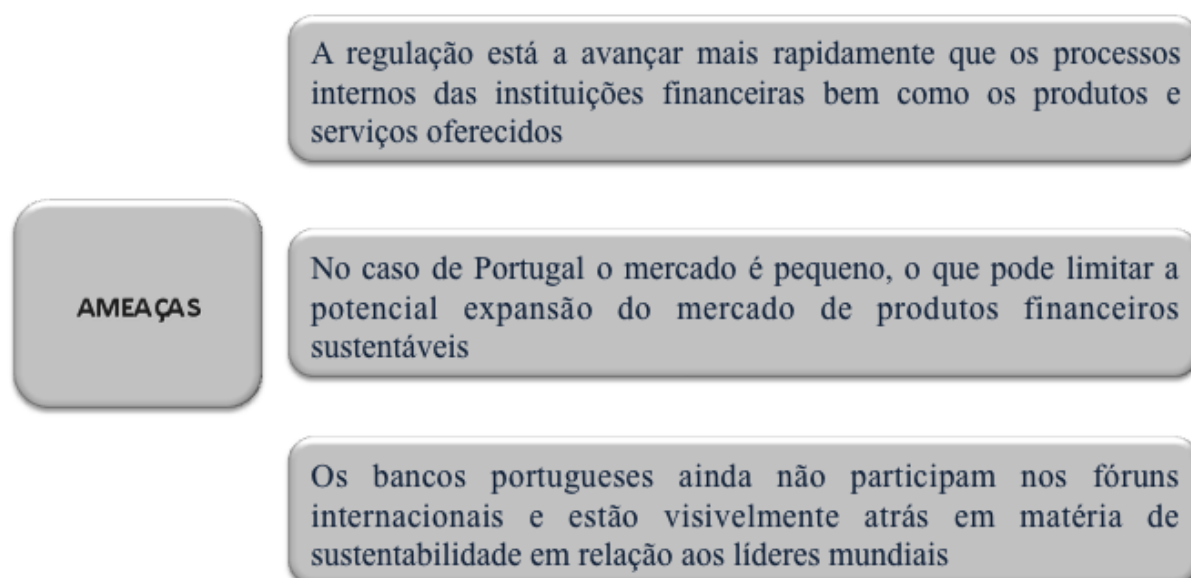


Figura 5.4: Oportunidades externas da sustentabilidade no sector bancário

Existem várias oportunidades que as entidades bancárias já estão a aproveitar contribuindo para o sucesso da sua estratégia comercial, entre elas a existência de programas do Banco Mundial e da IFC para o investimento e criação de mercados em países menos industrializados como são o caso de países africanos e de Europa de Leste. Estes países abrem oportunidades de investimento no que diz respeito a energias renováveis e microfinanças.

Outra vantagem é a antecipação da regulação do governo, inovando nos processos de gestão de risco, *compliance* e auditoria. A redução de consumo e de impactes traduz-se em benefícios ambientais e da comunidade e benefícios económicos. A inclusão de factores ambientais na criação de novos produtos financeiros pode ser vista como uma grande oportunidade de negócio por parte das instituições bancárias. A inclusão destes factores, como já foi referido, pode atrair a atenção de novos clientes e permitir a abertura de novos mercados.

Em relação às ameaças, estas encontram-se referidas na figura 5.5. Senão forem tomadas em conta algumas das oportunidades já mencionadas, estas podem vir a tornar-se ameaças, como o caso de antecipação à regulação. Em muitos casos, a regulação encontra-se a avançar a um passo mais acelerado que os processos internos das instituições. A falta de produtos oferecidos que solucionem este problema torna as organizações obsoletas e atrasadas em matéria de sustentabilidade. A falta de formação e informação também referida anteriormente nas debilidades é um factor agravante deste problema.



**Figura 5.5: Ameaças externas da sustentabilidade no sector bancário**

Em Portugal, o mercado pode tornar-se pequeno limitando a potencial expansão de produtos ecológicos. No entanto, actualmente as instituições bancárias portuguesas que apostam em matéria de sustentabilidade ambiental operam não só em Portugal mas também no estrangeiro, aproveitando as oportunidades que os mercados emergentes oferecem. Contudo, a falta de participação de alguns bancos portugueses em fóruns internacionais sobre a matéria pode tornar-se uma ameaça senão for corrigida.





## 6. LIMITAÇÕES

A realização desta dissertação consistiu um desafio positivo, pois para além do tema não ter sido muito estudado a nível académico, foram encontradas diversas limitações e obstáculos que foram sendo adaptadas e contornados no decorrer da dissertação.

As limitações de maior relevo deste estudo estão relacionadas com as características da informação utilizada. No referente às fontes de informação, recorreu-se a informação pública contida em documentos como relatórios de sustentabilidade, ambiente e/ou responsabilidade social, relatórios e contas, e sítios *web* das entidades bancárias. Estes relatórios são utilizados em Portugal de forma recorrente, incluindo a maior parte da informação e indicadores de desempenho necessários.

O facto de terem sido analisadas entidades pró-activas em matéria de sustentabilidade permitiu que os relatórios fossem, na sua maioria, de nível elevado. No que se refere aos relatórios de sustentabilidade das entidades bancárias, todos os relatórios à excepção de quatro entidades foram referentes ao ano de 2008. No entanto, foram consultados relatórios de diferentes anos (de 2008 e atrás) para verificar a coerência da informação de um ano para outro, e devido à publicação de alguns relatórios de 2008 ter sido feita à medida que a presente dissertação era realizada.

Para as entidades ABN-AMRO, Banco Real e Barclays, foram consultados os relatórios referentes ao ano de 2007. O ABN-AMRO não possui relatório de sustentabilidade referente ao ano de 2008 devido a ter sido adquirido, em 2007, pelo consórcio formado pelos bancos Fortis, RBS e Banco Santander. O Banco Real, do mesmo modo, não possui relatório de sustentabilidade referente ao ano 2008, estando inserido no banco ABN-AMRO e portanto também no consórcio já referido. Para o ano de 2008, o desempenho ambiental diz respeito directamente ao Grupo Santander. Para o Barclays, o relatório de sustentabilidade de 2008 não se encontra finalizado, tendo sido consultado o resumo de sustentabilidade referente ao ano de 2008 quando da consulta do relatório de sustentabilidade 2007.

A análise da entidade Caixa Geral de Depósitos foi um caso à parte. A apreciação desta entidade tornou-se verdadeiramente problemática e morosa devido à ausência de relatório de

sustentabilidade. O relatório, devendo estar disponível no primeiro trimestre de 2009, não se encontra finalizado, tendo de ser retirada a informação do relatório e contas, e do sítio *web* do grupo onde se encontra informação sobre a actividade da CGD em termos de responsabilidade social, nomeadamente no âmbito do Ambiente. Após contacto com a Direcção de Comunicação, Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Grupo CGD, o autor da presente dissertação foi reencaminhado para o referido sítio *web* para a procura de dados e informação.

Em relação à transparência e veracidade dos dados oferecidos pelas entidades bancárias, nomeadamente ao desempenho ambiental, económico e social, aceita-se que estes sejam reais pois todas as entidades, salvo duas, obtiveram uma verificação externa dos seus relatórios de sustentabilidade por parte de consultoras independentes. No entanto, os documentos comprovativos do desempenho ambiental, social e económico das entidades financeiras podem ser manipulados e, geralmente, o trabalho das consultoras limita-se a procedimentos de verificação documental e conformidade com as demonstrações financeiras. Entre estes procedimentos podem destacar-se a verificação da informação referente aos indicadores ambientais, sociais e económicos, análise da coerência de informação quantitativa referente aos indicadores, e comparação do conteúdo e indicadores do relatório com os requisitos das Directrizes GRI. Contudo, as entidades Standard Chartered e Banco Santander-Totta não realizaram nenhuma verificação externa da informação oferecida nos seus relatórios. Com efeito, a qualidade da informação utilizada não foi verificada pelo autor directa ou indirectamente, tendo-se tomado como válida a informação pública disponível.

No que diz respeito à metodologia adoptada e, em particular às matrizes de avaliação, tanto o seu formato como o método de avaliação têm as limitações devidas à sua origem pericial proveniente do autor da dissertação.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições financeiras representam um importante papel na economia e, por sua vez, na promoção e divulgação de práticas de sustentabilidade junto de outros sectores da sociedade. A promoção do bem-estar social e da protecção ambiental é, no entanto, uma responsabilidade de todos os agentes económicos, entre eles o estado, as empresas e os indivíduos. O sector bancário devido ao seu dinamismo e capacidade de intervenção, consegue influenciar, de forma directa e indirecta, o papel destes agentes económicos pois todos eles recorrem ao financiamento de capital para desenvolver as suas actividades. Deste modo, as entidades bancárias tornam-se num dos *players* mais dinâmicos na promoção da sustentabilidade, pois estas instituições podem incutir princípios e critérios de sustentabilidade aos seus clientes, acautelando riscos sociais e ambientais.

O sector bancário poderá, porventura, tornar-se o *driver* do desenvolvimento sustentável uma vez que, de forma simultânea, consegue influenciar o comportamento de outros agentes e introduzir práticas de sustentabilidade nas suas operações internas, de crédito e de investimento. De forma positiva, estas práticas de sustentabilidade têm sido valorizadas pelos *stakeholders* das entidades bancárias. Os clientes, fornecedores, colaboradores e outros *stakeholders* valorizam as entidades com preocupações ambientais e actuações pro-ambiente. Estes *stakeholders*, na sua maioria, aumentam ligeiramente o valor das suas acções quando a entidade consegue demonstrar um bom desempenho ambiental, e encontram-se, inclusive, na disponibilidade de pagar um valor adicional por produtos sustentáveis e ecológicos. Os bancos devem, no entanto, procurar garantir coerência entre as políticas de sustentabilidade defendidas, e as práticas de negócio implementadas.

A integração dos aspectos ambientais e sociais no *core business* das entidades bancárias é resultado da motivação económica das mesmas e do compromisso assumido para com o desenvolvimento sustentável. A motivação económica, onde são incorporados riscos relevantes para o negócio, está associada a responsabilidades que surgem bem por imposição do Estado, através de leis, bem por satisfazer expectativas da sociedade e *stakeholders*. Através do compromisso adoptado, as entidades implementam práticas voluntárias para além das que lhe são exigidas por lei, assumindo outras responsabilidades consideradas como

fulcrais para o seu sucesso. Um claro exemplo é a adopção dos Princípios do Equador por parte das instituições bancárias. Existem outras iniciativas, de carácter voluntário, que o sector financeiro internacional tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, entre elas os Princípios da Global Compact e a declaração da UNEP FI.

A actividade dos bancos e os seus resultados económicos dependem fundamentalmente de factores como o desempenho económico, satisfação de expectativas ou reputação. Os aspectos ambientais e sociais, antes não considerados, constituem, agora, novos factores de risco para o sector bancário. Contudo, estes riscos podem ser transformados em oportunidades de negócio através da criação de novos mercados com produtos e serviços que consigam atrair novos clientes, minimizando os novos riscos. Existe margem para todas as entidades do sector financeiro inovarem e diferenciarem os seus valores competitivos no mercado através da criação de novos produtos financeiros ecológicos. Actualmente, existem diversos produtos ecologicamente orientados como fundos de investimento ambiental, cartões de crédito verdes, hipotecas ambientais, entre outros.

Devido à crescente valorização do tema sustentabilidade empresarial, as melhores empresas em matéria de sustentabilidade, com uma gestão que aplica critérios ambientais, sociais e éticos, entre elas as do sector bancário, são cotadas desde 1999 no índice bolsista Dow Jones Sustainability Index. Já em 2001, foi criado o FTSE4Good, um outro índice que monitoriza o desempenho de companhias alinhadas a determinados critérios e normas de responsabilidade social e ambiental. Estes dois índices revelam que existe mercado para produtos financeiros sustentáveis e ecológicos.

A metodologia de *benchmarking* permitiu analisar e comparar o desempenho das diferentes entidades seleccionadas nas questões de sustentabilidade e nas questões ambientais.

Em relação às questões de sustentabilidade, concluem-se algumas diferenças entre o sector bancário português e o sector bancário internacional. O sector bancário português, representado por uma amostra de quatro entidades bancárias, divide-se em dois grupos, um com maior desempenho e outro com menor desempenho. O grupo com a *performance* mais fraca é constituído pela CGD e pelo BST. Os dois bancos ficam aquém das melhores práticas de sustentabilidade ambiental quando comparados com outras entidades bancárias, nomeadamente em matéria de comunicação de indicadores, adesão aos Princípios do Equador e da Global Compact e na introdução de critérios de sustentabilidade na gestão de risco. O grupo com o desempenho mais elevado é constituído pelo BCP e BES. Estes bancos encontram-se perto, ou ao nível, de alguns dos bancos líderes em matéria de sustentabilidade.

Exibem um elevado desempenho na comunicação de indicadores, adesão aos princípios internacionais e elaboração de relatório de sustentabilidade. No entanto, o BCP falha notavelmente na adesão à declaração da UNEP FI. A nível de desempenho ambiental interno, estes bancos revelam ser relativamente eficientes no consumo de papel e de água sendo, de forma contrária, grandes consumidores de energia e, consequentemente, grandes emissores de CO<sub>2</sub>.

O sector bancário internacional, representado por uma amostra de 11 entidades bancárias, revela aplicar, de um modo geral, melhores práticas de sustentabilidade que o sector bancário português, por exemplo: os bancos WestLB e Nedbank realizam uma excelente comunicação da declaração UNEP FI; apenas entidades estrangeiras, tais como Barclays, Triodos Bank, ING, Standard Chartered, WestLB e BR, possuem um SGA integrado e certificado pela norma ISO 14001:2004; HSBC, ABN-AMRO, BR e Triodos Bank possuem sistema sofisticado de gestão e avaliação de fornecedores, avaliando-os periodicamente e introduzindo critérios de sustentabilidade na sua selecção. Em relação ao desempenho ambiental interno, destacam-se entidades como o Triodos Bank e Rabobank. O Triodos Bank revela ser eficiente no consumo de energia, de água e nas emissões de CO<sub>2</sub>. O Rabobank revela ser eficiente no consumo de papel, produção de resíduos e nas emissões de CO<sub>2</sub>.

Em relação às operações de investimento, os bancos serviram-se de causas ambientais para negociar serviços, criando novos mercados e produtos relacionados com o ambiente, financiar projectos e/ou empresas sustentáveis e contribuir ao financiamento do desenvolvimento sustentável. Evidenciam-se os fundos de investimento em energias renováveis e projectos ecológicos. Entre eles, evidenciam-se os fundos do Triodos Bank com os Triodos Green Fund e o Triodos Renewables Europe Fund.

A nível das operações de crédito, as entidades introduziram na sua gestão de risco critérios de sustentabilidade, nomeadamente ambientais e sociais. Os problemas sociais e principalmente ambientais dos clientes podem gerar incapacidade para pagar empréstimos ou para obter lucro nos investimentos, para além de gerar uma exposição negativa à opinião pública. Em relação ao crédito, evidenciam-se os empréstimos de todos os bancos para projectos de energias renováveis, destacando-se o programa do Standard Chartered, financiando energias renováveis e tecnologias limpas na Ásia, África e Oriente médio num projecto valorado num total de € 5 600-7 000 M, no período 2007-2012. As instituições financeiras contam, a maior parte delas, com conselhos consultivos de sustentabilidade ou comités de risco que aconselham nas operações de crédito/investimento.

A título individual, destaca-se o Triodos Bank, referente da banca ética na Europa. O banco tem por objectivo contribuir a uma mudança positiva e sustentável na sociedade através do sistema financeiro, respeitando o ambiente e a cultura. A entidade alcança a máxima pontuação em todas as questões de sustentabilidade salvo na adesão aos princípios internacionais. No que diz respeito ao desempenho ambiental das operações internas, é líder em três de quatro indicadores, não reportando a produção de resíduos por colaborador. Destaca-se também pela criação de grandes fundos de investimento, destinados a actividades que acrescentam um valor social ou ambiental, tais como: energias renováveis, tecnologia ambiental, agricultura ecológica e turismo sustentável. O banco, com apenas 29 anos de vida, 191 mil clientes e 428 colaboradores a tempo inteiro, gere um total de € 3741 M em activos. Aponta-se para o Triodos Bank como entidade bancária a seguir nos próximos anos em matéria de sustentabilidade.

Parafraseando o WBCSD: “business cannot succeed in societies that fail”. Não existe futuro para os negócios bem sucedidos se a sociedade não trabalhar em conjunto. O sector bancário reconhece a veracidade desta afirmação, confirmando que as suas acções podem ajudar a alterar o comportamento de um conjunto de agentes participantes no desenvolvimento sustentável, bem mediante o financiamento de actividades que promovam o bem estar social e a preservação ambiental, bem dando o exemplo através da aplicação de boas práticas de sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABN-AMRO. (2008). *Sustainability Review 2007*. Hardinxveld-Giessendam: ABN AMRO, Fortis, RBS and Santander Corporate Social Responsibility, Sustainability and Communications departments.

Antunes, P., Cardoso, S., Coelho, H., & Dias-Sardinha, I. (2004). *Benchmarking de Sustentabilidade do Sector Imobiliário*. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Centro de Economia Ecológica e Gestão do ambiente - Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Lisboa.

Banco Espírito Santo. (2009). *Relatório de Sustentabilidade 2008*. Núcleo de Responsabilidade Social. Lisboa: Banco Espírito Santo.

Banco Real. (2008). *Relatório de Sustentabilidade 2007*. São Paulo: Banco Real.

Banco Santander-Totta. (2008). *Relatório de Sustentabilidade 2007*. Gabinete de Imagem e Informação Corporativa. Lisboa: Banco Santander-Totta.

Banco Santander-Totta. (2009). *Relatório de Sustentabilidade 2008*. Banco Santander-Totta, Departamento de Responsabilidade Social Corporativa. Lisboa: Banco Santander-Totta.

Banif - Grupo Financeiro. (2009). *Relatório de Sustentabilidade 2008*. Lisboa: Banif - Grupo Financeiro.

Bank Sarasin. (2009). *Sustainability Report 2008*. Corporate Communications. Bank Sarasin.

BankTrack. (2005). *Unproven Principles. The Equator Principles at year two*. Amsterdão: BankTrack.

Barclays. (2009). *Barclays PLC Sustainability Review 2008*. Barclays . Londres: Barclays plc.

Bennet, L., & Cuevas, C. E. (1996). sustainable Banking With the Poor. *Journal of International Development*, 8 (2), 145-152.

Bloomberg. (2009). *World Indexes Evolution*. Obtido em 27 de Maio de 2009, de Bloomberg.com: <http://www.bloomberg.com/markets/stocks/wei.html>.

Bouma, J. J., Jeucken, M., & Klinkers, L. (2001). *Sustainable Banking: The Greening of Finance*. Sheffield, UK: Greenleaf & Deloitte and Touche.

Bowen, H. (1953). *Social Responsibilities of businessman*. Nova Iorque: Harper & Row.

Brophy, M., & Starkey, R. (1996). *Environmental policies*. Corporate Environmental Management. Londres: Earthscan.

Brundtland, G. (1987). *Our common future: The world Commission on Environment and Development*. Oxford: Oxford University Press.

Caixa Geral de Depósitos. (2009). *Relatório Sobre o Governo da Sociedade 2008*. Lisboa: CGD.

Caixa Geral de Depósitos. (2009). *Responsabilidade Social*. Obtido em 12 de Julho de 2009, de <http://www.cgd.pt/Institucional/Responsabilidade-Social/Pages/Conferencia-Sustentabilidade.aspx>.

CERES. (1989). *The CERES Principles*. Coalition for Environmentally Responsible Economies).

Comissão das Comunidades Europeias. (2001). *Livro Verde - Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*. Bruxelas.

DJSGI. (1999). *Guide to the Dow Jones Sustainability Group Indexes*. DJSGI, Zurique.

Durbin, A., Herz, S., Hunter, D., & Peck, J. (2006). *Shaping the Future of Sustainable Finance. Moving from Paper Promises to Performance*. World Wildlife Fund (WWF) & BankTrack. WWF/BankTrack.

Eco Business Link. (19 de Maio de 2009). *Sustainable Investment Funds*. Obtido em 26 de Maio de 2009, de Eco Business Link - Environmental Directory: [http://www.ecobusinesslinks.com/sustainable\\_investment\\_funds.htm](http://www.ecobusinesslinks.com/sustainable_investment_funds.htm).

Elkington, J. (1997). *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Oxford: New Society Publishers.

Ellis, F. (2000). *Rural Livelihoods*. Oxford: Oxford University Press.



Equator Principles. (2006). *Princípios do Equador: referencial do sector financeiro, para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projectos*. Equator Principles.

Equator Principles. *A financial industry benchmark for determining, assessing and managing social & environmental risk in project financing*. (Julho de 2006). Obtido em 5 de Junho de 2009, de Equator Principles: [http://www.equator-principles.com/documents/Equator\\_Principles.pdf](http://www.equator-principles.com/documents/Equator_Principles.pdf)

Esty, B. C., Knoop, C., & Sesia, A. (2005). *The Equator Principles: An Industry Approach to managing environmental and social risks*. Harvard Business School, Harvard. Case Study 9-205-114.

Forbes. (2009). *The World's Biggest Companies*. (S. DeCarlo, Ed.) Forbes.

Ganzi, J. T., & Tanner, J. (1997). *Global Survey on Environmental Policies and Practices of the Financial Services Industry: The Private Sector*. Environment and Finance Enterprise, Washington, DC.

Global Reporting Initiative. (2005). *Financial Services Sector Supplement: Environmental Performance*. GRI.

Global Reporting Initiative. (2002). *Sustainability Reporting Guidelines*. Amsterdão: GRI.

Gray, R., Owen, C., & Adams, C. (1996). *Accounting and Accountability: Changes and Challenges in Corporate Social and Environmental Reporting*. Londres: Prentice-Hall.

HSBC. (2008). *HSBC Holdings plc Sustainability Report 2007*. Department of Group Corporate Sustainability. Londres: HSBC Holdings plc.

HSBC. (2009). *HSBC Holdings plc Sustainability Report 2008*. Department of Group Corporate Sustainability. Londres: HSBC Holdings plc.

HSBC. (2008). *Sustainability at HSBC - Presentation to Investors*. Londres: HSBC Holdings plc.

IFC. (8 de Junho de 2007). *Sustainable Banking*. Obtido em 3 de Maio de 2009, de IFC News: [http://www.ifc.org/ifcext/media.nsf/Content/Sustainable\\_Banking\\_Awards\\_Jun07](http://www.ifc.org/ifcext/media.nsf/Content/Sustainable_Banking_Awards_Jun07).

ING Group. (2009). *Corporate Responsibility Report 2008 - Taking responsibility in turbulent times*. Corporate Communications. Amsterdão: ING Groep N.V.

Jeucken, M. (1998). *Duurzaam bankieren: Een visie op bankieren en duurzame ontwikkeling*. Utrech: Rabobank.

Jeucken, M. (2001). *Sustainable Finance & Banking - The Financial Sector and the Future of the Planet*. Reino Unido: Earthscan Publications Ltd.

Macedo, L., Santos, S. & Melo. J. Joanaz 2006. *Eco-Efficiency and the banking sector*. Second International Conference on Quantified Eco-Efficiency Analysis for Sustainability. CML/U.Leiden, Egmond aan Zee, Netherlands, 28-30 Junho 2006.

Matasho, R., Niskala, M., & Tuomala, J. (1998). *Ymparistolaskenta johndon apuvalineena*. Porvoo, Finlândia: Werner Soderstorm Oyj.

Matin, I., Hulme, D., & Rutherford, S. (2002). Finance for the poor: From microcredit to microfinancial services. *Journal of International Development* , 273-294.

Meadows, D. L., Meadows, D. H., Randers, J., & Behres III, W. W. (1972). *The Limits to Growth*. Universe Books.

Millenium BCP. (2008). *Relatório de Sustentabilidade 2007*. Banco Comercial Português, S.A., Direcção de Comunicação. Porto: Millenium BCP.

Millenium BCP. (2009). *Relatório de Sustentabilidade 2008*. Banco Comercial Português, S.A., Direcção de Comunicação. Porto: Millenium BCP.

Nair, C. (Novembro de 2006). Sustainable Banking: hard choices, not green PR. *Ethical Corporation* , 49.

NatWest Group. (1999). *Environment Report 1998*. Londres: National Westminster Bank.

Nedbank Group. (2009). *Sustainability and transformation report 2008*. Enterprise Governance and Compliance – Sustainability. Joannesburgo: Nedbank Group.

Nedbank Group. (2008). *Sustainability Report 2007*. Enterprise Governance and Compliance – Sustainability. Joanesburgo: Nedbank Group.

Peeters, H. (2003). Sustainable Development and the Role of the financial world. *Environment, Development and Sustainability*, 5, 206-207.

- Pemberton, J. D., Stonehouse, G. H., & Yarrow, D. J. (2001). Benchmarking and the Role of Organizational Learning in Developing Competitive Advantage. *Knowledge and Process Management*, 8 (2), 123-135.
- Porteus, D. (2005). Private Development Banking: Managing the tension. *The Business of Reaching the Global Poor Conference*. Cambridge: Harvard Business School.
- Rabobank Group. (2009). *Annual Sustainability Report 2008*. Rabobank Nederland Communications. Rabobank Group.
- Robinson, M. S. (2001). *The Microfinance Revolution: Sustainable Finance for the Poor*. (C. D. Incorporated, Ed.) Washington: International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank.
- Santos, S. (9 de Julho de 2008). Sustentabilidade em tempo de crise. *O Jornal Económico*, p. 18.
- Santos, S., Amaral, D. & Barbosa, P. (2007). *Banca e seguros, ambiente e sociedade: Desafiar mentalidades, definir novas oportunidades de negócio*. Sustentare Lda.
- Schaltegger, S., & Figge, F. (1997). *Environmental Shareholder Value*. Basileia: WWZ/Bank Sarasin.
- Schmidheiny, S., & Zorraquín, F. J. (1996). *Financing Change: The Financial Community, Eco-Efficiency, and Sustainable Development*. Cambridge: The MIT Press.
- Schmid-Schönbein, O., & Braunschweig, A. (2000). *EPI-Finance 2000. Environmental Performance Indicators for the Financial Industry*. [www.epifinance.com](http://www.epifinance.com).
- Scholtens, B., & Dam, L. (2007). Banking on the Equator. Are Banks that Adopted the Equator Principles Different from Non-Adopters? *World Development*, 35 (8), 1307-1328.
- Smith, K. (2008). *Cashing in on coal*. PLATFORM. BankTrack, Friends of the Earth – Scotland, People & Planet, Scottish Education and Action for Development, Stop Climate Chaos and PLATFORM.
- Soppe, A. (2004). Sustainable Corporate Finance. *Journal of Business Ethics*, 53, 213-224.

Standard Chartered. (2009). *Sustainability Review 2008*. Sustainability Department. Londres: Standard Chartered.

Strandberg, C. (2005). *The Future of Sustainability Finance - Thought Leaders Study*. Strandberg Consulting, Burnaby.

Tarna, K. (1997). *Environmental Reporting*. KPMG, Finlândia.

Tomorrow. (1993). *Banking on the Planet*. Tomorrow.

Triodos Bank. (2009). *Triodos Bank NV 2008 Sustainability Annual Report*. Zeist: Triodos Bank.

UBS. (2000). *UBS Environmental Report 1999*. Zurique: Union Bank of Switzerland.

UBS. (2008). *UBS Environmental Report 2007*. Zurique: Union Bank of Switzerland.

UNEP. (1995). *Global Survey: Environmental Policies and Practices of the Financial Services Sector*. United Nations Environment Programme, UNEP Environment and Economics. Genebra: UNEP.

UNEP. (1997). *Statement by Financial Institutions on the Environment & Sustainable Development*. United Nations Environment Programme.

UNEP. (1997). *Statement of Environmental Commitment by the Insurance Industry*. United Nations Environment Programme.

UNEP. (1994). *Technical Report Series No. 24: Company Environmental Reporting: A Measure of the Progress of Business and Industry Towards Sustainable Development*. United Nations Environment Programme.

Vaccaro, J. (2008). The good, the bad and the future - Sustainable banking in the post credit-crunch world. (T. Bank, Ed.) *Triodosnews*, 32.

Vaughan, S. (1994). Environmental Risk and Commercial Banks: Discussion Paper. *UNEP Roundtable on Commercial Banks and the Environment*. Genebra: United Nations Environment Programme.

VfU. (1997). *Environmental Reporting of Financial Service Providers: A Guide to Content, Structure and Performance Ratios of Environmental Management Reports for Banks*. Verein für Umweltmanagement in Banken, Sparkassen und Versicherungen. Berlim: VfU.

- VfU. (1998). *Time to Act: Environmental Management in Financial Institutions*. Verein fur Umweltmanagement in Banken, Sparkassen und Versicherungen. Berlim: VfU.
- VROM. (1998). *Policy Document on Environment and Economy*. Ministerie van Volkshuisvesting, Ruimtelijke Ordening en Milieubeheer. Haia: VROM.
- Watchman, P. (2005). Beyond the equator. *Environmental Finance*, 6, 16-17.
- WCED. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future*. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press.
- Weber, O. (4 de Setembro de 2004). Sustainability Benchmarking of European Banks and Financial Service Organizations. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 73-87.
- Weber, O., Scholz, R. W., & Michalik, G. (16 de Setembro de 2008). Incorporating Sustainability Criteria into Credit Risk Management. *Business Strategy and the Environment*.
- WestLB AG. (2009). *Sustainability Status 2008*. Sustainability Management. Dusseldorf: WestLB AG.
- Wright, C., & Rwabizambuga, A. (2006). Institutional Pressures, corporate reputation, and voluntary codes of conduct: an examination of the Equator Principles. *Business and Society Review*, 111, 89-117.



## GLOSSÁRIO

**Alterações Climáticas** – conjunto de alterações no clima provocadas por emissões de gases de efeito de estufa (GEE).

**Carbon Disclosure Project** – organização sem fins lucrativos que detém o maior banco de dados de informações corporativas sobre as alterações climáticas no mundo. Gere activos num total de 57 biliões de dólares.

**Carbon Disclosure Leadership Index 2008** – inclui as companhias com maior pontuação nas duas categorias dos sectores de emissões intensivas e não intensivas de carbono.

**Carbon Neutral** – entidade que remove a mesma quantidade de CO<sub>2</sub> da atmosfera que a emitida de modo às actividades da organização não contribuírem ao aquecimento global.

**Compensação de Carbono** – forma de compensar as emissões de gases com efeito de estufa produzidos por uma organização/actividade através de outras actividades que permitam compensar essas emissões (e.g. investimento em áreas florestais).

**Compliance** – concordância com qualquer tipo de regulação ou códigos voluntários por parte do proponente.

**Core business** – parte central de um negócio ou de uma área de negócios que é geralmente definido em função da estratégia da empresa para o mercado. O termo é utilizado habitualmente para definir qual o ponto forte e estratégico de actuação da empresa.

**Directiva de Mercados e Instrumentos Financeiros** – nova regulação dos mercados financeiros que entrou em vigor em Setembro de 2007. Visa uma maior harmonização da legislação europeia e tem como objectivo principal a criação de um mercado único europeu de serviços financeiros, baseado numa maior transparência na negociação de um vasto leque de instrumentos financeiros e no aumento da protecção dada ao investidor, ajustando-a às suas características, experiência e conhecimentos financeiros.

**Directiva de Responsabilidade Ambiental** – Directiva que regula danos ambientais. Consagra o princípio do poluidor pagador, colocando o ambiente como sujeito de direito.

**Dow Jones Sustainability Index (DJSI)** – índice Bolsista composto apenas por empresas com elevada performance em sustentabilidade.

***Due diligence*** – termo usado para uma série de conceitos que envolvem a investigação do desempenho de uma empresa. Pode ser obrigado pela legislação mas usualmente é aplicado para investigações de carácter voluntário. Ocorre geralmente quando uma empresa compradora avalia a empresa vendedora ou os activos que deseja adquirir.

**Ecoeficiência** – numa dada actividade, trata-se da obtenção de uma melhor produção e resultados, com o consumo de menos recursos e resíduos, de forma a reduzir o impacto ambiental dessa actividade, assim como o consumo de recursos naturais.

**Energias Renováveis** – energia obtida de origens consideradas essencialmente inesgotáveis, contrariamente aos combustíveis fósseis. Inclui a hidroeléctrica convencional, biocombustíveis, biogás, biomassa, geotérmica, eólica, fotovoltaica e térmica solar.

**Euronatura (Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado)** – organização sem fins lucrativos equiparada a organização não-governamental de ambiente, especializada em investigação em ciência, política e direito de ambiente, particularmente no respeitante a matérias de cariz internacional.

**FTSE4GOOD** – índice bolsista composto apenas por empresas com elevada performance em sustentabilidade.

***Full-time equivalent*** – método de medição do grau de envolvimento de um colaborador nas actividades de uma organização ou unicamente em um determinado projecto. Equivalente a tempo completo, isto é colaborador a tempo inteiro durante um ano.

**Fundos de investimento socialmente responsáveis** – investem em projectos que apoiam a comunidade e o ambiente.

**Gases de efeito de estufa** – gases que criam uma camada na atmosfera que permite a entrada de radiação solar mas absorve parte da radiação infravermelha (calor) irradiada pela superfície terrestre, impedindo-a de sair. Os GEE mais importantes são o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>), N<sub>2</sub>O (óxido nitroso), hidrofluorcarbonetos (HFCs), perfluorcarbonetos (PFCs), hexafluoreto de enxofre (SF<sub>6</sub>) e ozono troposférico. A queima de combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo (responsáveis por cerca de 75% das emissões de CO<sub>2</sub> para a atmosfera), fogos florestais, alterações no uso do solo, pecuária e deposição de lixos em aterro são algumas das fontes antropogénicas de GEE.



**Global Compact** – o Pacto Global das Nações Unidas que resulta de uma iniciativa de cidadania empresarial lançada pelo Secretário-Geral Kofi Annan, anunciado a 31 de Janeiro de 1999, no Fórum Económico Mundial.

**GRI - Global Reporting Initiative** – organismo independente que tem desenvolvido e disseminado as directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

**Household** – termo que refere a família como a unidade básica residencial em que a produção económica e o consumo têm lugar.

**Microcrédito** – linha de crédito que abrange serviços e soluções financeiras desenvolvidos para segmentos com necessidades específicas e com acesso dificultado ao crédito bancário tradicional.

**Princípios do Equador** – conjunto de procedimentos voluntários utilizados espontaneamente por instituições financeiras na gestão de questões socioambientais associadas a operações de *Project Finance* com valores superiores a EUA\$ 10 milhões.

**Princípios para o investimento responsável** – uma iniciativa das Nações Unidas que estabelece princípios para o investimento responsável de todas os investidores no Mercado. Os assinantes destes princípios comprometem-se a investir apenas em empresas que respeitam princípios como os direitos humanos e trabalho condigno.

**Project Finance** – mecanismo de financiamento de inversões que tem por base a amortização do empréstimo através da geração de fluxos de caixa e contratos entre os diversos parceiros para garantir a rentabilidade do projecto.

**Protocolo de Quioto** – tratado internacional com compromissos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global.

**Stakeholder** – parte interessada ou interveniente. Termo usado em administração que refere-se a qualquer pessoa ou entidade que afecta ou é afectada pelas actividades de uma empresa (accionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, governos, agências estatais, organizações não governamentais e sociedade civil).

**Stockholder/Shareholder** – indivíduo ou empresa que legalmente detém uma ou mais acções de uma companhia.

**UNEP FI** – iniciativa *multistakeholder* promovida pelas Nações Unidas, em que diversas instituições financeiras discutem o seu papel no contexto das alterações climáticas.



# APÊNDICES



## APÊNDICE I – PRINCÍPIOS DO EQUADOR

### **Princípio 1:** Análise e categorização.

Quando um financiamento é solicitado para um projecto, como parte de análise e avaliação prévias dos aspectos sociais e ambientais, a Equator Principle Financial Institution (EPFI) categorizará o projecto com base na magnitude dos seus potenciais impactes e riscos de acordo com os critérios ambientais e sociais aplicados pela IFC.

### **Princípio 2:** Avaliação socioambiental.

Para cada projecto de Categoria A ou B, o financiado deverá ter realizado um processo de avaliação socioambiental para identificar, de forma adequada e de modo que satisfaça à EPFI, os impactes e riscos sociais e ambientais relevantes do projecto proposto. A avaliação também deve propor medidas de mitigação e de gestão relevantes e adequadas tanto à natureza quanto à escala do projecto proposto.

### **Princípio 3:** Padrões sociais e ambientais aplicáveis.

Os requisitos regulatórios, autorizados e a opinião pública, em países de alta renda da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como definido no Banco de Dados de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (BDIDBM), geralmente atendem ou superam os requisitos dos Padrões de Desempenho da IFC e das Directrizes de EHS. Consequentemente, para evitar duplicidade e agilizar a análise desses projectos pela EPFI, a conclusão bem sucedida de um processo de avaliação (ou equivalente) em conformidade com a legislação local ou nacional dos países de alta renda da OCDE é considerada um substituto aceitável dos Padrões de Desempenho da IFC, das Directrizes de EHS e dos demais requisitos detalhados nos princípios 3, 4 e 6 abaixo.

### **Princípio 4:** Plano de acção e sistema de gestão.

Para todos os projectos de Categoria A ou B situados em países não pertencentes à OCDE ou em países membros da OCDE não classificados como de alta renda, conforme a definição constante no BDIDBM, o financiado deverá ter elaborado um Plano de Acção que contemple os aspectos relevantes apontados nas conclusões da Avaliação. O Plano de Acção descreverá e priorizará as acções necessárias para a gestão das medidas mitigadoras, acções correctivas e medidas de acompanhamento dos impactes e riscos identificados pela Avaliação.

### **Princípio 5:** Consulta e divulgação.

Para todo projecto de Categoria A e, quando for o caso, da categoria B situado em países não pertencentes à OCDE ou em países-membros da OCDE não classificados como de alta renda, o governo, o cliente ou um especialista deverá ter consultado as comunidades afectadas pelo projecto de forma estruturada e culturalmente adequada. Em projectos com impactes significativos adversos, o processo devera garantir consulta livre, prévia e informada, assim como facilitar a participação informada como meio de determinar, de modo que satisfaça à EPFI, se o projecto incorporou adequadamente as preocupações das comunidades afectadas.

**Princípio 6:** Mecanismo de reclamação.

Para todo projecto de Categoria A e, quando for o caso, da categoria B situado em países não pertencentes à OCDE ou em países-membros da OCDE não classificados como de alta renda, para garantir a continuidade da consulta, da divulgação de informações e do envolvimento da comunidade ao longo de toda a construção e operação do projecto, o cliente estabelecerá, de acordo com os riscos e impactes adversos do projecto, um mecanismo de reclamação como parte do sistema de gestão.

**Princípio 7:** Análise independente.

Para todo projecto de Categoria A e, quando for o caso, da categoria B, um especialista social ou ambiental independente e sem vínculo directo com o cliente analisará a documentação da Avaliação, do Plano de Acção e do processo de consulta a fim de auxiliar a diligência da EPFI no exame de cumprimento dos Princípios do Equador.

**Princípio 8:** Compromissos contratuais.

A incorporação de obrigações em contrato é um dos pilares dos Princípios do Equador. Em projectos de Categoria A e B, o cliente comprometer-se-á, por instrumentos contratuais:

- a) a cumprir todas as leis, regulamentos e autorizações sociais e ambientais do país sede, em todos os aspectos importantes;
- b) a cumprir o Plano de Acção (quando for o caso) durante a construção e operação do projecto, em todos os aspectos relevantes;
- c) a disponibilizar relatórios periódicos, no formato acordado com as EPFI, elaborados por funcionários da empresa ou especialistas externos que documentem o cumprimento do Plano de Acção e das leis, regulamentos e autorizações; e
- d) a descomissionar as instalações, quando aplicável e apropriado, de acordo com um plano de descomissionamento acordado.

**Princípio 9:** Monitorização independente e divulgação de informações.

Para garantir a monitorização contínua e a divulgação de informações durante a vigência do empréstimo, as EPFI exigirão, em todo projecto da Categoria A e, quando for o caso, da Categoria B, a nomeação de um especialista ambiental e/ou social independente, ou que o cliente contrate especialistas externos qualificados e experientes para verificar as suas informações de acompanhamento que serão partilhadas com as EPFI.

**Princípio 10:** Divulgação de informação pelas EPFI.

Cada EPFI que adopta os Princípios do Equador compromete-se a divulgar ao público, no mínimo anualmente, informações sobre os seus processos e experiência na implementação dos princípios, tendo em conta as considerações de confidencialidade apropriadas.





## **APÊNDICE II – PRINCÍPIOS DA GLOBAL COMPACT DAS NAÇÕES UNIDAS**

### **PRINCÍPIOS DE DIREITOS HUMANOS**

**Princípio 1:** apoiar e respeitar a protecção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.

**Princípio 2:** certificar-se de que suas próprias corporações não estejam a ser cúmplices de abusos e violações de direitos humanos.

### **PRINCÍPIOS DE DIREITOS DO TRABALHO**

**Princípio 3:** apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efectivo do direito à negociação colectiva.

**Princípio 4:** apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.

**Princípio 5:** apoiar a abolição efectiva do trabalho infantil.

**Princípio 6:** apoiar a eliminação da discriminação com respeito ao colaborador e ocupação.

### **PRINCÍPIOS DE PROTECÇÃO AMBIENTAL**

**Princípio 7:** apoiar o princípio de precaução no que diz respeito aos desafios ambientais.

**Princípio 8:** desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.

**Princípio 9:** incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias limpas que não agredam o meio ambiente.

### **PRINCÍPIO CONTRA A CORRUPÇÃO**

**Princípio 10:** trabalhar no combate à corrupção em todas as suas formas.



## OBSERVAÇÕES